

MARCELO BUZETTO



A QUESTÃO PALESTINA

expressão
POPULAR

A QUESTÃO PALESTINA

Guerra, política e relações
internacionais

MARCELO BUZETTO

A QUESTÃO PALESTINA

Guerra, política e relações
internacionais

1ª edição

EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo • 2015

Copyright © 2015, by Editora Expressão Popular

Revisão
Cecília Luedemann

Projeto gráfico, diagramação e capa
ZAP Design

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B992q	Buzetto, Marcelo A questão Palestina: guerra, política e relações internacionais. / Marcelo Buzetto-- 1.ed.—São Paulo : Expressão Popular, 2015. 223 p. : il. maps. Indexado em GeoDados - http://www.geodados.uem.br . ISBN 978-85-7743-268-4 1. Palestina – Questões políticas. 2. Palestina – Relações internacionais. 3. Palestina - Guerra. 4. Palestina – Prisioneiros políticos. I. Título. CDD 956.94
-------	--

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2015
3ª reimpressão: outubro de 2023

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Alameda Nothmann, 806
Sala 06 e 08 – CEP 01216-001 – Campos Elíseos – SP
livraria@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br
 [ed.expressaopopular](https://www.facebook.com/ed.expressaopopular)
 [editoraexpressaopopular](https://www.instagram.com/editoraexpressaopopular)

SUMÁRIO

Um livro que é uma homenagem aos prisioneiros políticos palestinos. Libertar os prisioneiros é libertar a Palestina da ocupação israelense!.....	13
<i>Abla Remawi Sa'adat</i>	
Prefácio.....	19
<i>Sérgio Yahní</i>	
Introdução.....	27
Sionismo, imperialismo e relações internacionais: a questão palestina e os desafios da esquerda.....	43
Impressões de uma viagem à Palestina	77
A Batalha de Gaza: Israel contra o direito internacional (mais uma vez)	89
Eleições em “Israel”: o resultado é, mais uma vez, um governo antidemocrático, colonialista e racista	123

ENTREVISTAS

MST e Via Campesina: solidariedade com a heroica resistência popular.....	131
<i>Por Thamis Magalhães</i>	
Existe uma rebelião popular em pleno desenvolvimento na Palestina	143
Liderando, da prisão, o fim das negociações e a reconstrução da Resistência: entrevista com Ahmad Sa'adat	151
Na Palestina, FPLP combina a luta de libertação nacional com a luta pelo socialismo	165
<i>Por Marcelo Buzetto e Guilherme Henrique Guilherme</i>	

ANEXOS

Layla e Samir: os sonhos de duas crianças na Palestina.....	181
<i>Marcelo Buzetto</i>	
Via Campesina Brasil em defesa do povo palestino: pelo fim da ocupação israelense na palestina! Paz, justiça e independência nacional para o povo palestino!	189
<i>Via Campesina Brasil</i>	
Carta de Ahmad Sa'adat ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Vitória aos oprimidos!.....	195
Carta do MST ao companheiro Ahmad Sa'adat – Secretário-Geral da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP).....	199
O povo palestino tem o direito de resistir e lutar contra a ocupação israelense.....	203
<i>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST</i>	
 MAPAS.....	 205
 Declaração de Independência da Palestina (15 de Novembro de 1988)	 215
Sobre o autor	223

Em memória de Ali Dawabcheh, 1 ano e meio
de idade, morto queimado durante ataque de
colonos sionistas à Aldeia de Duma, Palestina,
em 31 de julho de 2015

Dedico este livro a:

Ahmad Sa'adat, Marwan Barghouti,
Khalida Jarrar, Majd Ziadeh e todos os
presos políticos palestinos que lutam contra
a ocupação israelense

Meu filho, João Marcelo, pelo carinho, pelo
companheirismo e pela sua capacidade de
se indignar diante das injustiças

(...) os países árabes ao redor da Palestina jogavam dois papéis conflitivos entre si: por um lado, o movimento de massas pan-árabe servia de catalisador do espírito revolucionário das massas palestinas, já que existia uma relação dialética entre os palestinos e as lutas árabes em geral. Por outro lado, os regimes estabelecidos nos países árabes faziam de tudo para impedir e minar o movimento de massas palestino. O conflito cada vez mais agudo na Palestina ameaçava contribuir para o desenvolvimento mais violento da luta nesses países, criando um potencial revolucionário que suas classes dirigentes não podiam desprezar.

Ghassan Kanafani,
A revolta de 1936-1939 na Palestina

A liderança de Arafat é de caráter estritamente personalista. Toda a estrutura dos Acordos de Oslo é resultado de uma decisão pessoal de Arafat (...) Desde o começo da revolução palestina, o problema sempre foi a liderança personalista de Arafat. Desde o começo nós denunciemos os riscos desta condução personalista e os danos que foram produzidos, sobretudo em um novo cenário caracterizado pelo fim da URSS e pela derrota árabe frente aos sionistas, que tem aproveitado a oportunidade para realizar seus objetivos. Nesse contexto a aprovação dos Acordos de Oslo tem piorado a relação de forças na Palestina como a nível internacional, deixando vazia a conquista de direitos, às vezes elementares, alcançados por nosso povo com tantos sacrifícios. Por isso nós seguiremos nossa luta revolucionária, a Intifada, até que consigamos mudar esta relação de forças.

George Habash, uma das principais lideranças da
Revolução Palestina. Médico, de família cristã,
foi fundador e Secretário-Geral da Frente Popular
para a Libertação da Palestina (FPLP)

Para aqueles que dizem que Israel deve ser reconhecido, a única resposta lúcida é perguntar “Que Israel?”, já que o país nunca teve fronteiras internacionalmente declaradas e continua revisando indefinidamente o tamanho de seu território (...) A paz só pode ser feita sobre a base de uma retirada completa e o fim da ocupação. Estas são questões concretas, e não questões gerais, que muitas vezes nos desviam de nossos objetivos como povo em busca da autodeterminação (...) Ao mesmo tempo que posso compreender o desejo da liderança palestina de fazer algo agora para tentar acabar com uma guerra de atrito obviamente desgastante, também acredito que é muito imoral e estúpido simplesmente retomar as negociações de Oslo como se nada tivesse acontecido.

Edward Said, intelectual palestino-estadunidense,
Cultura e política

Não iremos embora (Tawfiq Zayyad)

Aqui
sobre vossos peitos
persistimos
como uma muralha
em vossas goelas
como cacos de vidro
imperturbáveis
e em vossos olhos
como uma tempestade de fogo
Aqui
Sobre vossos peitos
persistimos
como uma muralha
em lavar os pratos em vossas casas
em encher os copos dos senhores
em esfregar os ladrilhos das cozinhas pretas
para arrancar
a comida de nossos filhos
de vossas presas azuis
Aqui
sobre vossos peitos
persistimos
como uma muralha
famintos
nus

provocadores
declamando poemas
somos os guardiões da sombra
das laranjeiras e das oliveiras
semeamos as ideias como o fermento na massa
nossos nervos são de gelo
mas nossos corações vomitam fogo

quando tivermos sede
espremeremos as pedras
e comeremos terra
quando estivermos famintos
Mas não iremos embora
e não seremos avarentos como nosso sangue
Aqui
temos um passado
e um presente
Aqui
está nosso futuro.

Um livro que é uma homenagem aos prisioneiros políticos palestinos. Libertar os prisioneiros é libertar a Palestina da ocupação israelense!¹

ABLA REMAWI SA'ADAT²

A luta pela liberdade dos presos políticos palestinos é central e decisiva para a luta pela libertação da própria Palestina. Há milhares de prisioneiros palestinos nas prisões israelenses, prisioneiros lutadores pela liberdade: pais, mães, irmãs, irmãos, crianças/filhos, maridos, esposas. Eles são levados de suas famílias, têm suas visitas de familiares negadas e são isolados de suas comunidades e da sociedade. Eles vêm de todas as áreas da vida social, de todos os aspectos de luta e resistência – da liderança política à luta armada, apenas para continuar a persistir na nossa terra, apesar da ocupação, do *apartheid* e dos assentamentos ilegais dos sionistas.

Meu marido e pai de nossos quatro filhos, Ahmad Sa'adat, é também Secretário-Geral da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), um partido político da esquerda palestina e um movimento

¹ Agradeço a contribuição de Geisa Tanganeli Pires, tradutora do texto original em inglês.

² Abla Remawi Sa'adat é ativista de direitos humanos, e tem contribuído com organizações sociais palestinas como a União dos Comitês de Mulheres Palestinas (Union of Palestinian Women's Committees – UPWC) e a Associação de Direitos Humanos e Apoio aos Prisioneiros (Prisoner Support and Human Rights Association – ADDAMEER).

de resistência. Desde 2006, ele está trancafiado em prisões israelenses, condenado a 30 anos. Nossa família o viu sendo pego à força e capturado da mesma forma que milhões de palestinos, árabes e pessoas ao redor do mundo viram: em nossas telas de TV. Antes disso, em 2002, havia sido encarcerado em uma prisão da Autoridade Palestina em Jericó, sob a guarda de soldados dos EUA e do Reino Unido. Mesmo a Suprema Corte Palestina tendo ordenado pela sua libertação, ele permaneceu atrás das grades. No dia 14 de março de 2006, meses depois de Ahmad ter sido eleito para o novo Conselho Legislativo Palestino (Parlamento), as forças de ocupação israelenses atacaram violentamente a prisão com tanques e máquinas escavadeiras, destruindo o edifício, matando dois e ferindo dezenas de palestinos – e sequestrando Ahmad e seus camaradas.

Durante treze anos, nosso lar foi privado do seu amor, seu sorriso, seu carinho. Durante nove anos, nossos filhos foram proibidos de ver o pai – impedidos com uma justificativa após a outra de mantê-lo em “segurança”. Em 2009, ele foi jogado na solitária depois de ter manifestado o seu apoio à resistência palestina em Gaza, denunciando os massacres israelenses praticados na chamada “Operação Chumbo Fundido”. Ahmad passou três anos isolado. Isolado não apenas de nós, sua família, mas também de seus companheiros prisioneiros políticos palestinos. Em 2012, depois de uma greve de fome em massa de milhares de prisioneiros palestinos, ganhou sua entrada para a prisão geral.

Isso foi uma tragédia para a nossa família. No entanto, essa é a história diária de milhares e milhares de famílias palestinas. Você não pode entrar em um lar palestino e encontrar alguém que não foi tocado pelo crime de prisão em massa de palestinos, que não conhece os horrores dos ataques noturnos, os soldados invasores saqueando a casa e roubando um pai, um filho, uma mãe, uma irmã. Diariamente vemos jovens, crianças, sequestrados de suas casas pelos soldados de ocupação no meio da noite, levados para interrogatórios, detenção,

prisão. E é por eles, nossos entes queridos presos, que nossas famílias também lutam, resistem e persistem exigindo a liberdade de todos.

Esta perda, esse anseio, não é algo que sentimos apenas individualmente, como famílias dos prisioneiros palestinos. Isso é algo que toda nossa sociedade sente – nossos líderes, nossos ativistas, nossos organizadores estão sendo sequestrados e isolados de nós. A prisão de palestinos, o isolamento de líderes como Ahmad Sa'adat é mais uma tentativa – em mais de 67 anos de colonização sionista da Palestina – para calar nossa luta, para parar a nossa resistência, para calar nossas vozes, para criminalizar os líderes mais importantes do povo palestino.

Mas em vez de parar nossa resistência, as próprias prisões se tornaram escolas de luta. Os prisioneiros palestinos são exemplos não só para o nosso movimento de libertação – assim como Nelson Mandela e os prisioneiros Sul-Africanos que lutaram para derrubar o *apartheid*; como Bobby Sands e os prisioneiros irlandeses que lutaram para acabar com a colonização britânica –, nossos prisioneiros palestinos são símbolos internacionais de firmeza, coragem e de resistência em face da grande injustiça colonial.

Seus escritos, suas palavras e sua liderança ecoam muito além das paredes das prisões israelenses. De líderes como Ahmad Sa'adat, Khalida Jarrar e Marwan Barghouti, para milhares de homens, mulheres e crianças mantidas atrás das grades, as vozes dos prisioneiros palestinos são vozes do nosso povo palestino exigindo liberdade, justiça e libertação. As greves de fome realizadas pelos prisioneiros palestinos, tal como a de Khader Adnan, têm mobilizado o povo palestino e a solidariedade internacional, chamando a atenção para as grandes injustiças cometidas contra os prisioneiros palestinos e contra o povo palestino como um todo.

Atualmente, há aproximadamente seis mil prisioneiros palestinos em prisões israelenses; quatrocentos deles mantidos em detenção administrativa – prisão indefinida e arbitrária sem acusação, nem julgamento

por períodos renováveis de até seis meses. Aqueles que são “julgados” são levados a tribunal militar israelense – todo um sistema criado para beneficiar a ocupação e os colonialistas, onde os oficiais não são apenas os promotores, mas também os juízes, e em que também em 99,74% dos casos os palestinos são condenados. A filiação na maioria dos principais partidos políticos palestinos é criminalizada – assim como é o “apoio” ou “assistência” para as organizações que representam o povo palestino. Parlamentares palestinos, como Khalida Jarrar, são levados a julgamento perante tribunais militares ameaçados com anos de prisão por participarem em manifestações e eventos pedindo liberdade para os presos palestinos e para a própria Palestina.

Nós sabemos, e os milhares e milhares de membros dessa família angustiada sabem, que a causa da liberdade dos prisioneiros palestinos nunca pode ser separada da causa da liberdade e libertação da Palestina. Libertar cada um desses milhares de prisioneiros preciosos é estar de mãos dadas com o fim da ocupação, com o desmantelamento das estruturas do Estado racista e do *apartheid*, garantindo o direito ao retorno para milhões de refugiados palestinos exilados de sua terra natal por mais de 67 anos.

De São Paulo, Buenos Aires, Nova York, San Jose, Los Angeles, Londres, Paris, Bélgica e Roma nós vemos imagens de pessoas tomando as ruas, levantando os nomes e fotos de Ahmad Sa'adat e de milhares de prisioneiros palestinos em prisões israelenses. Essa solidariedade internacional e o crescimento do movimento de boicote, desinvestimento e sanções, ou seja, o isolamento internacional de Israel, está pressionando o Estado de Israel e expondo suas práticas ilegais, seu racismo e sua natureza colonial em todo o mundo, arrancando a máscara de “paz” que Israel e seus aliados estratégicos, os Estados Unidos e União Europeia, tem tentado impor sobre sua realidade de limpeza étnica, *apartheid*, racismo e colonialismo. O projeto de isolamento direcionado contra os prisioneiros pelo Estado de Israel falhou a nível global.

As ações internacionais pela liberdade dos prisioneiros palestinos – e devem ser mencionados também aqui aqueles prisioneiros palestinos e árabes mantidos em prisões internacionais, como Georges Ibrahim Abdallah sofrendo por 31 anos em prisões francesas – são uma parte fundamental da construção da solidariedade internacional significativa para a Palestina. E esse livro de Marcelo Buzetto é uma importante parte dessas ações e se configura como um documento no sentido de fortalecer a luta para libertar milhares de prisioneiros palestinos, e por conquistar uma Palestina livre.

Prefácio¹

SÉRGIO YAHNI²

A Palestina conheceu o colonialismo moderno através de um massacre. Entre 7 e 8 de março de 1799, depois de quatro dias de cerco, as tropas napoleônicas ocuparam a cidade de Jaffa. Imediatamente após a ocupação, os soldados franceses se dedicaram a violar as mulheres e a assassinar os homens. Durante dois dias mais de quatro mil habitantes da cidade foram assassinados. Levaria mais de um século para que o colonialismo europeu se firmasse nas terras do mediterrâneo oriental. Foram cem anos durante os quais o Império Otomano ia de capitulação em capitulação, e nesse período se gestava a burguesia palestina e se organizava sua classe operária.

¹ Tradução do texto original em espanhol feita por Marcelo Buzetto.

² Sérgio Yahní é diretor do Centro de Informação Alternativa (AIC), uma organização formada por palestinos e israelenses que lutam contra a ocupação, pelo direito de retorno dos refugiados e contra as violações dos direitos humanos praticadas pelos sucessivos governos de Israel. Fundada em 1984, a AIC tem como princípios a solidariedade e o internacionalismo. Yahní é argentino, foi viver na Palestina com seus pais quando tinha 12 anos. Como cidadão israelense, foi obrigado a fazer o serviço militar. Foi preso várias vezes por se recusar a servir o exército nos territórios palestinos, e também por denunciar as injustiças cotidianas praticadas por Israel contra a população palestina, em especial, em Jerusalém.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, quando o sul da Palestina já estava ocupado pelo exército da Inglaterra, o Secretário de Relações Exteriores britânico, Arthur James Balfour, envia a 2 de novembro de 1917 uma carta ao Barão Lionel Walter Rothschild, líder da comunidade judaica na Grã-Bretanha, confirmando a decisão do governo britânico de apoiar a criação de um lar judeu na Palestina. A intenção britânica expressada nessa carta não foi apoiar o direito à autodeterminação da população judaica da Palestina, que não chegava a ser uma sétima parte da população do país, mas sim conceder à Federação Sionista da Grã-Bretanha e Irlanda o direito de colonizar a Palestina com imigrantes de origem judia. Com essa carta, o governo britânico predeterminou a história palestina do século XX, transformando-a numa história de colonização, ocupação e resistências, já que nenhum segmento da sociedade palestina estava disposto a curvar-se e aceitar as ordens do colonizador.

Com o tempo, a direção sionista passou a alegar que a resistência palestina emanava de raízes antisemitas de origem religiosa. Claro, esta perspectiva renega a história palestina e as coletas de dinheiro que se organizaram na cidade de Jaffa em solidariedade aos judeus que foram vítimas dos *pogroms* na Rússia tsarista do início do século. Esta perspectiva nega o fato que anteriormente ao imperialismo britânico muçulmanos, cristãos e judeus coexistiram pacificamente por séculos na Palestina. Essa perspectiva sionista tenta apagar o internacionalismo dos trabalhadores palestinos. A Histradut se estabelecia como uma central sindical na qual participava também quem não era operário, desde que fosse judeu. Mas os trabalhadores palestinos estavam organizados em sindicatos de classe no qual participavam árabes e judeus, palestinos e imigrantes só e unicamente por serem trabalhadores em um ramo específico da indústria. Assim foi nos sindicatos dos ferroviários, das refinarias de petróleo e nas extensas plantações de cítricos que caracterizavam o país. Os primeiros sindicatos se organizaram em

Jaffa e Haifa como associações de ajuda mútua de trabalhadores, e a primeira greve se registrou em 1905, na colônia judia, pré-sionista, de Zichron Yaakov. Nessa greve, trabalhadores palestinos e imigrantes judeus pediram melhores condições de trabalho. Ela foi duramente criticada pela direção do movimento sionista, já que trabalhadores judeus participaram juntos com trabalhadores árabes numa greve contra patrões judeus.

Por sua parte, a burguesia palestina saudava o poder imperialista buscando um acordo que lhe permitia controlar as riquezas do país. Sua principal demanda política era romper com as promessas feitas pelo Império Britânico ao movimento sionista. Mas se tratava de uma classe social débil, cheia de contradições – que eram parte de seu desenvolvimento histórico – e incapaz de constituir-se como poder social hegemônico, ao mesmo tempo que combatia o sionismo.

Para a Grã-Bretanha, a Palestina era uma base de operações da Marinha Real e a colonização sionista, com recursos que possuía para financiar o desenvolvimento industrial, era parte de uma estratégia que garantia o transporte marítimo, controlando o acesso ao Canal de Suez, e facilitava o transporte do petróleo do Iraque através dos territórios controlados pelo Império Britânico. Para cumprir esses objetivos, sua majestade esperava segurança militar e estabilidade social no país por meio de um sistema de certificados de imigração que exigiam uma capacidade econômica mínima da parte dos imigrantes. A Grã-Bretanha garantia a colonização de setores de classe média, atenuando assim as contradições de classe. Mais tarde, quando a segurança britânica se debilitou frente às rebeliões da região, os colonos foram estimulados a organizar forças armadas e forças especiais para a defesa dos interesses de sua majestade. Estas forças militares foram o embrião do exército sionista que ocupou a Palestina em 1948.

O sionismo desejava converter a Palestina na pátria do povo judeu, e é por isso que a colonização tinha dois aspectos: por um lado,

a imigração de famílias de classe média se concentrava nas cidades da costa, sobretudo em Tel Aviv e seus subúrbios; por outro, os jovens organizados para levar adiante a colonização agrária da Palestina. Estes jovens eram os famosos “pioneiros”, ou ‘Halutzim’ em hebreu, para quem a mística do socialismo utópico levava ao estabelecimento de colônias coletivas e cooperativas que serviam para a colonização do território. Ao mesmo tempo, estas colônias utópicas eram instrumentalizadas para criar a realidade étnica de “um socialismo que verdadeiramente existe” e substituíam a ideia de luta de classes.

As políticas britânicas radicalizaram as contradições na sociedade árabe, evitando o desenvolvimento de qualquer tipo de diálogo social, de tal maneira que, ao concluir o Mandato Britânico, a sociedade palestina se encontrava confrontada consigo mesma e incapaz de chegar a um consenso prático frente à ofensiva dos colonos sionistas. Ao mesmo tempo, e respondendo às promessas feitas no começo do século, o governo de sua majestade facilitou o estabelecimento da direção sionista como poder hegemônico na comunidade de imigrantes judeus, criando dessa maneira um Estado embriológico capaz de tomar a Palestina de assalto. Das filas do socialismo étnico-utópico emergiram os líderes sionistas que governaram os primeiros cinquenta anos de existência do Estado de Israel. A organização social e militar gestada pelo socialismo utópico sionista foi capaz de enfrentar as forças irregulares palestinas, levar adiante a limpeza étnica nos territórios ocupados durante a guerra de 1948 e derrotar as forças árabes que intervieram para por fim à crise dos refugiados palestinos.

A derrota das forças árabes de intervenção na Palestina foi o detonador de revoluções nacionalistas no Mundo Árabe, que chegaram a colocar em perigo o controle ocidental sobre os recursos energéticos da região. Mas estas nunca chegaram a vencer, já que houve um segundo golpe, em 1967, em que o sionismo conquistou o controle de toda a Palestina histórica, pondo fim às esperanças geradas pelas revoluções

nacionalistas. Mas a vitória das forças israelenses nunca conseguiram controlar o espírito indômito da população palestina, e tiveram que enfrentar rebeliões populares intermitentes que não permitiram a consolidação do regime de ocupação. Não foram as tropas de intervenção árabe que previram a limpeza étnica na Palestina, tampouco foram as forças voluntárias constituídas pela burguesia local que, portanto, conservavam consigo todas as suas contradições históricas e sociais, mas foram os camponeses que organizaram diferentes formas de resistência local para pôr limites às capacidades das tropas sionistas.

Igualmente, depois da derrota das forças árabes em 1967, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi quem assumiu o papel de organizar a população palestina nos campos de refugiados na diáspora para a resistência. Os levantes populares sob a ocupação israelense eram espontâneos mas sob a direção da OLP. Durante 48 anos o movimento palestino de libertação nacional processou diferentes alternativas políticas, formas ideológicas e metodologias de ação. Os êxitos palestinos foram bastante limitados e se resumem no estabelecimento da Autoridade Nacional Palestina. Esta instituição é muito criticada, já que para a liderança da OLP tornou-se um fim em si mesmo e deixou de ser um instrumento de libertação nacional, se alguma vez já foi. Mas, o que não é menos importante, esta amálgama de estratégias e metodologias garantiram a existência política do povo palestino, de tal maneira que a diversidade se converteu por si num instrumento da resistência.

Para o sionismo, não se trata só do desaparecimento físico dos palestinos e da apropriação de seus bens, mas sim de seu necessário desaparecimento político. Este é o objetivo de todos os governos de Israel desde a consolidação da Autoridade Nacional Palestina (ANP), em princípios de 1994. No início, Israel queria que a ANP, que representa somente os palestinos de Cisjordânia e Gaza, substituísse a OLP, que representava também os palestinos dentro de Israel, nos campos

de refugiados e na diáspora, com o objetivo de dividir o povo palestino em pelo menos três entidades políticas separadas. Mais adiante, após as eleições palestinas de 2006, Israel procurou destruir a representatividade política da ANP, isolando a política de Gaza da política da Cisjordânia e tomando medidas para aniquilar qualquer tipo de ação política palestina em Jerusalém. A ofensiva israelense contra a Faixa de Gaza, no verão de 2014, é um testemunho do fracasso dessa estratégia. O objetivo da ofensiva policial na Cisjordânia e Jerusalém, durante os meses de junho e julho, coordenada com os colonos sionistas, e a ofensiva militar contra a Faixa de Gaza, durante os meses de julho e agosto, era destruir o recém-criado governo de unidade nacional, do qual participavam Fatah, Hamas e outras forças palestinas menores. Israel conseguiu provocar destruição e morte, mas não conseguiu destruir o governo de unidade nacional e fez ressurgir a solidariedade nacional entre os palestinos, que estava desgastada. Mas este fracasso também revelou que a capacidade israelense de conter a rebelião palestina é em função do guarda-chuva militar, econômico e diplomático que os Estados Unidos e as potências europeias provêm a Israel. Durante as batalhas em Gaza ficou claro que a supremacia militar israelense não se deve à atuação dos soldados em campo, mas sim à sua superioridade tecnológica, financiada pelos EUA. O financiamento militar estadunidense já superou os 3,5 bilhões de dólares e os amigos de Israel no Congresso lutam para que chegue aos 4 bilhões. O objetivo dessa subvenção anual é a compra de armamentos da indústria norte-americana, mas este armamento não foi suficiente no combate contra as guerrilhas palestinas equipadas com armas de produção artesanal e, no meio do mês de agosto de 2014, Israel teve que pedir aos EUA permissão para seu exército utilizar armas do exército norte-americano armazenadas no país. Complementarmente, Israel pode utilizar seu poder militar já que tanto EUA quanto União Europeia garantem sua impunidade, e a impunidade dos soldados e oficiais perante as instituições internacionais.

A luta armada foi imposta aos palestinos pelas políticas israelenses, mas não foi surpresa para ninguém que a resposta palestina tenha sido uma combinação de resistência popular e solidariedade internacional. O movimento pelo Boicote, Sanções e Desinventamentos (BDS), as brigadas internacionais de solidariedade e as flotilhas que tentam romper o bloqueio à Faixa de Gaza, se transformaram num risco constante para a impunidade israelense. Para Israel, já não se trata somente de contestar iniciativas diplomáticas em instituições internacionais, mas de responder a um movimento popular que tem mil cabeças e não está disposto a vender a causa palestina.

Este livro de Marcelo Buzetto nos apresenta o conflito colonial na Palestina desde uma perspectiva das relações internacionais, desde as origens do sionismo e até a discussão sobre a última ofensiva israelense contra Gaza. Mas este livro não é um tratado neutro de questões diplomáticas pertinentes ao conflito no Oriente Médio. Trata-se de uma obra militante que nos traz uma perspectiva comprometida. Por esta razão Marcelo Buzetto analisa a questão palestina nas relações internacionais, no primeiro capítulo, mas imediatamente depois discute os desafios que isto traz para a esquerda e para uma interpretação marxista deste conflito, no segundo capítulo. Depois de discussões de caráter mais teórico, Buzetto debate, nos capítulos três e quatro, a ofensiva israelense contra Gaza, em julho de 2014, e o caráter do governo israelense que emergiu das eleições que se realizaram após esta ofensiva militar. Nas entrevistas e anexos, Marcelo Buzetto mostra o lado militante de seu trabalho trazendo vozes e posicionamentos do movimento de solidariedade e de forças de esquerda na Palestina.

Introdução

Os conquistadores são uma potência militar que atua com o massivo apoio diplomático, econômico e militar da superpotência global. Os conquistados estão sozinhos e indefesos, muitos sobrevivendo com dificuldades em campos de refugiados miseráveis, sofrendo os terrores brutais típicos das guerras “coloniais diabólicas” e enfiados agora em uma vingança que produz atrocidades terríveis. (...) O “processo de paz” de Oslo mudou as modalidades da ocupação mas não sua concepção básica.

Noam Chomsky,
Ilusiones de Oriente Medio

Para quem aceita os princípios fundamentais do direito internacional humanitário só existe uma maneira de analisar o conflito Palestina-Israel com alguma objetividade e seriedade: é um conflito entre colonizadores e colonizados. De um lado, a população originária e nativa, conhecida como povo palestino. De outro, os colonizadores, estrangeiros que se deslocaram da Europa com apoio do Império Britânico e demais potências imperialistas para ocupar e conquistar através de uma guerra a pátria palestina. Os palestinos são um povo que até o final do século XIX e início do século XX era constituído por muçulmanos, cristãos, judeus etc. Ser palestino era pertencer a uma terra, a um povo, a um território, a uma nação. Ser palestino não era ser desta ou daquela religião.

Este livro procura ser uma contribuição teórica e política que visa demonstrar que as origens do conflito atual podem ser resumidas por quatro acontecimentos históricos: 1. o surgimento e desenvolvimento do movimento colonialista, o sionismo, com sua direção política hegemonicamente nacionalista, conservadora, antidemocrática e racista; 2. o colonialismo britânico na Palestina, entre 1918 e 1948, que reprimiu com violência todas as tentativas palestinas de independência, soberania e autodeterminação; 3. o Plano de Partilha da Palestina, aprovado ilegalmente, em 29 de novembro de 1947, pela Organização das Nações Unidas (ONU), que dividiu o território em “Estado judeu” e “estado árabe” ou “Estado Palestino”, sem a aprovação da maioria da população nativa e com os votos contrários e protestos de todos os países árabes, em especial os que faziam fronteira com a Palestina histórica: Líbano, Síria, Jordânia e Egito; e 4. a criação unilateral e com apoio de potências militares do chamado “Estado de Israel”, entre 14 e 15 de maio de 1948, um verdadeiro golpe de Estado organizado por uma coalizão de diferentes grupos sionistas que já desenvolviam ações armadas contra a população palestina desde o final dos anos 1930 e início dos anos 1940, tendo em suas mãos muitas armas, munições, equipamentos militares e uma razoável experiência de combate em campo. A divisão da Palestina e a criação do chamado “Estado de Israel” são, sem dúvida, os fatores determinantes que deram origem à chamada Guerra da Palestina.

Desde a minha juventude sempre me intrigava as imagens que via na TV ou nos jornais e revistas sobre os palestinos, em especial a maneira como tratavam, nos anos 1980, as ações realizadas por partidos e grupos ligados à Organização para a Libertação da Palestina (OLP). As notícias sempre vinham acompanhadas da expressão “terroristas”. Como, aqui no Brasil, estávamos no final da ditadura militar, era comum a palavra “terrorista” ser utilizada para designar os homens e mulheres que heroicamente enfrentaram os governos do período

1964-1985, principalmente aqueles que recorreram à luta armada. Eu era um jovem que desde criança vivia num bairro da periferia de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, e cresci vendo a repressão e sentindo o cheiro das bombas de gás lacrimogêneo que a Polícia Militar usava contra os metalúrgicos que faziam assembleias na Praça da Igreja Matriz, bem no centro da cidade. Ficava sempre pensando sobre tudo aquilo que acontecia ali e o que estava acontecendo no mundo. Várias foram as vezes que, andando com minha mãe pelo centro da cidade, entre meus oito e dez anos (1978-1980), ouvíamos o barulho ensurdecedor das bombas contra os trabalhadores em greve. Tudo isso foi despertando uma curiosidade para saber o porquê de tudo isso.

Na adolescência, comecei a ler sobre as organizações da luta armada no Brasil, e como também foram qualificadas como sendo “terroristas”. Conheci a história de Carlos Marighella e Carlos Lamarca. Aí fui compreendendo que na história das lutas pela construção de uma sociedade mais justa, muitas vezes o conflito político e social pode adquirir também a forma de confrontação militar, seja através de uma guerra convencional, em que Estados se enfrentam, ou de uma guerra não convencional, assimétrica, com táticas e técnicas de combate que expressam uma desigual correlação de forças. Então procurei mais informações sobre o significado das lutas de libertação nacional e anticolonialistas/anti-imperialistas do século XX, a ponto de pesquisar, com meus dezoito e dezenove anos, o nome de países onde estavam em pleno desenvolvimento. Meu interesse era tão intenso que vivia recortando matérias de jornais e revistas sobre o tema, e meu quarto era cheio de fotos desses movimentos, grupos e organizações, misturadas, é claro, com fotos de bandas de punk-rock e hardcore, meus estilos musicais preferidos naquele momento.

Assim nasceu meu interesse pelo tema Palestina. Mas um episódio marcou minha aproximação com o movimento de solidariedade à luta do povo palestino. Entre 1987 e 1988, a Intifada (“O levante”),

rebelião popular palestina, estava crescendo. Nas ruas da Palestina ocupada, crianças e jovens armados com pedras enfrentavam os tanques israelenses. Uma nova etapa da luta popular contra a ocupação tinha sido iniciada. E 1988 era o ano da Declaração de Independência da Palestina (15/11/1988), e da primeira significativa concessão feita pela direção da OLP a Israel: abandonar a luta armada e reconhecer a existência do “Estado de Israel”, apoiando assim a Resolução da ONU que partilhou a Palestina em 1947. Ou seja, a OLP aceitava a solução de dois Estados, deixando de lado seu programa original, de criação de *um Estado Palestino Laico e Democrático, onde todos pudessem ter direitos iguais independente da religião ou da posição política*.

Andando pelo centro de São Paulo, vi um cartaz com uma foto muito famosa: um menino palestino com uma pedra em suas mãos e, diante de si, um gigantesco tanque israelense. Era a verdadeira imagem de “Davi contra Goliás”. O cartaz convidava para um debate sobre a questão palestina, e aquela imagem me perseguiu por vários dias. Fui ao debate e, desde então, nunca mais me afastei dessa luta justa por libertação nacional e transformações sociais. Conheci pessoas que nasceram na Palestina, no Líbano, na Síria, no Iraque, na República Árabe Saharaui Democrática, na Jordânia, na Tunísia, no Egito, e aprendi muito com todos sobre a importância dos povos árabes na história da humanidade e nas lutas anti-imperialistas do passado e do presente.

Este livro é resultado de uma experiência vivida e, ao mesmo tempo, de uma reflexão teórica que resultou em vários artigos acadêmicos e entrevistas sobre o assunto, em espaços como as revistas *Lutas Sociais* (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais – Neils/PUC-SP), *Revista de Ensaios dos Cursos de Relações Internacionais e Economia* (Recrie-Centro Universitário Fundação Santo André), *Revista do Instituto Humanitas* (Unisinus) e *Revista do Professor* (Sinpro-ABC), e no jornal *Brasil de Fato*, que tem concedido grande espaço para a causa palestina em suas páginas semanais. Também aproveitamos para

difundir no Brasil a interpretação do conflito na perspectiva de um setor importante – não o único – da esquerda marxista na Palestina: a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP). Será possível, nos textos que apresentamos, e nas entrevistas de Ahmad Sa'adat (Secretário-Geral da FPLP) e Khaled Barakat (FPLP), ter uma visão sobre quem é e o que pensa a FPLP com relação à situação atual da luta de classes e do movimento nacional palestino. Com isso acreditamos estar dando uma contribuição original e inédita para que o leitor brasileiro, interessado por temas das relações internacionais, consiga se aprofundar no estudo das forças políticas que, internamente, conduzem a luta contra a ocupação israelense, e possa assim desenvolver uma análise mais precisa, sabendo que na Palestina ocupada existem distintas forças sociais e partidos políticos, além do Fatah (Movimento de Libertação Nacional), que “governa” a Cisjordânia, e Hamas (Movimento de Resistência Islâmica), que “governa” Gaza.

Nossa opção em dedicar um espaço tão significativo para uma expressão política de esquerda inspirada nas ideias de Marx, Engels, Lenin, Guevara e outros, se deve ao fato de que é comum entre muitos intelectuais pós-modernos, e em alguns “socialistas de cátedra” ou mesmo social-democratas e pequeno-burgueses travestidos de lutas sociais acusarem o marxismo de ser uma interpretação teórica “eurocêntrica”, afirmação que só pode ser feita por aqueles que ignoram por completo o desenvolvimento do marxismo no século XX, e sua expansão para a Ásia, a África e a América Latina. Basta lembrar que a primeira revolução socialista vitoriosa que ocorreu na Ásia, foi a Revolução Russa de 1917, e espalhou a semente da rebelião popular por todos os países vizinhos, o que tornou possível a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As revoluções de libertação nacional, anti-imperialistas e socialistas do século XX levaram o pensamento marxista para as terras árabes da Palestina, e lá surgiram movimentos e organizações que produziram também seus

próprios intelectuais na árdua tarefa de construir no interior do mundo árabe, profundamente influenciado pelo islamismo, uma organização política que procura conjugar a luta pela libertação nacional com a luta pelo socialismo, além de pretender participar ativamente da Revolução Palestina, compreendendo-a como parte inseparável das revoluções no mundo árabe e em outras partes do globo. Essas são algumas justificativas para o espaço garantido a esta alternativa política marxista no interior do movimento nacional palestino. Como foi possível uma organização como esta sobreviver à onda de nacionalismo laico dos anos 1960/70/80 e à atual onda de nacionalismo islâmico dos anos 1990/2000?

Como amigo do povo palestino nos orientamos sempre pelo princípio de não intervenção em muitos assuntos internos do movimento de libertação nacional, mas como filiados a uma teoria e a uma metodologia de análise da realidade crítica ao capital em todas as suas formas e manifestações, não podemos deixar de observar que existe uma identidade política e programática maior com organizações palestinas e/ou israelenses que são, na sua forma e no seu conteúdo, parte da esquerda anticapitalista internacional. Essa opção não menospreza nem despreza as outras correntes teóricas e políticas do movimento nacional palestino, até porque será possível verificar nosso desejo e nossa proposta de o povo palestino e suas legítimas organizações tentarem construir uma unidade política e programática mínima, para se lançar numa ofensiva contra a ocupação israelense.

Seria uma tarefa impossível, nesse momento, apresentar as posições da totalidade das organizações políticas palestinas, pois são inúmeras, sejam as mais antigas, principalmente ligadas à Organização para a Libertação da Palestina (OLP), ou as mais jovens, nascidas durante a Intifada ou após os Acordos de Oslo e as eleições para a Autoridade Nacional Palestina (ANP). Só entre aquelas que estão na OLP ou surgiram a partir de cisões em partidos da OLP, temos o Fatah, a FPLP, a Frente

Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP), o Partido do Povo Palestino (PPP), a FLPP – Comando-Geral, a Frente Árabe Palestina (FAP), a Frente Árabe de Libertação (FAL), a Frente de Luta Popular Palestina (FLPP), a Iniciativa Nacional Palestina (INP), a As-Sa'iqa, a União Democrática Palestina (UDP). No campo do nacionalismo islâmico, se destacam o Hamas e a Jihad Islâmica. Todas essas são partidos políticos. No movimento sindical temos a União Geral dos Trabalhadores Palestinos (GUPW), a Federação dos Sindicatos Independentes Palestinos (IFU), a Federação Geral dos Sindicatos Palestinos (PGFTU), entre outras. Entre as mulheres destacam-se a União Geral de Mulheres Palestinas (GUW) e a União dos Comitês de Mulheres Palestinas (UPWC). Entre os camponeses, a União dos Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC), filiada à Via Campesina, tem se fortalecido nos últimos anos. É importante compreender que o movimento nacional palestino produziu diversas formas de luta e de organização ao longo dos anos, e a luta armada – que muitas vezes aparece de maneira mais explícita – é uma expressão desse processo, mas existem movimentos de mulheres, de camponeses, de pescadores, de jovens, de estudantes, culturais, de intelectuais, sindicatos, partidos políticos etc.

Outra questão, que poderá ser observada neste livro, é nossa preocupação em apresentar ideias e posições de intelectuais e ativistas israelenses e/ou de origem judaica antissionistas, o que prova que é um erro confundir o povo judeu ou a totalidade da população israelense com o projeto colonialista e racista representado por todos os governos israelenses de 1948 até os nossos dias. Existe um setor – minoritário, é verdade – da sociedade israelense que também é parte integrante da luta anticolonialista palestina, assim como haviam franceses que lutavam pelo povo argelino, estadunidenses que lutavam pelo povo vietnamita, portugueses que lutavam pelo povo angolano etc. Muitos intelectuais de origem judaica abraçaram a causa palestina nos últimos trinta anos: Noam Chomsky, Ilan Pappé, Shlomo Sand,

Michel Warschawski, Norman Finkelstein, Ralph Schoenman, só para citar alguns.

É inegável nossa identificação com algumas ideias de dois intelectuais palestinos que merecem uma referência nessa introdução: Ghassan Kanafani e Edward Said. Kanafani foi um dos mais autênticos representantes da literatura palestina de resistência. Soube traduzir de maneira honesta e intensa os sentimentos e angústias cotidianas dos refugiados palestinos, e a coragem e a esperança que também os acompanharam por todas as pátrias onde chegaram. Kanafani corretamente denunciava os principais inimigos do povo palestino: as elites palestinas, a burguesia palestina; o sionismo/colonialismo/imperialismo e os regimes árabes, com seus governos submissos aos interesses da classe dominante de países como Inglaterra, França, Estados Unidos. Em seu livro *A Revolta de 1936-1939 na Palestina*, recentemente publicado no Brasil, nos dá detalhes de sua brilhante análise da luta de classes e das forças políticas que fazem parte do movimento nacional palestino. Apesar da importante iniciativa de publicação do livro, há um “equivoco” deliberado na tentativa de dissociar Kanafani da organização da qual fazia parte e era seu porta-voz, em Beirute-Líbano, onde vivia como refugiado palestino. Ele era dirigente da FPLP, e, por isso, foi assassinado por um comando do Mossad, serviço secreto israelense, em 8 de julho de 1972, quando seu carro explodiu. O “equivoco” continua ao “denunciar” que a FPLP e outras organizações da esquerda palestina viraram as costas para as “revoluções no mundo árabe”. Tal “denúncia” apenas fortalece os interesses daqueles que querem desqualificar as organizações palestinas que ainda se mantêm fiéis a uma causa que tem exigido enormes sacrifícios pessoais e políticos para muitos militantes. Há que se ter em conta a declarada contradição entre as linhas políticas das organizações que lutam pela libertação nacional e uma determinada interpretação – por vezes, equivocada – do legado de Leon

Trotsky. Tal acusação contra a FPLP e demais organizações (Frente Democrática para a Libertação da Palestina – FDLP e Partido do Povo Palestino – PPP) fazem sorrir o governo israelense, que agora conta como seu aliado alguns setores do autointitulado “trotskismo internacional” (que pena temos de Leon Trotsky, ele não merecia isso). Mas esses setores, que apoiaram a intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na Líbia, e a coalizão mercenária pró-imperialista que invadiu e destruiu a Síria, com o pretexto de derrubar o governo de BasharAl-Assad, não denunciam com tanta ênfase as monarquias árabes, a Irmandade Muçulmana e as ações políticas da direita libanesa, todos envolvidos no financiamento do caos e terror contra o povo sírio, os curdos e o povo saharauí, só para citar alguns exemplos. Kanafani é inseparável de sua organização, uma das primeiras a afirmar de maneira contundente que “a Revolução Palestina é parte inseparável da Revolução do Mundo Árabe”.

Outro autor que consideramos bastante relevante, apesar de suas contradições do ponto de vista teórico e político, é Edward Said. Apesar de não ter um vínculo orgânico com movimentos da resistência palestina, e de ter votado a favor da solução de dois Estados no encontro do Conselho Nacional Palestino em Argel, em 1988, Said vai amadurecendo sua posição sobre as negociações que a direção da OLP realizou com Israel entre esse ano e 1993 quando, finalmente, é assinado o Acordo de Oslo. Said teve condições de acompanhar o fracasso de Oslo e a degeneração de parte significativa da direção da OLP, envolvida, segundo ele, em escândalos de corrupção e se afastando cada dia mais dos compromissos assumidos no passado com o povo palestino, perdendo assim o reconhecimento que fez um dia ela ser vista como a “única e legítima representante do povo palestino”. Suas críticas às concessões feitas pela OLP e pela Autoridade Palestina ao governo de Israel são esclarecedoras, evidenciam como os palestinos foram derrotados nas negociações de Oslo, e com a cumplicidade de

parte de seus dirigentes e negociadores, que aceitaram as imposições israelenses e estadunidenses.

Infelizmente, observamos que este livro será lançado num momento em que não visualizamos nenhum recuo ou concessão por parte do governo israelense no que diz respeito aos mais elementares direitos nacionais e sociais do povo palestino. Israel segue com sua política de limpeza étnica, não respeita diversas resoluções da ONU sobre a questão palestina, proíbe o retorno dos refugiados, mantém nos cárceres quase seis mil palestinos, segue na construção do muro do *apartheid*, continua bombardeando Gaza, e mantendo sua população isolada e aprisionada, proíbe a construção de um porto e um aeroporto em Gaza, e a entrada de comida, medicamentos, água e material para reconstrução das casas, escolas, hospitais, etc., continua construindo colônias sionistas na Cisjordânia, destruindo casas e expulsando palestinos de Jerusalém Oriental, se recusando a sair de toda a cidade, ocupada ilegalmente desde 1967. Israel controla todas as fronteiras palestinas, controla a água, a circulação de pessoas e mercadorias, a circulação financeira e a economia palestina, as estradas e rodovias, a terra, o mar e o céu da Palestina. Continuam as infames detenções administrativas, uma medida herdada da época da colonização britânica, onde pessoas são arbitrariamente presas por seis meses (podendo ser renovada a prisão), sem acusação prévia, o que inibe o direito a se defender num tribunal. Também cresce a violência cotidiana de grupos armados de colonos sionistas contra a população palestina. Em Al-Khalil (“Hebron”), na Cisjordânia, é comum grupos de colonos atacarem palestinos com paus e pedras, atirar contra seus carros e casas, colocar fogo nas residências etc.

Um caso que teve destaque em 31 julho deste ano foi a morte de Ali Dawabcheh, um bebê de apenas 1 ano e meio, cuja casa foi atacada e queimada com toda a família dentro. O fato ocorreu na aldeia palestina de Duma. O pai de Ali morreu dia 7 de agosto, e sua

mãe, dia 6 de setembro, os dois em decorrência das queimaduras em seus corpos. O irmão de Ali, de quatro anos, pelo que sabemos único sobrevivente, continua internado em estado grave. Imaginemos fatos como esses acontecendo constantemente durante 67 anos. Portanto, não existe causa mais legítima no mundo de hoje do que a luta da resistência palestina contra a ocupação israelense. Existem causas tão legítimas quanto esta, como a dos curdos que se organizam em torno do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e combatem sem trégua o governo pró-imperialista da Turquia, ou a dos saharauís que, com a Frente Polisário, lutam contra a ocupação colonialista marroquina do Saara Ocidental.

Até agora sionismo, imperialismo, elites árabes e seus governos, em especial as monarquias reacionárias, têm estimulado a divisão entre os povos árabes, entre os povos muçulmanos, entre os povos do chamado Oriente Médio. Essas lutas fratricidas entre sunitas e xiitas, entre persas e árabes, entre Fatah e Hamas, não são mais do que iniciativas estrategicamente planejadas e estimuladas por governos e forças políticas e militares que compreendem a importância geopolítica de controlar determinados territórios. Petróleo, gás, água, localização estratégica, interesses econômicos, matérias-primas, controle de novos mercados: esses são os motivos das guerras do século XXI.

Um dos desafios na análise da questão palestina é compreender que no interior desse legítimo movimento de libertação nacional existem classes sociais, e existe a luta entre as classes sociais. Buscamos uma opção teórica e metodológica orientada pelos conceitos fundamentais do materialismo histórico e dialético, que consideramos, sem dúvida, o melhor referencial para podermos refletir de maneira crítica sobre uma série de fenômenos históricos, políticos, sociais e econômicos desse início de século, bem como suas contradições. Como afirmou Lenin

a burguesia das nações oprimidas converte constantemente as palavras de ordem de libertação nacional numa mistificação dos

operários: em política interna explora essas palavras de ordem para firmar acordos reacionários com a burguesia das nações dominantes (...) Em política externa procura pactuar com uma das potências imperialistas rivais para atingir suas finalidades de rapina (...) (*Sobre a libertação nacional e social*, Moscou, Progresso, 1988).

Nesse sentido, é preciso incorporar na análise da questão palestina os interesses antagônicos entre o proletariado, os camponeses e as massas populares palestinas, de um lado, e a burguesia palestina. Setores da burguesia palestina têm uma tendência a cooperar com a ocupação militar israelense, fato que contribui para enfraquecer o movimento nacional de resistência. Esses setores burgueses na direção da OLP e da Autoridade Nacional Palestina tem empurrado o povo palestino para um beco sem saída de miséria, humilhações e derrotas. Vemos como uma iniciativa importante os esforços da FPLP, da FDLP, do PPP e outras forças palestinas de esquerda de tentar construir, no interior do movimento nacional, uma coalização entre os socialistas e comunistas, para ir combinando a luta pela libertação nacional com uma estratégia política de orientação anticapitalista, sempre levando em consideração a situação concreta do conflito Palestina-Israel em todos os seus aspectos.

Como a introdução de um livro que escrevemos nos permite falar de muitas coisas ao mesmo tempo, não poderia deixar de concluir essas palavras iniciais sem lembrar da situação dos prisioneiros políticos palestinos, em especial a de Ahmad Sa'adat e seus companheiros da FPLP. Nas várias vezes que estive na Palestina tivemos contato com o sofrimento de sua família e de seus amigos, que suportam como todo o seu povo o peso do colonialismo israelense, e pagam um preço alto por manterem vivas ideias, princípios, sonhos. Sa'adat e sua organização são considerados "terroristas" por Israel, Estados Unidos e União Europeia. Quem se aproxima de sua luta também sofre uma punição: são perseguidos, presos, acusados de associação com "terroristas",

tem a sede de suas organizações invadidas pela polícia e exército colonialistas etc. A ocupação israelense tem procurado intimidar a todos que lutam ao lado desses militantes revolucionários. Eles são o coração e a alma da Revolução Palestina. O coração e a alma do povo palestino encontram-se hoje nas prisões. Os melhores filhos e filhas dessa Revolução estão encarcerados. Enquanto as prisões israelenses estão cheias desse sentimento de rebeldia tão necessário para mobilizar as massas, faltam à Autoridade Palestina a coragem e a vontade de seguir na luta contra a ocupação israelense. A libertação dos prisioneiros não é pauta prioritária das negociações da AP com Israel. Temos a certeza que um dia a Palestina será livre, assim como livre serão os prisioneiros, pois os que estão hoje no cárcere são e serão parte fundamental da construção de uma pátria independente, democrática e justa. A história de Sa'adat e sua família é a história de todas as famílias palestinas desde 1948. Enquanto organizávamos esse livro, outra amiga do povo brasileiro foi presa pela ocupação israelense: Khalida Jarrar. Deputada palestina da FPLP, uma grande lutadora que sempre terá nosso respeito e admiração.

O que mais desejamos para todos e todas que vivem na Palestina é um ambiente de paz, democracia, justiça e solidariedade, sejam nos territórios ocupados em 1948 e 1967 (que erroneamente são denominados “Estado de Israel” pela mídia empresarial ocidental), ou em Gaza e Cisjordânia, seja para judeus, cristãos, muçulmanos, drusos, ateus, pessoas que vieram da África, da Ásia, da Europa, da América para viver na Palestina etc. *Nosso mais profundo e sincero desejo é que sejam construídas as condições necessárias para que, num futuro, todos possam viver num Estado Único, Laico e Democrático, em toda a Palestina histórica, sem racismo, sem discriminação, sem apartheid, sem limpeza étnica, sem sionismo, sem colonialismo, com igualdade de direitos para todos os cidadãos, independente de sua religião, crença ou opinião política.* Queremos ver crianças palestinas e israelenses brincando juntas, estu-

dando nas mesmas escolas, frequentando os mesmos espaços públicos, usando o mesmo transporte público, tendo amizade entre si, vivendo uma relação de fraternidade que a ocupação israelense não permite nas atuais circunstâncias. Não queremos mais ver civis mortos e feridos, de ambos os lados, e não queremos ver o prolongamento do conflito, mas tudo isso depende do fim da ocupação israelense, que poderia ter início com o cumprimento de todas as Resoluções da ONU sobre a questão palestina por parte do governo de Israel. Esse poderia ser o ponto de partida. Os povos oprimidos são empurrados para situações de conflito pelos opressores e colonialistas. Os que criticam os palestinos pelos seus métodos de luta deviam procurar compreender o que é viver durante 67 anos sob ocupação militar estrangeira, e o que é ser um refugiado que não tem o direito de voltar para sua própria terra, vila, cidade, aldeia.

Em momentos como este não podemos nos esquecer daquelas pessoas que nos acompanham em todos os lugares por onde caminhamos, e também nos ajudam a ter a disposição necessária para seguir adiante nas lutas por transformação social. Fica aqui minha lembrança para meus pais, José e Lederici (Leda), e para minha companheira, Claudilene (Claudinha).

Finalmente, queria agradecer aos companheiros e companheiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a mais internacionalista organização de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil atual, que nos possibilitou realizar o sonho de estar várias vezes na Palestina. Em especial à Secretaria de Relações Internacionais e ao Setor de Relações Internacionais. Às companheiras Itelvina, Daniela e Cássia, que sempre estiveram à disposição da causa palestina. À União dos Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC) e à União dos Comitês de Mulheres Palestinas (UPWC), que sempre

nos acolheram em suas casas com muita generosidade e companheirismo, apesar da situação de dificuldade cotidiana em que vivem. Aos companheiros Sérgio Yahni (Centro de Informação Alternativa – AIC) e Eneko Gerrikabeitia (Mundubat) e suas organizações, pela solidariedade ativa aos movimentos populares em várias partes do mundo. Um agradecimento especial para a companheira Abba Remawi Sa'adat, mulher palestina que tem dedicado sua vida à luta pela libertação dos presos políticos. Muitas coisas aprendemos com companheiros da comunidade palestina no Brasil. Fica aqui nosso reconhecimento aos amigos Jadala Safa (Comitê Palestina Democrática) e toda sua família, sempre empenhados em fazer de tudo para que a solidariedade ao seu povo continue ocorrendo em solo brasileiro, à comunidade palestina do Mato Grosso do Sul (pela acolhida generosa e por manter viva a memória, a cultura e a luta de seu povo), à Nader Alves Bujah (Centro Cultural Árabe-Palestino/Porto Alegre-RS), advogado, militante internacionalista e Abdel Rahman Hawas (Sociedade Palestina de Santa Maria/RS). Todos são importantes lideranças da comunidade palestina, companheiros para todos os momentos.

Entre os espaços por onde conseguimos debater muitas ideias que estão nessa publicação precisamos destacar o Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (Neils-PUC/SP), sob a coordenação do professor, amigo e companheiro Lúcio Flávio R. de Almeida, e os cursos de Relações Internacionais e Ciências Sociais do Centro Universitário Fundação Santo André, instituição onde hoje estimulamos a pesquisa através da atividade do Núcleo de Estudos Gamal Abdel Nasser – Geopolítica do Mundo Árabe e Oriente Médio (Nesnasser) e do Núcleo de Estudos Latino-Americanos (Nelam). Também jamais esqueceremos os debates no interior dos cursos da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), onde gente de todo o mundo já plantou uma árvore, recitou um poema, compartilhou boas ideias, sonhos,

lutas. A ENFF mudou nossas vidas, construiu pontes sobre os imensos oceanos, reduziu as distâncias entre povos e nações, derrubou muros e ultrapassou fronteiras, e é hoje um dos mais importantes patrimônios que a classe trabalhadora já conseguiu edificar.

As últimas palavras são para o coletivo da Editora Expressão Popular, uma iniciativa revolucionária no campo editorial brasileiro, que resgata uma tradição que estava se perdendo, de construção de instrumentos para difusão de reflexões sobre a realidade econômica e política nacional e internacional numa perspectiva progressista, humanista e socialista. No campo da batalha das ideias a Expressão Popular já pode se considerar vitoriosa, pois é hoje uma referência para os movimentos da classe trabalhadora.

Agosto de 2015

Sionismo, imperialismo e relações internacionais: a questão palestina e os desafios da esquerda¹

Oslo representou o total triunfo da
força americano-israelense.

Norman G. Finkelstein,²
Imagem e realidade do conflito Palestina-Israel

Para o presidente da OLP (Mahamoud Abbas),
os Estados Unidos, e somente eles, decidem o que
é realista e realizável, e o movimento nacional
palestino não tem outra escolha a não ser aceitar o
alinhamento com Washington.

Michel Warschawski,³ *Desastre programado:
a política israelense em ação*

INTRODUÇÃO

A questão palestina sempre tem sido tema importante na análise dos conflitos regionais e das relações internacionais, principalmente quando o assunto é o chamado Oriente Médio. Judaísmo, Cristianismo e Islamismo nasceram e se desenvolveram na Palestina. No Brasil, temos hoje entre 20 e 25 mil palestinos. A própria comunidade palestina não tem os dados precisos de quantos são. Talvez um dia

¹ Esse texto é uma junção revisada de dois artigos, um publicado na *Revista de Ensaios dos Cursos de Economia e Relações Internacionais* (Recrie), n. 1, Porto de Ideias/Centro Universitário Fundação Santo André, São Paulo, 2010; e outro na revista *Lutas Sociais* n. 28, Neils/PUC-SP, São Paulo, 2012.

² Professor de Ciências Políticas da Universidade DePaul (Chicago/EUA), denunciando as consequências do Acordo de Oslo (1993) para os palestinos.

³ Fundador da organização Centro de Informação Alternativa (AIC), que reúne palestinos e israelenses antissionistas, criticando a posição da maioria da direção da Organização para a Libertação da Palestina.

seja interessante organizar uma pesquisa para levantar dados sobre o número exato de refugiados palestinos no Brasil. Desde o início dos anos 1980, tem crescido em nosso país um movimento de solidariedade com a causa palestina que atravessa as barreiras ideológicas, políticas, partidárias e religiosas. É possível encontrar sindicatos filiados a diversas centrais sindicais – Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Sindical-Popular, Coordenação Nacional de Lutas (CSP-Conlutas), Intersindical, entre outras – assinando manifestos e participando da organização de atos e mobilizações de apoio à luta pela criação do Estado Palestino. Desde os anos 1980, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) possui escritório de representação diplomática em Brasília, atualmente com status de Embaixada – Embaixada do Estado da Palestina no Brasil – ação concreta de reconhecimento de vários governos brasileiros à legitimidade dessa luta por independência e libertação nacional. Também entre os diversos partidos políticos brasileiros o apoio aos palestinos é grande, principalmente entre os partidos de centro-esquerda, progressistas e de esquerda. A defesa da criação de um Estado Palestino consta nos programas partidários ou aparece em discursos e manifestos das lideranças. Se fizermos um levantamento entre parlamentares brasileiros, certamente também encontraremos deputados estaduais e federais, senadores e vereadores em todos os Estados que, de alguma maneira, expressam ou já expressaram sua solidariedade contra as arbitrariedades que são cometidas pelo Estado de Israel nesses 67 anos de ocupação militar. Também percebemos a existência de vários Comitês de Solidariedade à Luta do Povo Palestino, em vários Estados do Brasil. Os estudantes brasileiros e suas organizações, seja a União Nacional dos Estudantes (UNE) ou a Associação Nacional de Estudantes Livre (ANEL), apesar de divergirem em vários temas da política interna, estão unidos neste tema da política internacional. Entre os

movimentos de trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina (movimento internacional de trabalhadores rurais e camponeses) têm enviado delegações em missões humanitárias à Palestina. Inúmeros religiosos, judeus, cristãos (das mais diversas denominações) ou muçulmanos também no Brasil se encontram para homenagear este povo e denunciar o constante desrespeito aos direitos humanos praticado pelos sucessivos governos israelenses. Nos últimos anos, o governo brasileiro abriu uma Embaixada junto a Autoridade Palestina (AP), com sede em Ramallah, na Cisjordânia. Todas essas iniciativas demonstram que existe no povo brasileiro e em suas organizações políticas e sociais a disposição de fortalecer a luta pelo estabelecimento do Estado Palestino. Escrevemos estas páginas para estimular a reflexão crítica sobre a questão palestina, deixando de lado o preconceito contra um povo que busca de maneira legítima a sua libertação. Infelizmente, neste início de século XXI, ainda somos obrigados a nos defrontar com essa situação injustificável, que é a negação dos direitos nacionais a um povo que vive há séculos naquela região. Esperamos contribuir com o debate ao mesmo tempo que reforçamos a necessidade de ações concretas de solidariedade, pois ser internacionalista é lutar, como já foi dito, contra toda e qualquer forma de injustiça, cometida contra qualquer cidadão, em qualquer lugar do mundo (Ernesto Che Guevara).

Os meios de comunicação de massa (ou de desinformação em massa) costumam tratar a questão palestina como um conflito entre “judeus e muçulmanos” ou entre “árabes e israelenses”. Os árabes-palestinos sempre aparecem nos grandes veículos de comunicação como terroristas, pessoas sanguinárias, fanáticos religiosos que se explodem cometendo atentados em várias partes do Oriente Médio. Quais são os verdadeiros motivos para que a Palestina, região onde nasceram as três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo, islamismo), seja palco de uma guerra cujas vítimas são crianças, idosos

e demais membros da população civil que enfrentam todos os dias as agressões de um exército invasor que desrespeita os direitos humanos e as resoluções da ONU desde 1948?

A questão palestina também sempre despertou o interesse de intelectuais e organizações de orientação marxista, pois a luta entre as potências capitalistas europeias e o Império Turco-Otomano pelo controle desse território ocorre num período de expansão do capital industrial e financeiro para o chamado “Oriente Médio” e para a Ásia. Expansionismo, militarismo e guerras de conquista são características típicas da fase imperialista do capitalismo, que produz uma desigualdade entre as nações e impõe uma desigual Divisão Internacional do Trabalho. Longe de promover uma situação homogênea no campo das relações internacionais, o processo de internacionalização do capital e do capitalismo tem como resultado a produção de inúmeros conflitos regionais cujo centro da disputa é a definição das fronteiras nacionais, o estabelecimento de novas nações que atendam interesses de nacionalidades oprimidas ou a luta pela independência e soberania. Portanto, diversas lutas nacionais, nacionalistas, anticolonialistas e anti-imperialistas se desenvolvem, surgem e se multiplicam durante os séculos XIX e XX. E é nesse contexto que a Palestina, por vários motivos, adquire importância estratégica para os projetos políticos da classe dominante da Europa e do Mundo Árabe. A análise marxista da situação concreta da Palestina sempre exigiu a combinação de alguns elementos fundamentais: 1. reconhecer que a libertação nacional aparece como reivindicação prioritária nas lutas desse povo; 2. realizar um esforço para identificar os interesses de classe presentes no dia a dia do intenso movimento da resistência nacional palestina; 3. tentar compreender quais são e como pensam e atuam as organizações marxistas e de esquerda no interior do movimento da resistência nacional palestina, suas ideias principais, seu programa, suas táticas etc.

A LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA

A Palestina é um território de 27.000 km² que se localiza entre o Egito, Líbano, Síria e Jordânia, tendo um vasto litoral com saída para o Mar Mediterrâneo. Pelo sul da Palestina chega-se ao Golfo de Ácaba, que levará qualquer navegante ao Mar Vermelho, Golfo de Áden, Mar da Arábia, golfo de Omã e Oceano Índico.

Do ponto de vista econômico, político e militar, sua localização é estratégica. A Palestina fica no centro do mundo, na divisa entre a África e a Ásia, e bem próxima da Europa. Por isso tal território sempre foi alvo de invasões ao longo de sua história. A região também sempre foi importante rota comercial terrestre e marítima.

AS ORIGENS DO CONFLITO ATUAL: SIONISMO E IMPERIALISMO INVADEM A PALESTINA

Durante o final do século XIX, a Palestina estava sob o domínio do Império Turco-Otomano. Na Europa e na Rússia cresce o número e a força de grupos que perseguiram os judeus (“pogroms”). Também nesse período surge um movimento nacionalista judaico chamado sionismo, que adota esse nome em referência a uma colina de Jerusalém (Sion) onde havia sido construído o Templo de Salomão.

Um dos fundadores do movimento sionista foi Theodor Herzl (1869-1904). Herzl nasceu em Budapeste e estudou em Viena, duas cidades importantes do então Império Austro-Húngaro. Vinha de uma família de banqueiros, e elaborou sua concepção nacionalista judaica num livro chamado *O Estado judeu*, publicado em 1896. Em 1897, Herzl e outros adeptos do sionismo se reúnem no I Congresso Sionista, em Basileia, na Suíça. A resolução final do Congresso falava da criação de um “lar nacional para os judeus”, algo que já estava presente no livro de Herzl, apontando a Argentina ou a Palestina como os locais mais favoráveis para a realização de tal empreendimento.

A partir daí os sionistas correram o mundo para angariar recursos financeiros e apoio político para sua proposta. Herzl e seus seguidores vão estabelecer contatos com os governos da Inglaterra, da Alemanha, com o Império Turco-Otomano, com banqueiros, industriais e comerciantes judeus e não judeus, visando fortalecer a ideia da necessidade de um Estado judeu. A comunidade judaica europeia se divide, e nem todos apoiam a ideia sionista, mas esse movimento consegue o auxílio da burguesia judaica e de setores importantes da burguesia não judaica europeia.

Em seu livro, Herzl já afirmava sua preferência pela Palestina, que chamava de “pátria histórica” dos judeus, e dizia que o Estado judeu seria, “para a Europa, um pedaço de fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie” (Herzl, 1998, p. 66). Tal afirmação comprova o vínculo entre sionismo e imperialismo, pois o objetivo de Herzl era obter o apoio das potências imperialistas que dominavam o mundo, e, em especial o Oriente Médio, para que a Palestina fosse entregue à burguesia judaica e se transformasse numa fortaleza militar contra o avanço do nacionalismo árabe e de possíveis movimentos anti-imperialistas que cresciam no Oriente Médio do período pós-Primeira Guerra Mundial.

Com a derrota do Império Turco-Otomano na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), França e Inglaterra invadem o Oriente Médio e dividem entre si a região, ficando a Palestina sob o domínio britânico de 1918 a 1948. Nesse período, o movimento sionista está consolidado, e sua ambição de construir um “lar nacional para os judeus” na Palestina ganha ainda mais apoio, devido ao massacre de judeus pelos nazistas na Europa da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Criam-se, então, as condições favoráveis para a realização da profecia que Herzl e seus seguidores elaboraram em 1897: criar o “Estado judeu” em cinquenta anos.

Durante vários séculos, os judeus haviam passado por um processo de assimilação, ou seja, haviam se integrado na comunidade nacional

de vários países. Trabalhavam, estudavam, participavam da vida política, econômica, social e cultural de onde viviam, e muitos também se envolviam nas lutas por justiça, democracia, igualdade e em defesa dos trabalhadores contra a exploração do capital e do capitalismo.

O movimento sionista divide a comunidade judaica e vai iniciar uma propaganda em defesa de um nacionalismo burguês conservador e com um conteúdo racista e antidemocrático. Basta ver a proposta de organização política do Estado judeu defendida por Herzl. Diz ele:

Considero a monarquia democrática e a república aristocrática como as mais belas instituições políticas (...) Sou amigo convencido das instituições monárquicas porque elas tornam possível uma política permanente e representam o interesse ligado a conservação do Estado de uma família historicamente ilustre, nascida e educada para reinar (Herzl, 1998, p. 111-112).

Sua posição elitista e antidemocrática considera

o referendun como absurdo, pois, em política, não há questões simples que possamos resolver por um sim ou por um não. Aliás, *as massas são ainda piores do que os parlamentos* (...) Diante de um povo reunido, não podemos fazer nem política exterior nem política interior (...) A política deve ser feita do alto (Herzl, 1998, p. 112, grifo nosso).

Essa ideologia conservadora serviu de base para a instauração do Estado de Israel. Compreender o conteúdo racista e conservador do sionismo é fundamental para que possamos explicar a posição atual do governo de Israel em relação ao povo palestino. Três ideias foram fundamentais para convencer milhares de judeus a emigrar para a Palestina: 1) que a Palestina era uma “terra sem povo” e os judeus eram um “povo sem terra”; 2) que a Palestina é a “pátria histórica” dos judeus; 3) que os judeus são o “povo eleito” por Deus. Essas ideias fizeram com que banqueiros e grandes empresários judeus contribuíssem para a criação da companhia judaica, empresa de colonização com o objetivo de comprar terras para instalar colônias judaicas na Palestina.

Durante os anos 1920 e 1930, o crescimento dessas colônias deu início a uma série de conflitos entre judeus sionistas e árabes-palestinos. Nos anos 1940 o movimento sionista começa a organizar grupos terroristas como o Irgun, Stern e Haganah, que fazem ações armadas e atentados contra a população árabe-palestina, com a intenção de intimidá-los através da violência e fazer com que abandonem seus lares, suas propriedades e suas aldeias.

O sionismo se organiza de quatro maneiras: 1) politicamente, através de várias organizações nacionais e internacionais que visam buscar apoio político de governos para seu projeto colonialista; 2) economicamente, buscando recursos financeiros de empresários e banqueiros judeus e não judeus para a instalação de colônias na Palestina; 3) militarmente, organizando grupos terroristas/paramilitares para espalhar o pânico entre a população árabe-palestina, grupos que, depois de 1948, se transformam nas Forças Armadas de Israel; 4) culturalmente, através da difusão, pela indústria cultural, de ideias que buscam justificar a dominação territorial da Palestina e o direito “histórico e sagrado dos judeus” de ocupar aquela região.⁴

Em 1947, como resultado de uma articulação política internacional dirigida por representantes das potências imperialistas (EUA, Inglaterra e França) e do sionismo internacional, e com o apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e das recém-criadas “repúblicas socialistas” do Leste Europeu, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a partilha da Palestina, que deveria criar naquela região dois Estados, um judeu e um palestino. O Estado judeu ficaria com 56,4% do território, o palestino ficaria com 42,9%, e 0,7%, correspondente à cidade de Jerusalém, seria administrado pela

⁴ Um livro interessante sobre a influência do sionismo na cultura e nas ideias é *A indústria do Holocausto – Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*, do intelectual de origem judaica Norman Finkelstein.

ONU, por ser local sagrado para cristãos, judeus e muçulmanos. Além de receber a maior parte do território palestino, o Estado judeu ficou com as terras mais férteis. No ano da partilha (1947), a população árabe-palestina era maioria absoluta em 15 dos 16 subdistritos existentes. Somente em Jaffá a maioria dos habitantes era formada por judeus. A população era de 1.310.000 árabes-palestinos e de 630 mil judeus. Quem coordenou a votação na Assembleia Geral da ONU foi o diplomata brasileiro Oswaldo Aranha, ex-Ministro das Relações Exteriores. Orientado pelo governo brasileiro para acompanhar o voto dos EUA, Aranha adiou por dois dias a votação, para que o *lobby* sionista e estadunidense pudesse convencer outros países sobre a necessidade da criação do Estado judeu. No dia 29 de novembro de 1947, a votação foi a seguinte:

Favoráveis: África do Sul, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bielo-Rússia, Canadá, Costa Rica, Checoslováquia, Dinamarca, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Guatemala, Haiti, Holanda, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, República Dominicana, Suécia, Ucrânia, União Soviética, Uruguai e Venezuela.

Contra: Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egito, Grécia, Iêmen, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria e Turquia.

Abstenções: Argentina, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Honduras, Iugoslávia, México, Reino Unido (Gattaz, 2002, p. 94-95).

Em 14 de maio de 1948, os britânicos deixam a Palestina, e é fundado o Estado de Israel. Desde os primeiros dias de sua existência, o governo sionista impediu a criação do Estado Palestino, desrespeitando com isso a resolução 181 da ONU, que previa a constituição de dois Estados. Tem início a Guerra da Palestina, onde de um lado está o exército sionista-colonialista de Israel e, de outro, a população palestina, que desde esta época luta pela sua libertação, pela criação de um Estado laico e democrático, onde possam viver em paz judeus,

cristãos e muçulmanos, e seja garantido aos indivíduos o direito de decidir e manifestar livremente suas posições políticas e/ou religiosas.

Portanto, desde 1948 o povo palestino vive uma tragédia: foram expulsos de suas terras e de suas casas, e tiveram suas propriedades roubadas ou destruídas pelo chamado exército de defesa de Israel.⁵ Vilas e cidades palestinas vêm sendo constantemente destruídas durante os 67 anos da Nakba (“A catástrofe”). Milhares de pessoas seguiram o caminho do exílio e os refugiados palestinos já chegam a cinco milhões. E, ainda assim, milhares seguem resistindo dentro dos territórios ocupados por Israel.

Em 1967, o expansionismo israelense se intensifica. Novas colônias e assentamentos judeus-sionistas são criados em Gaza, Cisjordânia e Jerusalém, agora tomada militarmente pelo exército colonialista, em mais um desrespeito às resoluções da ONU sobre a questão palestina. Além disso, Israel ocupa militarmente as colinas de Golan, que são da Síria, e a Península do Sinai, do Egito. A única resolução da ONU que Israel respeitou até o momento foi a da sua própria criação.

Israel segue hoje como o único país do Oriente Médio com armas nucleares, ou seja, armas de destruição em massa. Fala-se de duzentas ogivas. Mordehai Vanunu, físico nuclear israelense, que denunciou o programa nuclear de Israel, comprovando sua finalidade bélica, ficou dezoito anos na prisão, sendo dezesseis na solitária, depois foi para a prisão domiciliar, com proibição de se comunicar com qualquer estrangeiro por quaisquer meios. Em 2010, voltou para a cadeia, acusado de tentar fazer contato com membros do Movimento pelo Fim das Armas Nucleares no Oriente Médio.

⁵ A partir de então, os palestinos criaram o dia do Nakba, (“A Catástrofe”) 15 de maio, para denunciar a expulsão violenta e se manifestar pelo retorno ao seu território, o Estado Palestino

Muitos líderes históricos do Estado de Israel já manifestaram no passado o objetivo do movimento sionista em conquistar todo o território da Palestina. Alguns pronunciamentos de autoridades em diferentes épocas como Ben Gurion – primeiro ministro e ministro da defesa –, Golda Meir – embaixadora de Israel na URSS, ministra do trabalho, ministra das relações exteriores e primeira ministra de Israel –, Mosche Dayan – ministro da defesa e ministro das relações exteriores de Israel – confirmam esta finalidade:

Jerusalém é o berço do judaísmo e a legítima capital de Israel (...) A partir de hoje, Tel Aviv deixa de ser nossa capital. Jerusalém será sede de nossa nação – Ben Gurion, criticando a Resolução da ONU de 07 de dezembro de 1949, que reafirmava que Jerusalém deveria estar sob o controle desta organização internacional, como previa o Plano de Partilha de 1947 (Nimitz, 1974, p. 110).

Eu sou a favor da partilha do país porque quando nós nos tornarmos uma grande potência, depois do estabelecimento do Estado, iremos abolir a partilha e nos espalhar pela Palestina – Ben Gurion (Gattaz, 2002, p. 104).

O Estado judeu que agora é oferecido para nós não é o objetivo sionista. Dentro desta área não é possível resolver a questão judaica. Mas pode servir como uma etapa decisiva em direção à implementação do sionismo. Irá consolidar na Palestina, no menor tempo possível, a real força judaica que irá nos levar a nosso objetivo histórico – Ben Gurion (Gattaz, 2002, p. 104).

Tal como existe atualmente, Israel é apenas uma parte do ‘Grande Israel’ (Eretz Israel), e a missão sionista permanece incompleta até que Israel recomponha suas ‘fronteiras históricas’ (...) O mapa de Israel precisa ser modificado. Cabe a vocês lutarem sem trégua a fim de estabelecer, por invasão ou diplomacia, o Império de Israel – Ben Gurion, em discurso para estudantes da Universidade Hebraica (Alencastre, 1968, p. 149 e 150).

Entre o Mediterrâneo e as fronteiras do Iraque, no que foi outrora a Palestina, existem agora dois países, um judeu e um árabe, e não há espaço para um terceiro. Os palestinos devem encontrar a solução para seu problema junto com aquele país árabe, Jordânia.

nia, porque um *Estado Palestino* entre nós e a Jordânia só pode se tornar uma base da qual será ainda mais conveniente atacar e destruir Israel – Golda Meir, demonstrando sua completa oposição à criação de qualquer “Estado Palestino”, inclusive o sugerido pela ONU (Meir, 1982, p. 299).

Nosso povo está incumbido de preparar a guerra, e o exército israelense de dirigir o combate com o fim de construir o império israelense – Mosche Dayan (Alencastre, 1968, p. 149).

Tais declarações de figuras bastante influentes do movimento sionista demonstram as intenções dos sucessivos governos do Estado de Israel. Orientados por ideias colonialistas e racistas, que acreditam num suposto “povo eleito” para governar toda a Palestina histórica, não fazem concessões quando o tema diz respeito ao direito do retorno dos refugiados palestinos expulsos em 1948 e 1967, ou quando se exige o fim de novos assentamentos judeus em território palestino, ou ainda a desocupação e desmonte de assentamentos que estão em situação irregular e ilegal de acordo com a Resolução 181 da ONU (Plano de Partilha de 1947).

A ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP) COMO PRINCIPAL INSTRUMENTO DA RESISTÊNCIA: A OFENSIVA CONTRA O SIONISMO (1964-1988)

A resistência palestina já desenvolveu as mais diversas formas de luta. Mas foi nos anos 1960 e 1970 que o movimento de libertação nacional palestino adquiriu importância internacional, conquistando espaços junto a organismos internacionais, governos e representações diplomáticas de vários países, sendo apoiado pela maioria do bloco de países socialistas do Leste Europeu (Alemanha Oriental, Polônia, Hungria, Bulgária, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Romênia), pela Albânia, pela China, pelo Vietnã, pela Coreia do Norte, pela URSS, pelo Movimento dos Países Não Alinhados, pela Organização de Unidade

Africana (OUA) e pela Liga Árabe. Todo esse apoio internacional à causa palestina produziu inúmeras resoluções da ONU e condenações ao Estado de Israel, e gerou uma conjuntura favorável para que a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) fosse convidada a falar na Assembleia Geral da ONU em 1974, quando Yasser Arafat fez um discurso histórico para um plenário majoritariamente a favor do cumprimento das várias resoluções sobre a questão palestina. Arafat afirmava que

O mundo necessita de esforços tremendos para que se realize as suas aspirações de paz, liberdade, justiça, igualdade e desenvolvimento para que a sua luta seja vitoriosa contra o colonialismo, imperialismo, neocolonialismo e racismo em todas as suas formas, inclusive o sionismo (...) Nossa revolução é também para os judeus, como seres humanos. Lutamos para que judeus, cristãos e muçulmanos possam viver em igualdade, gozando os mesmos direitos e assumindo as mesmas responsabilidades, livres da discriminação racial e religiosa (...) Sou um rebelde e a liberdade é a minha causa. Bem sei que muitos dos presentes aqui hoje se ergueram na mesma posição de resistência que ocupo hoje e de onde devo lutar. Um dia vocês tiveram que converter sonhos em realidade em sua luta. Portanto, agora vocês devem compartilhar o meu sonho, o nosso sonho de um futuro de paz na terra sagrada da Palestina (...) Apelo a todos vocês que permitam que o nosso povo estabeleça soberania nacional independente sobre a sua própria terra. Hoje eu venho portando um galho de oliveira e uma arma dos lutadores pela liberdade. Não permitam que o galho de oliveira caia de minha mão (...) (Arafat, 2007, p. 87, 105 e 107.)

Em novembro de 1974, a resolução 3237 da ONU convida a OLP para participar, na condição de observadora, dos trabalhos e sessões da Assembleia Geral, se transformando numa imensa vitória diplomática daquela que seria reconhecida como a única e legítima representante do povo palestino. Entre 1964 e 1988, a OLP conduziu o processo de mobilização anticolonialista e desencadeou uma incrível luta de libertação nacional que deu esperanças para as massas populares de

todo o mundo árabe. Criada pela Liga Árabe, a OLP vai adquirindo autonomia/independência deste organismo, até conquistar plenamente o direito de decidir sobre muitas questões relacionadas à luta palestina sem consultar e/ou concordar com as posições dos governos de países árabes. Essa maior autonomia ampliou o apoio e garantiu mais legitimidade da OLP entre a classe trabalhadora e as massas populares palestinas e árabes. Enquanto uma frente de cerca de dez partidos políticos (nacionalistas laicos/nasseristas e comunistas/socialistas), a OLP seguia como a única e legítima representante do povo palestino.

A ESTRUTURA POLÍTICA E ORGANIZATIVA DA OLP: UMA FRENTE POLÍTICA FORMADA POR NACIONALISTAS LAICOS E MARXISTAS, COMUNISTAS, SOCIALISTAS

Nossa opção em dar um destaque à OLP se justifica devido ao fato que, apesar das contradições, conflitos e problemas internos existentes desde sua origem, ela se tornou, sem dúvida nenhuma, na única e legítima representante do povo palestino durante o mais longo período de resistência política, popular e militar contra a ocupação israelense. Entre 1964 e 1988, podemos afirmar com bastante contundência que não havia no interior do povo palestino nenhuma outra organização com tanto prestígio, influência e capacidade de combate como foi a OLP.⁶ Principalmente entre 1969 e 1988, foram muitas as demonstrações de força deste importante instrumento político da luta palestina que, utilizando-se do direito legítimo à resistência contra a ocupação de sua pátria por uma força militar estrangeira, conquistou o apoio e a solidariedade de amplas camadas da população mundial. Sem dúvida,

⁶ Sobre a história da OLP neste período e as diversas organizações e posições políticas em seu interior, destacamos os livros *Palestinos: os novos judeus* (Salem, 1977) e *OLP – Histoire et stratégies, vers l'État palestinien* (Gresh, 1983).

é a organização política mais antiga e mais importante na história do movimento de libertação nacional palestino.

Desde sua criação, um dos espaços decisivos da OLP tem sido o Conselho Nacional Palestino (CNP) cuja obrigação era a de se reunir pelo menos uma vez por ano para tratar dos temas fundamentais da luta contra a ocupação israelense, fazer uma reflexão sobre a conjuntura política nacional, regional e internacional, e elaborar as orientações para as distintas organizações que fazem parte do movimento de libertação nacional palestino. A composição do CNP era dividida em quatro categorias: organizações político-militares, organizações de massa/populares, representantes das comunidades palestinas (nos países árabes e em outras partes do mundo, nos campos de refugiados – Jordânia, Estados do Golfo, Líbano, Síria, Arábia Saudita, Egito –, tribos beduínas e delegados independentes) e Exército Palestino de Libertação Nacional (EPLN). No início dos anos 1980 os cerca de 430 membros do CNP representavam as seguintes organizações: 1. *organizações político-militares* (83 delegados – 19,3%): Al-Fatah (Movimento de Libertação Nacional), Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), Frente Democrática para a Libertação Palestina (FDLP), Saika e Frente Árabe de Libertação (FAL); 2. *organizações de massa/populares* (112 delegados – 26%): associações, confederações e sindicatos de trabalhadores; 3. *representantes das comunidades palestinas* (191 delegados – 44,4%) e 4. *Exército Palestino de Libertação Nacional* (44 delegados – 10,3%) (Mussalam, 1987, p. 22-23).

Neste período de construção, fortalecimento e ofensiva da OLP as sessões aconteceram em: *Jerusalém/Palestina* (28 de maio de 1964): foi a reunião de fundação da OLP, onde foram aprovadas a Carta Nacional Palestina e a Carta de Princípios da OLP. Ahmed Chukeiry foi indicado pela Liga Árabe como presidente da OLP; *Cairo/Egito* (1965): uma das principais discussões foi a necessidade de aproximação da OLP com as demais organizações revolucionárias palestinas, visando a unificação da

resistência; *Gaza/Palestina* (1966): neste ano, foi criado um comitê para coordenar as ações das várias organizações palestinas na luta contra o governo do Estado de Israel; *Cairo/Egito* (1968): a guerra de junho de 1967, que resultou na ocupação israelense de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém, Colinas de Golan (da Síria) e Península do Sinai (do Egito) e problemas internos na OLP impedem a realização da sessão anual do CNP. No final de 1967, Ahmed Chukeiry renuncia à presidência da OLP e é eleito Yasser Arafat. Na sessão de 1968, foi aprovada a luta armada e negociações de paz como meio de conquistar a libertação da Palestina; *Cairo/Egito* (1969): Yasser Arafat reeleito por unanimidade presidente do CNP; *Cairo/Egito* (1970): reafirmação da necessidade da “luta popular armada”; *Cairo/Egito* (1971): neste ano, ocorreram duas sessões, a 8ª e a 9ª, e surge um intenso debate sobre as táticas da resistência armada; *Cairo/Egito* (1972): 10ª sessão, extraordinária, onde a luta do povo palestino é apresentada como parte integrante da luta dos povos árabes pela sua independência e libertação; *Cairo/Egito* (1973): criação do Conselho Central do CNP, que se tornou uma direção política reduzida, composta por representantes das principais organizações da OLP (na origem eram 20 membros, mas depois o número foi ampliado para 70, com o objetivo de ter uma direção política mais representativa das diversas forças); *Cairo/Egito* (1974): essa sessão foi tomada pela discussão sobre os impactos da Guerra Árabe-Israelense de outubro de 1973; *Cairo/Egito* (1977): aprovação de aproximação com movimentos e organizações progressistas, democráticas e antissionistas israelenses; *Damasco/Síria* (1979): crítica dos acordos de Camp David, firmados entre Egito e Israel, sob a mediação do governo dos EUA. O presidente Egípcio Anwar Sadat reconheceu o Estado de Israel, estabeleceu relações comerciais e diplomáticas e iniciou um processo de cooperação que vai gerar uma profunda crítica da OLP a este acordo; *Damasco/Síria* (1981): o CNP aprovou a iniciativa da União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) de organizar uma Conferência Internacional Sobre

a questão palestina e os Conflitos no Oriente Médio, com participação de todas as partes, inclusive a OLP. Já estava em gestação, nessa época, a proposta de reconhecimento mútuo entre Estado de Israel e OLP (defendida pela URSS), visando estabelecer uma negociação com base na criação de dois Estados, como já previa o Plano de Partilha da ONU de 1947; *Argel/Argélia* (1983): foi reafirmada a importância da luta armada e da unidade nacional palestina, num momento onde a OLP acabava de sofrer uma dura derrota, que foi a retirada de suas tropas do Líbano, após a invasão israelense de 1982 e do massacre nos campos de refugiados de Sabra e Chatila; *Amã/Jordânia* (1984): apesar da pressão e das ameaças da Síria contra a realização deste CNP, estimulando inclusive o boicote de organizações político-militares da OLP controladas e/ou bem relacionadas com seu governo, ocorreu a 17ª sessão, com críticas à tentativa da Síria de dominar a OLP e colocá-la à serviço de seus interesses particulares. O tema da negociação de paz com a participação da ONU, partes envolvidas e OLP, ganhou força e entrou na pauta, sendo rejeitada qualquer proposta de paz que tentasse excluir a OLP das negociações; *Argel/Argélia* (1987): se consolidou a unidade política entre as organizações da OLP em relação aos pontos fundamentais da estratégia política adotada, e o Partido Comunista Palestino (PCP), que mantinha relações muito próximas com a URSS, se integrou organicamente à OLP (Suwwan, 1987, p. 9-12); *Argel/Argélia* (1988): esta sessão do CNP foi decisiva na história da OLP, pois aprovou a Declaração de Independência da Palestina (15 de novembro de 1988), afirmando que o CNP “proclama o estabelecimento do Estado da Palestina em nossa terra palestina, tendo por capital Jerusalém” e, ao mesmo tempo, reconheceu o Estado de Israel, iniciou o debate sobre o abandono da luta armada e negociações de paz com base na proposta de dois Estados, ou seja, fazer cumprir a antes criticada Resolução 181 da ONU, de 1947. O texto da Declaração e o reconhecimento do Estado de Israel são duas decisões que expressam bem as contradições

e conflitos internos na OLP, pois enquanto o texto tratava do “Estado da Palestina em nossa terra palestina”, sem fazer referência direta ou explícita sobre quais seriam as fronteiras desse Estado, induzindo o leitor a crer que seria em toda a Palestina histórica, a posição de reconhecimento do Estado judeu empurrou a OLP para uma situação única em sua história, cujos princípios originais de luta pela retomada de todos os territórios ocupados foram deixados de lado e substituídos por um pragmatismo orientado pela nova proposta de constituição do Estado Palestino nas fronteiras antes de 1967, o que causa indignação e descontentamento principalmente para os refugiados que perderam suas terras e casas entre 1948 e 1967.

Também compõem esta frente (OLP) os partidos da esquerda palestina, como a *Frente Democrática para a Libertação da Palestina* (FDLP), a *Frente Popular para a Libertação da Palestina* (FPLP) e o *Partido do Povo Palestino* (PPP), antigo Partido Comunista Palestino (PCP). Mas o partido político que sempre ocupou o espaço de força política hegemônica no interior da OLP foi o Al-Fatah⁷ (ou simplesmente Fatah), ou Movimento de Libertação Nacional, agrupamento nacionalista laico sob a liderança de Yasser Arafat. Já o Hamas (Movimento de Resistência Islâmica), que governa e que tem mais força política na atualidade em Gaza, nunca fez parte da OLP. Criado em 1987 com apoio da burguesia árabe-islâmica, de governos do Oriente Médio e de organizações como a Irmandade Muçulmana, o Hamas representa uma das principais forças do nacionalismo islâmico, corrente política em franca ascensão nos diversos países árabes. Além do apoio de setores importantes da burguesia árabe-islâmica e governos como o do Irã, esse partido político possui hoje uma base social muito forte entre trabalhadores empregados, subempregados e desempregados dos territórios palestinos de Gaza e Cisjordânia. Nos anos 1990,

⁷ Um importante livro sobre a origem do Fatah é *El-Fatah: os comandos árabes da Palestina* (Alencastre, 1969).

surgem outros atores no interior do movimento de libertação nacional palestino, como a Jihad Islâmica, partido político que também está fora da OLP. Além de partidos políticos e organizações político-militares, dentro e fora da OLP os palestinos têm organizações de juventude, camponeses, trabalhadores, operários, mulheres⁸, entre outros. Nos últimos 27 anos, o movimento da resistência palestina tem priorizado a luta de massas, a mobilização social enquanto principal forma de luta contra as arbitrariedades e a violência praticada pelo governo do Estado de Israel. Surgiram organizações de luta em defesa dos presos políticos, pelo direito ao retorno dos refugiados, de luta contra o muro do *apartheid* construído por Israel ao longo de 700 quilômetros do território palestino, de organização das campanhas pelo boicote e desinvestimento contra Israel etc.

A QUESTÃO PALESTINA E O FIM DA URSS E DO BLOCO SOCIALISTA: INÍCIO DE UM PERÍODO DE DEFENSIVA

O fim da URSS e do chamado “Bloco Socialista” criou um profundo impacto nas relações internacionais e no movimento nacional de resistência palestina. A força da esquerda no interior da OLP advinha também das relações e do apoio que esse setor tinha com o “mundo socialista”, e da intervenção conjunta desses países nos diversos organismos da ONU. Além disso, os palestinos tinham, até 1991, dois grandes aliados de sua causa no Conselho de Segurança da ONU: URSS e China. As condições eram muito mais favoráveis para aqueles que defendiam a imediata construção do Estado Palestino. Com o argumento de que precisava adquirir maior credibilidade e dar mais uma demonstração de que estava disposta a fazer concessões em

⁸ Destacamos a Union of Agricultural Work Committees (UAWC), a Palestinian Progressive Youth Union (PPYU), a Union of Palestinian Women Committees (UPWC), a Defence for Children Internatinal – Palestine Section, a ADDA-MEER-Prisoners Support and Human Rights Association, o Palestinian Centre for Human Rights etc.

seu programa original, se isso, de fato, fosse contribuir para o avanço do processo de paz, a OLP alterou seu estatuto em 1988, e reconheceu o direito do Estado de Israel existir, ao lado de um Estado Palestino, conforme a Resolução 181, de 1947. Ou seja, a OLP reconheceu pela primeira vez a legitimidade do Plano de Partilha da Palestina, antes apresentado pela organização como sendo um instrumento da aliança do sionismo com o imperialismo para ampliar sua influência e exercer a dominação territorial de uma parte estratégica do Oriente Médio. Esta posição da OLP encontrou resistência entre os próprios palestinos, mas as forças que se opuseram a tal mudança de posição se encontravam em situação de minoria, e não conseguiram impedir a vitória dessa proposta, que partiu de Yasser Arafat e da direção majoritária de seu partido, o Fatah. Mesmo dentro desse partido surgiram posições contrárias as de Arafat, o que prova que precisamos observar, no estudo do caso palestino, as contradições e conflitos não só entre o Estado de Israel e as organizações árabes-palestinas, mas também entre as próprias organizações da resistência palestina.

Os “acordos de paz” firmados com Israel, em 1993/1994, alimentam ilusões e ignoram a natureza expansionista/imperialista deste Estado, que negocia e, ao mesmo tempo, faz crescer o número de colônias sionistas nos territórios palestinos ocupados em 1948 e 1967. Além disso, Israel aplica até hoje uma política de assassinatos seletivos de lideranças políticas palestinas, e de perseguição e prisão em massa. Um resultado dessa política de repressão intensa e permanente são os seis mil presos políticos palestinos, alguns vivendo nos cárceres israelenses há pelo menos vinte anos. Desses, mais de setecentos estão condenados a prisão perpétua. Entre 1993 e 2005, apesar de inúmeras reuniões, conferências e acordos firmados entre a Autoridade Nacional Palestina (ANP) e o governo do Estado de Israel, e apesar das expectativas de uma paz duradoura apresentadas pelo presidente palestino eleito em 1996 com 87% dos votos, Yasser Arafat, o que se

viu foi uma continuada violação dos direitos humanos e dos direitos fundamentais do povo palestino, assim como a negação do direito nacional à independência e à soberania, deixando ainda mais distante o sonho do Estado Palestino Laico e Democrático. Os dois signatários dos acordos de Oslo de 1993 morreram. Yitzhak Rabin, pelo lado israelense, assassinado por fundamentalistas judeus-sionistas, em 1995, e Yasser Arafat, pelo lado palestino, morre em 2004 resultante de problemas de saúde, mas surgem denúncias que afirmam ter sido consequência de envenenamento gradativo. Esses acordos livraram os palestinos do controle militar israelense em algumas cidades e vilarejos de Gaza e Cisjordânia, criando para a população uma situação melhor do que a anterior, com melhores condições para se desenvolver o comércio, a indústria, a agricultura, educação, a saúde, a cultura e o esporte, enfim, para que fosse possível construir/reconstruir uma vida cotidiana com um mínimo de dignidade. Mas essa nova situação não resolveu plenamente grande parte dos problemas econômicos, sociais e políticos da ampla maioria do povo palestino. Os resultados pífios dos acordos e o não cumprimento da quase totalidade dos termos dos mesmos por Israel levam a uma nova situação de impasse que coloca em xeque as posições da direção da OLP e da agora chamada Autoridade Nacional Palestina (ANP). O não cumprimento de diversas cláusulas dos acordos, entre elas a suspensão da construção de novos assentamentos judeus e da demolição de casas palestinas ajudaram a diminuir a credibilidade que parcela do povo palestino depositava no Fatah, ainda mais com as constantes denúncias – muitas vezes comprovadas – de corrupção de líderes e membros desta organização.

É nessa conjuntura complexa que o partido Hamas ganhou projeção como uma alternativa política. A crise política, ideológica e organizativa dificultou a ascensão da esquerda palestina (FPLP, FDLP, PPP e outros) como força majoritária no movimento de libertação nacional. As denúncias de corrupção e de enriquecimento de muitos

dos dirigentes demonstraram um processo de degeneração em setores importantes do Fatah. As eleições de 2006 contribuíram para acirrar as disputas internas no movimento da resistência palestina, com o Hamas vitorioso em Gaza e o Fatah na Cisjordânia. A esquerda palestina procurou convocar todas as forças progressistas, populares, democráticas e socialistas a se unir num grande movimento nacional de resistência para desencadear novamente uma ofensiva contra as medidas do governo de Israel que visam acelerar o processo de expropriação de terras do povo palestino, mas parece que todo esse esforço ainda tem sido insuficiente para alterar a correlação de forças dentro e fora da OLP. Quando do ataque militar israelense a Gaza, entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, essa ideia de unidade nacional das forças da resistência palestina adquiriu grande importância, mas até agora parece que existem muitos fatores que ainda impedem que tal proposta volte a ser transformada em realidade. A impressão é que uma unidade política e programática mínima, em torno de alguns pontos de consenso amplamente discutidos com o povo palestino, seria fundamental para tentar desencadear uma nova ofensiva política, popular e de massas contra o Estado de Israel. A ação unitária de forças como o Fatah, FPLP, FDLP, PPP, Hamas, Jihad Islâmica e demais organizações e partidos políticos palestinos poderia fazer ressurgir nas amplas massas populares do mundo árabe – e no interior de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém – a esperança e a disposição necessárias para uma nova retomada da ofensiva deste que é, sem dúvida, um dos mais importantes movimentos de libertação nacional deste início de século XXI. O que se poder afirmar com certeza é que, por mais justo, combativo, corajoso e coerente que seja um partido ou uma organização da resistência palestina, de maneira isolada não terá capacidade para impor nenhuma derrota contra o sionismo israelense. Talvez essa unidade entre as três correntes políticas da resistência nacional palestina (nacionalismo laico,

nacionalismo islâmico e socialistas/comunistas) possa construir uma frente antissionista/anti-imperialista que obrigue o Estado de Israel a ir para uma mesa de negociação numa outra correlação de forças, fazendo surgir daí as condições mais favoráveis para se apresentar propostas mais ousadas que as atuais, que privilegiam o debate de dois Estados, menosprezando a experiência histórica dos últimos 67 anos que indica que o sionismo não irá recuar um único milímetro em suas conquistas militares de 1948 e 1967. É possível perceber que sobre este tema existem pelo menos três posições:

1. *os que defendem a criação imediata de um Estado Palestino Laico e Democrático na chamada Palestina Histórica (em todo o território considerado Palestina antes do Plano de Partilha de 1947):* nossa impressão é que tal opinião desconsidera a atual correlação de forças no interior do movimento nacional palestino e entre os palestinos e o Estado de Israel, fazendo de tal proposta mais um instrumento de agitação e propaganda do que uma possibilidade real no momento. É a defesa da estratégia, do objetivo principal a ser atingido sem a mediação das táticas, dos meios e caminhos que levarão até esse objetivo final. E os palestinos sabem que agitação e propaganda são insuficientes para fazer com que triunfem posições que possam levar a profundas transformações econômicas, sociais e políticas naquela região. Organizações nacionalistas islâmicas também defendem tal proposta, com a ressalva de que não se utilizam da expressão Estado Laico, mas simplesmente Estado Palestino;

2. *os que defendem a posição de dois estados existindo um ao lado do outro, ou seja, o cumprimento do Plano de Partilha da Palestina elaborado pela ONU em 1947 (Resolução 181).* Essa opinião defende que o Estado de Israel já se consolidou, e agora, portanto, é necessário construir o Estado Palestino. Tal posição abandona o programa original da OLP e os princípios que orientaram a resistência palestina de 1947 a 1988. Entre 1993 e 2005 esta tem sido a proposta do Fatah e outras organizações palestinas. É o abandono da estratégia e da Carta de fundação

da OLP que, segundo Arafat, tornou-se um documento sem validade, que ficou no passado, “caducou”;

3. *os que defendem que é preciso acumular forças no atual período da luta nacional palestina.* Para estes, é necessário se organizar melhor para defender e fazer avançar as conquistas já obtidas como resultado das lutas e mobilizações sociais e populares, tentando fortalecer tudo aquilo que tem de positivo nos acordos firmados até agora, criticar e denunciar aquilo que não é de interesse do povo palestino e, ao mesmo tempo, tentar consolidar o controle palestino sobre todo o território de Gaza e da Cisjordânia. Nesse sentido seria importante intensificar as lutas: pela libertação dos presos políticos, pelo direito ao retorno dos refugiados, pela destruição do “Muro da Vergonha”, pelo cumprimento das Resoluções da ONU sobre a questão palestina, em especial sobre o estatuto de Jerusalém, pelo direito dos palestinos de resistir à ocupação militar israelense por todos os meios de que dispõem, para barrar as construções de novos assentamentos sionistas, para impedir as demolições de casas de palestinos etc. Essa posição política procura fazer destas e outras lutas parte de um processo de acúmulo de forças que vai construindo no cotidiano as condições mais favoráveis para colocar o movimento nacional palestino na direção do rumo estratégico indicado: *um Estado Palestino Laico e Democrático em toda a Palestina Histórica.*

As contradições no interior na resistência e das massas populares palestinas são tão intensas que é possível identificar adeptos e simpatizantes das três posições dentro de uma mesma organização política e social. Por exemplo: apesar da maioria da direção política do Fatah e da OLP defender hoje a construção de um Estado Palestino em Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental, aceitando a ideia de dois Estados, é possível encontrar dirigentes destas organizações, assim como militantes e setores importantes de sua base social defendendo a retomada de todo o território palestino, as terras ocupadas em 1948, em 1967 e

as que foram ocupadas após os Acordos de Oslo (1993/1994). Mesmo dentro do Hamas, que historicamente defendeu a posição de um único Estado Palestino, já existem lideranças anunciando o reconhecimento do Estado de Israel e sugerindo uma adaptação e aproximação com a posição majoritária no interior da OLP. É óbvio que a intensificação da repressão israelense contra os palestinos nos últimos anos tem criado condições mais favoráveis para a defesa da proposta de continuar a luta pela construção de um Estado em toda a Palestina histórica. Essa é a posição hegemônica, por exemplo, entre dirigentes, militantes e simpatizantes da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), que nunca abandonou esta orientação estratégica. É bom lembrar que, para amplos setores das massas populares palestinas, o debate sobre a questão de um ou dois Estados é algo completamente secundário, é algo que se concentra mais entre os dirigentes e intelectuais do que uma ideia presente no cotidiano popular, pois a situação objetiva empurra os palestinos para dedicarem mais tempo às preocupações muito mais concretas, como a luta contra a ocupação israelense em todas as suas formas (econômica, política, social, cultural financeira, militar). Após algumas viagens realizadas à Palestina, podemos concluir que as massas estão distantes desse debate de um ou dois Estados, mas que, quando esclarecidas sobre as propostas existentes, tendem a apoiar a construção de um Estado da Palestina em toda a Palestina histórica, pois só assim terão seus direitos plenamente restituídos, sejam os que vivem hoje na pátria ocupada, sejam os que vivem na condição de refugiados.

OS MARXISTAS NA OLP E O DESAFIO DE COMBINAR A LUTA PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL COM A LUTA PELO SOCIALISMO

As duas principais organizações da esquerda revolucionária no interior da OLP e do movimento nacional de resistência palestina

são a *Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP)* e a *Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP)*. Não são as únicas, mas são, respectivamente, a segunda e a terceira força na OLP. No comando da OLP, como já dissemos, está o Fatah, desde 1969 até hoje. Caso o Hamas chegue a um acordo com o Fatah para que ocorra seu ingresso na OLP (essa negociação já está em curso), a esquerda revolucionária perderá essa posição, pois, possivelmente, o partido nacionalista islâmico se tornaria a segunda força. A FPLP e a FDLP merecem destaque devido a vários motivos: têm uma base social organizada dentro e fora da Palestina; estão presentes em organizações populares e de massas; possuem um vínculo concreto com as lutas da classe trabalhadora palestina; procuram realizar um trabalho de formação política e ideológica numa perspectiva marxista; têm se mantido como a voz crítica no interior da OLP, impedindo muitas vezes que se desviasse de seus objetivos originais (apesar das constantes derrotas dessa esquerda nos últimos anos); têm estimulado e organizado setores importantes da juventude palestina; estão presentes nas principais lutas, campanhas e movimentos unitários, continuam realizando o trabalho de solidariedade e organização com os refugiados; mantêm contatos com organizações não sionistas/antissionistas da esquerda israelense; têm procurado estabelecer contatos com movimentos e partidos de esquerda em todo o mundo; e optaram por realizar a resistência através de diversas formas de luta, seja a participação político-eleitoral, com deputados eleitos para o Conselho Legislativo Palestino (CLP), seja a luta de massas (nos sindicatos e movimentos populares), a participação em Organizações Não Governamentais (de defesa dos direitos humanos etc.) e a organização da resistência militar, o que faz esses dois partidos existirem ainda enquanto organizações político-militares (nome dado pela OLP a esse tipo de agrupamento).

Apesar de todos os limites, equívocos ou contradições que possam ser identificados ao longo da construção dessas duas organizações (e

existem), é inegável a coragem e a ousadia de seus militantes e dirigentes, e seu reconhecimento, como parte fundamental da resistência palestina, é hoje uma obrigação para quem pretende analisar a situação do conflito numa perspectiva progressista, democrática, popular e/ou revolucionária. Samir Amin afirma que

a luta pelo socialismo na periferia do sistema imperialista não deve ser estranha, e ainda menos oposta, à luta de libertação nacional. O fato imperialista impõe a compreensão de transição para o socialismo como resultante da fusão histórica dos objetivos de libertação social e de libertação nacional (Amin, 1981, p. 153).

Este tem sido um dos desafios cotidianos da FPLP e da FDLP desde suas origens nos anos 1960.

Apesar de Yasser Arafat sempre ter tido um ótimo relacionamento com os governantes da Argélia, Cuba, China, Coreia do Norte e URSS, que defendiam à sua maneira o socialismo como alternativa para os movimentos de libertação nacional, o chefe da OLP sempre se proclamou anti-imperialista e antissionista, líder de um movimento cujo objetivo principal é a libertação da Palestina, sem nunca se declarar socialista⁹ (o que era verdade). Mas essa relação de Arafat com os chamados “países socialistas”¹⁰ criou condições favoráveis para a aproximação com a esquerda palestina, que também contribuiu para fortalecer o caráter anti-imperialista da OLP. Enquanto o líder do Fatah construía essas alianças em nível internacional, a FPLP e a FDLP iniciam o debate

⁹ Para uma melhor compreensão do pensamento político de Arafat entre 1956 (fundação do Fatah) e 1969, e sua posição sobre a FPLP e a FDLP nesse período, recomendamos o livro *Porque lutam os palestinos?* (Arafat, s/d).

¹⁰ Por exemplo, segundo Kapeliouk (2004, p. 64-65) Yasser Arafat e Abu Jihad, ambos na condição de líderes do Fatah, se encontraram, entre 1963 e 1965, com Houari Boumediene (ministro argelino do governo de Ben Bellah), Che Guevara (Ministro de Cuba), Enver Hoxha (secretário-geral do Partido do Trabalho-Albânia), além de diversos membros dos governos da China, Vietnã e Coreia do Norte.

sobre sua integração ao Comando Palestino da Luta Armada (CPLA), que ocorre entre os anos 1968 e 1969. A esquerda marxista se integra à OLP após a sua fundação (1964), e vai defender posições políticas que priorizam os interesses dos operários, camponeses e das massas populares da Palestina, pois o Fatah e outros agrupamentos nacionalistas eram apontados como representantes dos mais diversos setores da burguesia árabe-palestina. Isto não significa que no interior do Fatah não existam defensores do marxismo e de diversas modalidades do socialismo, mas sempre foram uma minoria. Tanto a FPLP quanto a FDLP sempre se apresentaram como organizações político-militares autônomas em relação à burguesia árabe-palestina e aos governos dos países árabes, que por muitas vezes tentaram controlar a OLP e seus partidos¹¹. A FPLP, por exemplo, sempre criticou a burocratização da OLP, e os altos salários de dirigentes e oficiais do Exército Palestino de Libertação Nacional (EPLN). No livro de Ricardo Ciudad, um dirigente da FPLP afirma, em 1969, que

El FPLP no desea la desaparición de la OLP, aunque tiene muchos reproches que hacerle. Por ejemplo, políticamente, lejos de ser una auténtica organización revolucionaria, la OLP es simplemente un aparato burocrático para proporcionar elevados sueldos a una colección de 'funcionários'. La OLP gasta más de 60% de su presupuesto con fines que no tienen nada que ver con la lucha revolucionaria. En el plano militar, la OLP parece dedicar sus principales esfuerzos a la organización de un ejército clásico. Los sueldos de sus 'oficiales' son fantásticos: con lo que gana solamente uno de ellos, el FPLP puede mantener una base entera de sus comandos (Ciudad, 1970, p. 256).

Desde o início, a FPLP se declarou marxista-leninista, buscando ter como referência as revoluções e as guerras populares em Cuba, na Argélia, no Vietnã e na China. Surgida do interior do Movimento

¹¹ Como tentaram principalmente os governos da Líbia, da Jordânia, da Síria, do Iraque e da Arábia Saudita.

Nacionalista Árabe (MNA), que teve muita força entre os anos de 1959 e 1964, este partido político da esquerda palestina teve como um de seus fundadores e principais ideólogos o médico George Habashe. Criada em outubro de 1967, após um ano de vida ocorrem inúmeras divisões internas, que levam ao surgimento de duas outras organizações: a FPLP-Comando Geral (FPLP-CG), que rompe em 1968 sob o comando do ex-coronel do exército sírio Ahmed Jibril e a Frente Democrática Popular para a Libertação da Palestina (FPDLP), que logo depois muda o nome para FDLP, e tem como uma de suas principais lideranças o marxista Nayef Hawatmeh (atual secretário-geral). A FPLP ficou muito conhecida pelos sequestros de aviões como forma de divulgar a luta dos palestinos no cenário internacional e de exigir a libertação de presos políticos. Em todas elas, nenhuma pessoa foi torturada ou assassinada, pois essa era uma das determinações da FPLP para seus membros: fazer de tudo para evitar a morte de civis. Quem ficou conhecida nessas operações foi Leila Khaled, uma das primeiras mulheres a se tornar parte da direção política da revolução palestina. Continua até hoje sua militância na FPLP e na União Geral de Mulheres Palestinas. A imagem da guerrilheira sorrindo, com um lenço no pescoço (keffiah) e um fuzil nas mãos, pode ser vista ainda hoje em vários muros da Palestina ocupada. Esta organização pagou um preço altíssimo pela sua coerência e defesa do programa original da OLP. Foi contrária aos Acordos de Oslo, que foram realizados sem um amplo debate no interior do povo palestino e da própria OLP. Após a criação da Autoridade Palestina, a FPLP¹² segue em sua crítica sobre a forma e o conteúdo da chamada “negociação de paz”, pois até agora não viu avanços que beneficiam de fato o povo palestino. Mas não faz isso de maneira isolada, pois outras vozes surgem na tentativa

¹² Documentos, artigos e entrevistas com dirigentes da FPLP sobre a situação atual da luta palestina podem ser encontrados em <http://pflp.ps/english/>

de apontar os erros e a tentativa de desmobilização generalizada das massas palestinas diante dos chamados “Acordos de Paz”. Uma dessas vozes dissonantes, críticas à direção da OLP e à Autoridade Palestina foi o intelectual palestino Edward Said, que afirmava que

Foram os palestinos que cederam. É verdade que conquistaram pequenos ganhos aqui e ali, mas basta olhar o mapa de Gaza e da Cisjordânia, depois visitar aqueles lugares, ler os acordos e ouvir os israelenses e norte-americanos para se ter uma boa ideia do que aconteceu mediante compromissos, acordos desequilibrados e revogação da plena autodeterminação palestina. Tudo isso ocorreu porque a liderança palestina egoisticamente colocou seu próprio interesse, os exagerados esquadrões de guardas de segurança, os monopólios comerciais, a indecente persistência no poder, o despotismo ilegal, a ganância antidemocrática e a crueldade acima do bem geral palestino. Até agora a Autoridade foi conivente com Israel, para deixar a questão dos refugiados no esquecimento (...) (Said, 2003, p. 76)

Said também elaborou duras críticas ao líder Yasser Arafat, alegando que no final de sua vida se tornou no instrumento adequado para convencer o povo palestino a realizar inúmeras concessões para atender os pedidos e reivindicações dos governos de Israel e dos EUA. Dizia que o prestígio e a história de Arafat eram fundamentais para garantir a legitimidade dos acordos que estavam sendo firmados sem uma participação ativa e democrática do povo palestino, principalmente dos refugiados, em especial os refugiados de 1948 que, com os acordos, teriam que renunciar à sua histórica luta pela retomada de suas terras, pois sua própria liderança já tinha decidido por isto. Said chegou a afirmar que Arafat

É um mestre em corromper até mesmo os melhores de seu povo; ele comprou ou ameaçou toda a oposição organizada (há sempre indivíduos que não podem ser cooptados) e portanto a eliminou como ameaça. O resto da população vive na incerteza e é desencorajada a reagir. A Autoridade emprega em torno de cento

e quarenta mil pessoas; se multiplicarmos isso por cinco ou seis (o número de dependentes de cada empregado), teremos perto de um milhão de pessoas que tem seu meio de vida controlado por Arafat (Said, 2003, p. 77).

Apesar dessa situação, Said acreditava que “uma nova liderança provavelmente irá surgir entre os palestinos que vivem em outros países (...) todos consideram a Autoridade sem real legitimidade e são os que têm mais a ganhar com o direito ao retorno” (Said, 2003, p. 77). Já para Michael Warschawski, que foi membro da Organização Socialista Israelense (Matzpen) – um agrupamento marxista que lutou intensamente contra o sionismo e os governos de Israel, apesar das concessões realizadas, Arafat tinha pré-estabelecido limites em sua negociação com os israelenses. Ao contrário de Said, que comparava o governo de Arafat com o governo francês que aceitou a ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial (1939/1945), tornando-se assim um colaborador na opressão de seu próprio povo, Warschawski acredita que essa comparação é mais recomendável quando se trata do atual governo palestino, que pode estar trilhando neste momento esse vergonhoso caminho. Esses limites mantidos por Arafat, segundo ele, tinham como referência o direito à autodeterminação, à soberania e ao retorno dos refugiados. Mas, com o atual presidente palestino Mahmoud Abbas (Abu Mazen), ele sugere que esses limites desapareceram, pois, para aquele que substituiu Arafat, “os Estados Unidos, e somente eles, decidem o que é realista e realizável, e o movimento nacional palestino não tem outra escolha a não ser aceitar o alinhamento com Washington” (Warschawski, 2010, p. 30-31).

Também a FDLP, desde seu nascimento em fevereiro de 1969, tem sido uma importante representante do pensamento marxista no interior da resistência palestina. Nos anos 1960 e 1970 introduziram os militantes palestinos no estudo das obras de Marx, Engels, Lenin, Mao Tsé-tung, Giap, Che Guevara, formando uma juventude crítica

que, além do desenvolvimento intelectual, também adquiriria experiência militar nas fileiras desta organização. Afirmando a incompetência da pequena-burguesia para levar até o fim a revolução palestina, criticando a postura antidemocrática e reacionária dos governos árabes e defendendo a necessidade de construção da unidade palestina em torno de um programa comum mínimo, a FDLP torna-se parte da vanguarda política que vai conduzir a OLP no caminho do fortalecimento do movimento nacional de resistência à Israel. Sobre a tendência de conciliação com os interesses imperialistas pela burguesia dos países periféricos, Lenin afirmava que

A burguesia das nações oprimidas converte constantemente as palavras de ordem de libertação nacional numa mistificação dos operários: em política interna explora essas palavras de ordem para firmar acordos reacionários com a burguesia das nações dominantes (...) em política externa procura pactuar com uma das potências imperialistas rivais para atingir suas finalidades de rapina (Lenin, 1988, p. 147).

Em fevereiro de 2012 a FDLP proclamava que

En el aniversario 43 de su gloriosa fundación, el Frente Democrático para la Liberación de Palestina (FDLP) renueva su compromiso de continuar la lucha en las filas del Movimiento Nacional Palestino bajo la bandera de la OLP, único y legítimo representante de nuestro pueblo, por el derecho al retorno, a la autodeterminación y a la creación del Estado independiente con total soberanía, en la frontera del 4 de junio de 1967 y con Jerusalén Oriental como capital. (FDLP, 2012)

Esta e outras declarações anteriores fazem questão de reafirmar a concordância com a resolução aprovada pela direção da OLP sobre as fronteiras do futuro Estado Palestino. Sendo assim, entre os partidos de orientação marxista que hoje integram a OLP, somente a FPLP segue insistindo explicitamente que a solução para a questão palestina é o retorno ao programa original da organização, que estabelece como

horizonte a ser alcançado um Estado da Palestina Laico e Democrático, em toda a Palestina histórica, onde possam viver cristãos, muçulmanos, judeus, ateus, etc, sem racismo, sem colonialismo, sem imperialismo. A compreensão sobre os debates políticos internos no movimento nacional da resistência palestina é sempre uma tarefa muito difícil, pois a realidade cotidiana do conflito promove mudanças significativas todos os dias, e muitos analistas são surpreendidos por importantes acontecimentos – muitas vezes inesperados – que nos obrigam a revisar constantemente aquilo que pensamos e escrevemos sobre esta situação concreta. Acreditamos que conhecer profundamente quem são, como se organizam e quais os principais desafios dos marxistas e seus partidos/movimentos na Palestina seja uma das tarefas fundamentais para que possamos fortalecer nossos laços de solidariedade e nosso compromisso com esta causa legítima de um povo que tem sabido manter sua dignidade e ousadia mesmo diante das mais difíceis situações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRE, Amílcar (1968). *O desafio de Israel*, Rio de Janeiro, Editora Leitura.
- AMIN, Samir (1981). *Classe e nação na história e na crise contemporânea*. Lisboa: Moraes.
- ARAFAT, Yasser (s/d). *Porque lutam os palestinos?* Rio de Janeiro: Paralelo.
- ARAFAT, Yasser e outros (2007). *Soberania e Autodeterminação – A luta na ONU: discursos históricos*. São Paulo: Expressão Popular.
- BRAIA, Nathaniel (2002). *O Apartheid de Israel – Racismo, agressão e usurpação: os focos do conflito atual*, São Paulo, Alfa-Ômega.
- CIUDAD, Ricardo (1970). *La resistência palestina*. Madrid: Guadarrama.
- FDDL (2012). *Declaración política en el aniversario 43 de la fundación del Frente Democrático para la Liberación de Palestina* <http://www.fdlpalestina.org/declaraciones/declaracion-politica-en-el-aniversario-43-de-la-fundacion-del-fdlp.htm> . Acesso em 05 de maio de 2012.
- GATTAZ, André (2002). *A Guerra da Palestina – Da criação do Estado de Israel à Nova Intifada*. São Paulo, Usina do Livro.
- GRESH, Alain (1983). *OLP – Histoire et strategies, vers l'État palestinien*. Paris: Spag-Papyrus.
- HERZL, Theodor (1998). *O Estado judeu*. Rio de Janeiro, Garamond.
- KAPELIOUK, Amon. (2004). *Arafat: o irreduzível*. São Paulo: Planeta.
- LENIN, Vladimir (1988). *Sobre a libertação nacional e colonial*. Moscou: Progresso.
- MEIR, Golda (1974). *Minha Vida*. Rio de Janeiro, Bloch Editores.

- MUSALLAM, Dr. Sami Fayez (1987). *Organizacion para la Liberacion Palestina – Estructura Institucional*. México DF: OLP en Mexico.
- NIMITZ, Oscar (1974). *Ben Gurion*. Rio de Janeiro, Editora Três.
- SAID, Edward (2003). *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- SALEM, Helena (1977). *Palestinos: os novos judeus*. Rio de Janeiro: Eldorado.
- SUWWAN, Dr. Farid (1987). *OLP – Organização para a Libertação da Palestina (Breve Estudo)*. Brasília: OLP no Brasil.
- WARSCHAWSKI, Michel (2010). *Desastre programado: a política israelense em ação*. São Paulo: Radical Livros.

Impressões de uma viagem à Palestina¹

O povo palestino é uma nação em exílio (...)

Edward Said, *A Questão da Palestina*

Este é o relato de uma das viagens que fiz a várias cidades da Palestina, entre maio e junho de 2010. Junto com Dafne Melo, jornalista do periódico *Brasil de Fato*, fomos para Tel-aviv, Jerusalém e Haifa, cidades atualmente sob o controle do Estado de Israel, e Ramallah, El-Bireh, Belém, Ni’lin, Bil’in, Beat-Sahour, Hebron e vários vilarejos na Galileia (Sakhnin, Al Abbasiyah e outras), todas cidades e vilarejos concentrados na Cisjordânia, considerada na atualidade como território palestino com certa autonomia em relação ao Estado de Israel. Nossa viagem foi resultado de um processo de diálogo e cooperação com organizações sociais e políticas que defendem o direito do povo palestino de construir seu Estado. Fomos convidados para participar da II Conferência de Haifa (organizada por movimentos da esquerda árabe-israelense e palestina, por intelectuais progressistas, professores e estudantes da Universidade de Haifa e outras instituições acadêmicas). As principais resoluções desta conferência foram: 1. criar uma comis-

¹ Este texto é parte do artigo “A questão palestina e as relações internacionais”, originalmente publicado na *Revista de Ensaios dos Cursos de Economia e Relações Internacionais* (Recrie), Porto de Ideias/Centro Universitário Fundação Santo André, n. 1, São Paulo, 2010.

são para dar sequência aos debates e encaminhamentos aprovados; 2. elaborar um documento final da Conferência; 3. organizar a III Conferência de Haifa em 2011, na Turquia, para facilitar a participação dos refugiados palestinos; 4. organizar encontros de solidariedade com o povo palestino em todos os países das delegações presentes, com sugestão de data para a semana do dia 29 de novembro, dia internacional de solidariedade ao povo palestino; 5. fortalecer a luta pelo boicote aos produtos israelenses; 6. fortalecer a luta contra a manutenção do bloqueio à Gaza; 7. fortalecer a luta pela libertação dos presos políticos palestinos; 8. defender a constituição de um Estado Palestino Secular e Democrático na Palestina Histórica. Durante o encontro, aproveitamos para conhecer melhor o trabalho de organizações como a União dos Comitês de Trabalhadores Agrícolas, a União dos Comitês de Mulheres Palestinas, o Comitê de Acompanhamento e Apoio aos Presos Políticos, a União dos Comitês de Saúde Palestinos, o Comitê Popular da Comunidade de Silwan (Jerusalém Oriental), o movimento de esquerda árabe-israelense-palestino Abnaa Al Balad Movement (Movimento Filhos da Terra) etc.

OS PALESTINOS EM JERUSALÉM ORIENTAL: O CASO DAS DEMOLIÇÕES DE CASAS EM AL BUSTAN-SILWAN

Em Jerusalém Oriental, conhecemos a comunidade de *Al Bustan-Silwan*. Neste bairro, onde vivem 50 mil pessoas, a prefeitura iniciou um movimento de demolições de casas com o argumento de que por ali andava, no passado, o Rei Davi e, por isso, o governo e a prefeitura estão emitindo ordens de despejo e demolição de casas para a construção do Parque Rei Davi. Cerca de mais de 20 casas já foram demolidas, mas no projeto serão pelo menos 88 moradias de famílias que vivem lá desde antes de 1948. Vimos uma casa que foi construída em 1850. Serão prejudicadas por esse projeto cerca de 1500 pessoas. Visitamos a sede do Comitê Popular de Silwan. É uma ferramenta que está sendo

construída em várias cidades e comunidades palestinas: os *Comitês Populares*. Nos Comitês Populares, atuam militantes de diferentes partidos políticos palestinos, e militantes que estão fora dos partidos, mas estão em alguma outra organização social, ou às vezes são voluntários independentes, sem vínculo com nenhuma entidade, mas com disposição de ajudar na luta da comunidade. Na sede do comitê, as faixas alertam: “Não vamos a lugar nenhum, continuaremos em Al-Bustan!”, “Não à judaização, não à indenização!”, “Por nossa vida, lutaremos por nossa terra, símbolo de nossa dignidade e nosso orgulho!”. Segundo a prefeitura, todo o bairro é ilegal, apesar de os moradores apresentarem testemunhos e documentos comprovando que suas famílias vivem ali desde antes de 1948. A prefeitura tem um plano, Plano 20-20, para “limpar” Jerusalém dos palestinos-árabes-muçulmanos. É o que, na atualidade, as organizações de direitos humanos chamam de política deliberada de “judaização de Jerusalém”.

O Comitê Popular não é contra judeus, nem contra parques, dizem as lideranças. Só querem viver em paz com suas famílias. Falaram das consequências sociais, humanas, econômicas e psicológicas que as demolições trazem para as pessoas. A maioria das pessoas só tem como patrimônio suas casas. Procuram melhorar suas condições de moradia, reformam e ampliam suas casas e, depois, vem o oficial de justiça, o funcionário da prefeitura, com apoio da polícia e do exército, e expulsam as famílias, dão o prazo de 48 horas para a família sair da casa. As crianças crescem nesse ambiente de destruição, de repressão, de conflito, e crescem se perguntando: “Por que os judeus querem nos expulsar? Expulsaram meus avós, e agora querem expulsar meus pais?”. No dia que estávamos lá, as crianças e jovens tinham acabado de entrar em confronto com a polícia, e o bairro estava cercado por barricadas da resistência popular de Silwan. Foi impressionante ver a participação ativa e organizada das crianças e jovens, com o apoio dos pais e familiares, que incentivam a participação política nas lutas

sociais por terra e pela independência. Percebemos que na Palestina é um orgulho para uma mãe ou para um pai ver seu filho participando e se destacando nas lutas populares contra a ocupação militar sionista.

Conversamos com moradores desse bairro que relataram que não podem sair de Jerusalém Oriental, que estão presos nessa região, pois não têm autorização para ir até o outro lado da cidade, não podem rezar na Mesquita de Al-Aqsa, por exemplo, um dos templos mais sagrado do islamismo. Eles podem até ver o lado Ocidental de Jerusalém, e até olhar à distância para a Esplanada das Mesquitas, mas não podem entrar lá. Vivem a poucos minutos da cidade velha, mas não podem circular por lá. A prefeitura vive reafirmando que o bairro é ilegal, mas cobra impostos dos moradores pelo tamanho da casa. Essa insegurança e incerteza permanentes sobre a possibilidade de sua casa ser destruída tem um grave efeito psicológico, pois ninguém pode viajar, ninguém quer se ausentar por dois dias ou mais, com medo de que, quando retorne, encontre sua casa demolida. Um morador nos relatou um caso concreto: um aluno muito estudioso começou a diminuir seu rendimento escolar, começou a ficar desanimado, perdeu o interesse pelo estudo. Um dia, o pai foi chamado à escola, e a professora disse que encontrou na bolsa do aluno vários brinquedos e jogos, que ele levava todos os dias para escola. O pai chegou em casa e foi conversar com seu filho, perguntou por que estava levando jogos/brinquedos para a escola. A criança respondeu que ouviu os pais falando que receberam uma intimação e que poderiam destruir sua casa a qualquer momento, e o menino entrou em pânico, ficou preocupado/angustiado, com medo, e disse que levava os brinquedos para que não fossem destruídos pelos tratores. Outra situação que se repete no bairro é o sequestro de crianças pela polícia. Como este bairro se tornou um exemplo de luta e resistência, a polícia iniciou um processo de prisão/sequestro de crianças e jovens, que gerou pânico e indignação entre as famílias. Os carros de polícia andam pelo bairro, pegam um jovem, levam para a delegacia,

fazem um interrogatório, intimidam, querem nomes de lideranças, de organizações, pressionam, fazem uma tortura psicológica num primeiro momento, aí este jovem já fica conhecido, se for pego mais uma vez, pode ser indiciado, ser processado, ficar na cadeia. Muitos jovens desta comunidade são presos políticos. Alguns não ficam na cadeia, mas são monitorados e ficam em prisão domiciliar. Ouvimos também depoimentos de familiares de uma criança de dez anos, um menino, que já havia sido preso pela polícia três vezes.

NAS TERRAS PALESTINAS DA GALILEIA: OCUPAÇÃO MILITAR, DEMOLIÇÃO DE CASAS E CONSTRUÇÃO DE NOVOS ASSENTAMENTOS SIONISTAS

No dia 30 de maio, fizemos uma viagem por várias comunidades na Galileia, por terras onde as famílias palestinas foram expulsas entre 1948 e 1967. Fomos até a cidade de *Sakhnin*, onde conhecemos uma obra do artista plástico Gershon Knispel (que atualmente vive no Brasil) num cemitério muçulmano, em homenagem aos mártires que foram assassinados por Israel durante a Intifada Palestina (rebelião popular, “o levante”). Fomos acompanhados por Ali Zbeidat, membro do Comitê Popular, uma ferramenta de luta e de organização da comunidade onde participam militantes de várias organizações palestinas. Sua casa está sob ameaça de demolição. Várias famílias já foram várias vezes advertidas pela polícia e muitos de seus membros presos por resistirem à ordem de demolição. Com o apoio da comunidade, Ali e sua família se mantém no local onde viveram seus pais e avós. A comunidade está sendo sitiada/cercada por assentamentos judeus ilegais, pois o governo de Israel assumiu o compromisso com a comunidade internacional de não expandir determinadas áreas de assentamento, mas tal medida não vem sendo cumprida. Observamos muitas obras de expansão, muitas máquinas e novas construções de assentamentos, avançando a toda velocidade contra terras palestinas. Também visitamos uma

vila árabe-palestina destruída em 1948, *Al Abbasiyah*, onde o povo foi sendo expulso e assassinado por terroristas da Haganá (organização terrorista sionista-judaica), que explodiram todas as casas do vilarejo. O povo que ficou na região procurou resistir, mas em 1967 aumentou a repressão contra esse vilarejo, chegando ao ponto de fecharem a Mesquita e proibir os palestinos de rezar. Várias manifestações foram feitas para garantir o direito de rezarem nessa Mesquita, mas foram reprimidas. Além disso, como forma de “estimular” a migração da população palestina que vivia em *Al Abbasiyah*, o exército israelense destruiu toda a plantação de oliveiras, arrancando as árvores com as raízes e plantando no lugar onde antes era o vilarejo com as oliveiras eucalipto e pinus, duas árvores que destroem toda a biodiversidade do local onde são plantadas. A Mesquita foi fechada, com cimento nas portas e janelas, com arame farpado e uma grade em torno dela, para impedir a entrada de pessoas. E toda a área do vilarejo pertence hoje a uma colônia judaica/ a um assentamento sionista. Na Galileia também visitamos um acampamento de beduínos que virou um vilarejo no alto de um vale, onde vivem cerca de 100 famílias, bem em frente a um assentamento judeu-sionista em expansão. Muitos se dedicam à agricultura e à pecuária (criação de cabras), ou procuram trabalho na cidade mais próxima (*Sakhnin*).

EM HEBRON (AL-KHALIL): PALESTINOS PROIBIDOS DE VISITAR O TÚMULO DE PARENTES NUM CEMITÉRIO MUÇULMANO NA CIDADE VELHA

Hebron (Al-Khalil em árabe) existe há 4 mil anos. Possui cerca de 167 mil habitantes, entre árabes e judeus. A cidade foi ocupada por tropas israelenses em 1967, e assim teve início a construção de assentamentos judeus-sionistas. Em 1994, enquanto ocorriam as negociações de paz entre a OLP, colonos judeus-sionistas dos assentamentos invadiram a Mesquita de Abraão e atiraram no povo, dentro da Mesquita,

enquanto todos rezavam. Dezenas de palestinos foram mortos neste dia. Na Mesquita de Abraão tomamos contato direto com um símbolo e um exemplo da tolerância muçulmana diante de outras religiões, pois visitamos a “Tumba de Abraão”, onde estão os restos mortais do profeta que foi o fundador da religião judaica. Para nossa surpresa, este monumento sagrado dos judeus foi preservado e protegido pelos palestinos durante a expansão do islamismo na região. Quem cuida e preserva esse patrimônio histórico-cultural são árabes-palestinos muçulmanos.

Durante a visita a esta cidade, vivemos uma situação de causar indignação. Fomos andando pela parte mais antiga de Hebron. Chegamos num determinado local e o palestino que nos acompanhava disse: “Sigam por ali, entrem no bairro onde está hoje um assentamento judeu e nos encontramos do outro lado”. Seus familiares vivem há séculos na cidade, mas ele não pode ir para o outro lado da cidade por aquele caminho, tomado por tropas israelenses desde 1967. É uma rua que começa com muito movimento e comércio, muita gente andando tranquilamente com suas famílias, como em qualquer cidade do mundo. Então andamos uns 150 metros adiante e vemos um *check-point* (posto de controle) do exército de Israel, dentro do centro da cidade, que faz parte do território palestino da Cisjordânia. A rua vai ficando vazia. Os soldados exigem documentos, revistam bolsas e pessoas, impedem a livre circulação, por determinação do governo do Estado de Israel. Muitos militares patrulham essa “fronteira” que separa o lado árabe-palestino do lado judeu-sionista da cidade velha de Hebron. Somos atentamente observados e acompanhados pela patrulha. Entramos no território onde hoje está o assentamento judeu-sionista. Andamos uns 500 metros e nos deparamos com um cemitério árabe-muçulmano abandonado, praticamente destruído após a ocupação militar israelense de 1967. Desde essa data, cidadãos palestinos de Hebron não podem mais visitar seus parentes enterrados neste cemitério. Neste lado controlado por soldados e por colonos armados, vivem cerca de 500 famílias

judias, onde antes viviam cerca de 5 mil famílias palestinas. Parecia uma cidade fantasma. Vazia, com casas e lojas fechadas, abandonadas, destruídas. Desde 1967, nesta parte da cidade, qualquer família judia têm autorização de ocupar qualquer casa ou comércio que ainda esteja vazio. Detalhe: casas e comércio nessa área são de propriedade dos palestinos que foram expulsos em 1967 e nunca nem foram indenizados pelo governo israelense.

O BLOQUEIO ECONÔMICO E MILITAR DE ISRAEL CONTRA GAZA: MAIS UMA VIOLAÇÃO DOS ACORDOS DE PAZ E DAS RESOLUÇÕES DA ONU

Gaza é uma região onde vivem aproximadamente 1,5 milhões de pessoas, e se encontra numa situação difícil, pois é controlada militarmente por Israel. O Exército impõe um bloqueio econômico. Os soldados israelenses impedem a chegada de alimentos, remédios, mantimentos, materiais para infraestrutura e controlam Gaza por céu, terra e mar. Sufocam economicamente Gaza, tentam matar de fome os palestinos. Mas a impressão que temos é que essa postura ofensiva e agressiva de Israel só tem feito aumentar a solidariedade internacional com o povo palestino. A violência do Estado de Israel obrigou os palestinos a desenvolverem uma economia autossustentável. Nos territórios palestinos, existe uma série de pequenas indústrias, comércios, pequena agricultura se desenvolvendo, tanto em Gaza como na Cisjordânia. São iniciativas para minimizar o sofrimento da população e tentar produzir o máximo de mercadorias dentro do seu território, para depender o menos possível de Israel e da importação de produtos dos países árabes.

Durante nossa viagem, um grupo de internacionalistas vindos da Turquia, com uma pequena frota de barcos, conhecida como “Frota da Liberdade”, que traziam remédios, alimentos e brinquedos, tentavam entrar no litoral de Gaza, território autônomo palestino desde 1994, após os acordos de paz firmados entre o governo israelense e a Autoridade

Nacional Palestina. Composta por três navios que levavam 750 ativistas e três outros com 10 mil toneladas de carga para Gaza, foram interceptados em águas internacionais. Imagens e relatos de testemunhas mostraram a violência e intolerância dos soldados israelenses, que atiraram contra civis desarmados de dentro dos helicópteros e dos barcos que usavam para reprimir a missão humanitária de apoio ao povo de Gaza. Quando fizeram a abordagem e ingressaram no interior dos navios, novos disparos foram vistos e ouvidos por testemunhas que estavam a bordo.

Segundo a ONU, Israel não poderia impedir a livre circulação de pessoas e/ou mercadorias nessa região, já que não existe nenhuma lei ou resolução que permita que o Estado de Israel exerça o controle militar do litoral de Gaza. O ataque das Forças Armadas israelenses à frota humanitária que levaria ajuda aos palestinos da Faixa de Gaza só explicitou mais uma vez a desobediência e o completo menosprezo dos sucessivos governos de Israel perante todas as resoluções da ONU relacionadas a este conflito e perante todos os tratados inspirados nos princípios do Direito Internacional Humanitário. Fica evidente, mais uma vez, a absoluta falta de compromisso e de interesse do governo israelense com uma solução política, pacífica e diplomática para a questão palestina.

Também a repressão contra os barcos que tentam entrar e sair desse território palestino se constitui em mais uma ação arbitrária e ilegal por parte das autoridades militares israelenses. Em 30 de maio, uma operação das Forças Armadas de Israel contra os barcos que se dirigiam à Gaza resultou no assassinato de nove pessoas, além de dezesseis feridos e vários presos. Tentamos entrar em Gaza, mas o rigoroso e ilegal controle militar israelense nos impediu de cumprir esse objetivo humanitário, pois nossa intenção era ver com os próprios olhos a destruição e o massacre promovido por Israel contra a população civil, que vem sofrendo inúmeras privações desde a última grande ofensiva militar israelense, entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009.

O FRACASSO DOS ESTADOS UNIDOS E DA UNIÃO EUROPEIA (UE) NAS NEGOCIAÇÕES DE PAZ E A NECESSIDADE DE NOVOS INTERLOCUTORES NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Enquanto os Estados Unidos e União Europeia estiverem no comando das negociações de paz entre palestinos e governo de Israel não existe possibilidade alguma de uma paz justa e da construção do Estado Palestino, pois eles representam os interesses do imperialismo e do sionismo, são os mais interessados na divisão de todos os povos que hoje vivem no chamado Oriente Médio e no mundo árabe-muçulmano. As potências imperialistas que sempre trouxeram dor e sofrimento para os povos daquela região estão incapacitadas de dar uma resposta progressista e humanitária à questão palestina.

É urgente construir uma articulação internacional que passe pelo Movimento dos Países Não Alinhados, pela Liga dos Estados Árabes (Liga Árabe), pela União Africana, pela União das Nações Sul-Americanas (Unasul), pela Alternativa Bolivariana dos Povos da América – Tratado de Cooperação entre os Povos (Alba-TCP) e pela Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos – Celac, pois assim é possível tentar formar um grupo de países mais sensíveis aos problemas do povo palestino. Não podemos mais permitir que os representantes do colonialismo/imperialismo, responsáveis pelos conflitos e guerras que ocorreram – ou que ainda ocorrem – na região do Oriente Médio sejam os mesmos que vão ter o direito de continuar intervindo em questões fundamentais relacionadas aos direitos inalienáveis do povo palestino. É de causar indignação ver os símbolos dos EUA e da UE em projetos sociais e escolas dos territórios palestinos, pois os mesmos que hoje enviam alguns punhados de dólares e euros como forma de compensar a destruição causada por 67 anos de ocupação militar sionista, são os que nunca tiveram vontade ou coragem para barrar a máquina assassina israelense, que continua ceifando vidas de

crianças e civis todos os dias, desfrutando de uma impunidade e de uma cumplicidade dos governos imperialistas e da ONU, que só sabe redigir resoluções que nunca saem do papel, a não ser que seja contra países como Irã e Coreia do Norte.

Que o povo palestino possa construir nos próximos anos uma gigantesca e poderosa força social e política de massas capaz de traduzir a justiça de sua causa e de unir todos aqueles movimentos e organizações que são as legítimas representantes das aspirações nacionais e sociais dos trabalhadores e trabalhadoras desta pátria que um dia há de ser verdadeiramente livre, independente e soberana.

A Batalha de Gaza: Israel contra o direito internacional (mais uma vez)¹

A limpeza étnica é um crime contra a humanidade, e as pessoas que perpetraram ações desse tipo são considerados criminosos que hão de responder diante de tribunais especiais.

Ilan Pappé, *La limpieza étnica de Palestina*

INTRODUÇÃO

Em julho de 2014, o mundo assistiu indignado às cenas de destruição de casas, prédios e bairros comerciais de Gaza, na Palestina. Em mais uma ofensiva militar Israel assassinou, segundo a ONU, 2.131 palestinos, sendo 501 crianças e, dessas, 70% tinham idade menor que 12 anos. Nesses 50 dias de ocupação militar aérea, marítima e terrestre foram registrados 10.918 feridos, sendo 3.312 crianças e 2.120 mulheres. Pelos menos 10.920 casas foram destruídas ou danificadas, além de 98 escolas, 161 mesquitas, oito hospitais (dos quais seis totalmente destruídos), 46 escritórios de Organizações Não Governamentais, 50 barcos de pesca e 244 carros.² Além do genocídio contra a população civil e da destruição dos bens materiais do povo de Gaza, várias organizações humanitárias e da própria ONU já afirmam o forte impacto emocional e psicológico do conflito em Gaza, principalmente sobre as crianças, que se assustam com o silêncio (pois assim era o ambiente antes dos

¹ Artigo publicado na *Revista de Ensaios dos Cursos de Relações Internacionais e Economia* (Recrie), n. 1, dezembro/2014, Centro Universitário Fundação Santo André-CUFSA/Editora Porto de Ideias.

² Disponível em: <http://palestinalibre.org/articulo.php?a=52612>, Acesso: 20/09/14.

bombardeios), com barulhos, não conseguem se concentrar, estão nitidamente abaladas com a destruição de suas casas, de sua escola, pela morte de seus familiares e amigos etc. O drama humanitário do povo de Gaza é algo impressionante, pois continuam bloqueados por Israel, e a reconstrução da região levará décadas. Mesmo assim, a mídia empresarial, sempre ao lado de Israel, ignora o sofrimento palestino, e não vemos uma única palavra sobre Gaza. Mas toda essa violência e agressividade israelense não teve início em 2014. Procuramos encontrar as origens do conflito e organizar um breve histórico dessa violência contra os palestinos, pois acreditamos que compreender o passado é uma maneira de melhor interpretar o presente, e assim, intervir conscientemente na construção do futuro.

Entre 1897 e 1947, se desenvolve na Europa e na Palestina um movimento político que pregava “o retorno dos judeus para a Palestina”. Sob a alegação de que “os judeus são um povo sem terra e a Palestina é uma terra sem povo” buscavam apoio de governos para a criação de um “lar nacional para os judeus na Palestina”. Esse movimento político recebeu o nome de sionismo. No seu interior surgiram várias correntes de opinião, mas com sua consolidação em 1947/1948 ganhou força, e vem predominando na sua direção até os dias atuais, uma tendência teórica e política conservadora, antidemocrática e racista, que quer a expulsão de todos os árabes da Palestina.

O movimento sionista teve três vitórias importantes, que vão contribuir com significativas mudanças nas relações internacionais:

a) em 2 de novembro de 1917, o governo britânico emitia a *Declaração Balfour*, cujo conteúdo dizia que “o governo de Sua Majestade vê favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e fará tudo o que estiver a seu alcance para facilitar a realização desse objetivo” (*apud* Schoenman, 2008, p. 53);

b) em 29 de novembro de 1947, conseguiu a aprovação, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), do Plano

de Partilha da Palestina que sugeria a criação de dois Estados: um Judeu e um Árabe/Palestino);

c) em 11 de maio de 1949 o Estado de Israel, fundado em 15 de maio de 1948, é admitido como membro da ONU (desde que aceitasse todas as resoluções da entidade sobre a questão palestina).

Desde antes de 1947 muitos juristas e intelectuais defendem a tese da ilegalidade da existência do Estado de Israel, já que tal entidade foi criada através de um acordo entre a potência colonialista que exercia o domínio – ilegal – do território palestino e um movimento político colonialista formado por imigrantes oriundos da Europa (sionismo). A população originária da Palestina nunca foi consultada pelo governo do Mandato Britânico (estabelecido após 1918, com a derrota do Império Turco-Otomano na I Guerra Mundial) ou pela ONU sobre o que pensava em relação ao Plano de Partilha e à criação de dois Estados. No final das duas guerras mundiais (em 1918 e em 1945), os palestinos esperavam a criação de um Estado Laico e Democrático, com liberdade de religião e direitos iguais para todos os cidadãos. Soberania, independência nacional e autodeterminação: esse era o desejo do povo palestino. Mas, com o Plano de Partilha da ONU, este direito inalienável do povo palestino encontrará diante de si um violento inimigo: o Estado de Israel. Criação dos colonialismos britânico e sionista, tal entidade sempre careceu de razoável fundamento legal, pois além de ser formada por estrangeiros estimulados por uma ideologia racista, nunca receberam dos habitantes nativos da Palestina o direito de transformar parte ou a totalidade de seu território em um “lar nacional para os judeus”.

Desde sua criação em 1948 o Estado de Israel vem cometendo inúmeras violações dos direitos humanos e do direito internacional, desrespeitando dezenas de resoluções da ONU e praticando o genocídio e a limpeza étnica contra a população árabe-palestina, num verdadeiro regime de *apartheid* muito semelhante, em vários aspectos, ao que exis-

tiu na África do Sul. Pretendemos aqui demonstrar os fundamentos teóricos, jurídicos e políticos que dão sustentação à tese da ilegalidade da existência do Estado de Israel e, por quê é plenamente legítima a propositura de sua expulsão da ONU e de que seus representantes sejam julgados por crimes de guerra e genocídio no Tribunal Penal Internacional.

O MANDATO BRITÂNICO NÃO POSSUÍA A SOBERANIA DA PALESTINA

Segundo Henry Cattán, nenhuma ocupação militar do território da Palestina retirou o direito de seu povo originário de exercer a soberania sobre o mesmo. A soberania jurídica e política é um direito inalienável do povo palestino, portanto,

A ocupação militar britânica da Palestina, em 1917, não conferiu soberania à Potência Ocupante, nem tirou a soberania dos habitantes. Além do fato de que, sob o Direito Internacional, a ocupação militar do território inimigo não dá título de direito ao ocupante, os objetivos declarados das Potências Aliadas, durante a Primeira Guerra Mundial, não eram a aquisição de território no Oriente Médio (Cattán, s/d, p. 65).

No livro *A Palestina e o Direito Internacional: o aspecto legal do conflito árabe-israelense*, de Henry Cattán, encontramos os fundamentos teóricos que sugerem a invalidade do Mandato Britânico. Mesmo sendo um empreendimento colonial, resultado de mais uma guerra de conquista com o objetivo de subjugar a população nativa e colocar o território dominado à serviço dos interesses do imperialismo britânico, o governo britânico aceitava se submeter às regras aprovadas pela Liga das Nações (que os britânicos ajudaram a escrever). Segundo a Liga das Nações, as Potências Aliadas vitoriosas assumiriam o controle de territórios “que são habitados por povos ainda incapazes de sustentar-se por si mesmos” e garantiriam “o bem-estar e o desenvolvimento” dessas

comunidades nacionais sob a “proteção” de países supostamente mais “civilizados” (Liga das Nações, *apud* Cattán, s/d, p. 181). É evidente o preconceito e o racismo no documento da Liga das Nações, uma arrogância própria de governos colonialistas/imperialistas que se consideram os representantes da civilização diante da barbárie, argumento muito utilizado como justificativa para o expansionismo militar europeu sobre a África e a Ásia nos séculos XIX e XX.

A ilegalidade do Mandato Britânico torna-se mais explícita no momento em que seus representantes anunciam o desejo de criar as condições necessárias para a entrega da Palestina à Organização Sionista Mundial. Essa entidade foi formada originalmente por estrangeiros, habitantes da Europa, que iniciaram um movimento de colonização da Palestina com o apoio oficial do colonialismo britânico, fato comprovado em 1917, com a Declaração Balfour, em 1922, com Declarações da própria Liga das Nações sob a influência britânica e, nos anos seguintes, com a facilitação da imigração judaica para a Palestina, com milhares de autorizações concedidas pelo Mandato Britânico. Além disso, tornou-se evidente o desrespeito do Artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, pois estimular e apoiar a entrega de parte ou da totalidade do território palestino ao movimento sionista é algo antagônico à obrigação assumida de zelar pelo “bem-estar e desenvolvimento” dos habitantes dessa região. O Mandato nunca teve autorização e/ou legitimidade para negociar ou tomar decisões sobre o que deveria ocorrer na Palestina. A “execução do Mandato criou uma situação irregular e anormal, que continua nestes dias e constitui mesmo a base do conflito árabe-israelense” (Cattán, s/d, p. 33). Os imperialismos britânico e francês tinham prometido a muitos povos árabes que estavam sob o domínio do Império Turco-Otomano que, derrotado este último, a soberania e a autodeterminação reinariam no mundo árabe. Mas os árabes foram traídos pela França e pela Inglaterra. A história dessa traição pode ser conhecida através do livro *Sete Pilares da Sabedoria*, escrito pelo

oficial da Força Aérea Britânica Thomas Edward Lawrence, também conhecido por *Lawrence da Arábia*. Ele participou da Conferência de Paz em 1919, e foi Consultor de Assuntos Árabes da Divisão Oriente Médio do Departamento Colonial do governo britânico. Em seu livro, afirma, sobre os árabes:

estávamos lançando-os ao fogo, aos milhares, para a pior das mortes, não para vencer a guerra, apenas para podermos ficar com o trigo, o arroz e o petróleo da Mesopotâmia (...) O Gabinete persuadira os árabes a lutar por nós com a promessa definitiva e clara de autodeterminação depois (...) pelo que minha palavra valia, assegurei aos árabes que teriam a sua recompensa ao final. Em nossa associação por dois anos, sob fogo intenso, eles se acostumaram a acreditar em mim e pensar que meu governo, como eu, era sincero. Com essa esperança, eles realizaram algumas coisas extraordinárias (...) Era evidente, desde o início, que se vencêssemos a guerra as promessas seriam tratadas como papel sem valor. (Lawrence, s/d, p. 21-22).

Os palestinos, assim como seus irmãos árabes de outras regiões do Oriente Médio, foram arregimentados pela França e pela Inglaterra para que lutassem, lado a lado, contra o Império Turco-Otomano. A promessa de independência nacional não se realiza, e a revolta e a indignação tomam conta dos palestinos, que nos anos 1920 e 1930 se organizam política e socialmente para lutar contra o sionismo e contra o colonialismo/imperialismo. O imperialismo britânico criou as condições favoráveis para o avanço dos sionistas na Palestina. De acordo com Ghassan Kanafani, “por volta de 1931, 20 mil famílias camponesas (palestinas) haviam sido expulsas pelos sionistas” (Kanafani, *apud* Schoenman, 2008, p. 66). Já em 1935, “os sionistas controlavam 872 das 1.212 empresas industriais da Palestina” (Schoenman, 2008, p. 66). Entre 1936 e 1939, uma verdadeira rebelião popular anticolonialista e antissionista toma conta da Palestina. Greves, boicote ao pagamento de impostos, rebelião armada, diversas formas de luta se desenvolvem.

Em 1938, “5 mil palestinos foram encarcerados e 2 mil deles sentenciados a longas penas de prisão; 148 foram executados na força e mais de 5 mil casas foram demolidas” (*Idem*, p. 68). As mobilizações deste período foram fundamentais para o fortalecimento do movimento de libertação nacional palestino.

O POVO PALESTINO NÃO FOI CONSULTADO SOBRE O DIREITO DE ESTRANGEIROS/IMIGRANTES SE APOSSAREM DE SUAS TERRAS

O crescimento da imigração judaica da Europa para a Palestina tornou-se uma importante força para o movimento sionista pois, com a colaboração do Mandato Britânico, criava as condições necessárias para argumentar que existiam “habitantes nativos” defendendo a criação de um “lar nacional para os judeus”. Entre os anos de 1931 e 1935 os números da imigração judaica passaram de quatro mil imigrantes/ano para mais de sessenta mil. Em 1939, numa população de 1,5 milhão de habitantes, os judeus representavam cerca de 445 mil (Gattaz, 2002, p. 66). Mesmo com este favorecimento por parte do governo colonialista britânico, a maioria da população da Palestina era contra a proposta sionista, e ainda mantinha uma afinidade com a proposta de independência nacional, com soberania e autodeterminação, criando assim um Estado único em todo o território, com direitos iguais para todos os cidadãos. Tensões e pressões de todos os lados acirram as contradições e os conflitos no interior da Palestina. Sem uma solução de consenso possível, a Agência Judaica e a Organização Sionista Mundial são reconhecidas como representantes dos judeus junto às negociações com o Mandato Britânico e na ONU durante os anos 1945 a 1947. As lideranças palestinas, contrárias à ideia de uma partilha do território, constituem o Alto Comitê Árabe-Palestino. Numa exposição sobre a visão dos árabes, o representante sírio, durante a Assembleia-Geral da ONU, reunida em 28 de abril de 1947, afirma que

A questão da Palestina é independente e separada da questão das pessoas perseguidas da Europa. Os árabes da Palestina não são de forma alguma responsáveis pela perseguição dos judeus na Europa. Essa perseguição é condenada por todo o mundo civilizado, e os árabes estão entre aqueles que simpatizam com os judeus. Entretanto, a solução daquele problema não pode ser responsabilidade da Palestina, que é um país pequeno e que já recebeu muitos desses refugiados e outras pessoas desde 1920 (United Nations, *apud* Gattaz, 2008, p. 89).

Os sionistas se aproveitaram da comoção internacional causada pelo genocídio praticado pelos nazistas contra a população judaica da Europa. Se utilizaram do sofrimento do povo judeu na Europa para justificar a colonização e ocupação ilegal da Palestina, criando uma verdadeira “indústria do holocausto”, para usar uma expressão do professor Norman G. Finkelstein, intelectual de origem judaica que teve grande parte de sua família assassinada nos campos de concentração nazistas, e que faz uma dura crítica sobre como o Estado de Israel participa dessa falsificação histórica que procura exaltar a supremacia judaica perante outros povos do mundo. Segundo Finkelstein,

o Holocausto provou ser uma indispensável bomba ideológica. Em seus desdobramentos, um dos maiores poderes militares do mundo, com uma horrenda reputação em direitos humanos, projetou-se como um Estado ‘vítima’, da mesma forma que o mais bem-sucedido agrupamento étnico dos Estados Unidos adquiriu o status de vítima (Finkelstein, 2001, p. 13).

Enquanto isso a Agência Judaica afirmava que “os judeus devem ser autorizados a assentar-se na Palestina em número ilimitado” (Gattaz, 2002, p. 90) e David Ben-Gurion, uma liderança sionista, advogava que naquele momento poderiam considerar “a questão de um Estado judaico em uma área adequada da Palestina”, mas que os judeus têm “direito à Palestina como um todo” (Gattaz, 2002, p. 91). Em 29 de novembro de 1947, a ONU aprovou o Plano de Partilha da Palestina em dois Estados, um Judeu e outro Árabe-Palestino. Na época, a população árabe era de

1.250.000, e a população judaica, 630 mil (Sand, 2014, p. 283). Apesar de não haver unanimidade em relação aos números exatos que tratam da questão populacional na Palestina em 1947, todas as pesquisas e referências bibliográficas reconhecem a existência de uma maioria árabe vivendo na região durante a aprovação do Plano de Partilha. Tanto o *Primeiro Comitê* quanto a *Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina* (Unscop), organismos criados pela ONU para debater e sugerir soluções sobre o que deveria ser feito na Palestina, em vez de organizar uma consulta popular entre os habitantes residentes no território em questão para verificar se a proposta de Partilha tinha fundamento e apoio da maioria do povo, seguiram o caminho contrário. Ignoraram a posição majoritária entre os habitantes da Palestina, ignoraram a posição majoritária dos representantes árabes da Síria, Líbano, Egito e Jordânia, os países vizinhos com fronteira com a Palestina, ignoraram a posição das lideranças islâmicas e cristãs da Palestina, contrárias ao Plano da ONU e ignoraram a posição de judeus palestinos antissionistas, que nunca reconheceram o Estado de Israel como seu legítimo representante. Cedendo à pressão dos EUA, e com a colaboração decisiva do Brasil, que à época já se submetia à hegemonia estadunidense, a ONU cometeu uma das maiores injustiças de toda a sua história. Criou um conflito desnecessário, cedeu aos interesses de potências cujos governos não tinham nenhum interesse numa Palestina livre, soberana e independente, que seria a solução justa, correta e coerente com os princípios presentes na Carta de fundação da própria ONU.

A ONU NÃO TINHA SOBERANIA SOBRE A PALESTINA E O PLANO DE PARTILHA, PORTANTO, É INVÁLIDO

O Mandato Britânico na Palestina era uma afronta ao direito inalienável da população nativa à independência nacional, soberania e autodeterminação. Apesar do respaldo da Liga das Nações, que nunca teve pretensões anticolonialistas (pelo contrário), o Mandato

Britânico era a expressão de uma política externa baseada no militarismo, no expansionismo e no intervencionismo contra os legítimos interesses nacionais dos povos oprimidos/coloniais. Esse Mandato era não só ilegal como também imoral, pois nasceu de uma traição aos povos árabes, que, equivocadamente, confiaram de maneira excessiva nas promessas do imperialismo franco-britânico. A ingenuidade e a generosidade dos árabes da Palestina, na sua pretensão de conseguir a derrota contra o invasor turco-otomano, abriu caminho para a ocupação colonial britânica.

Com a II Guerra Mundial (1939-1945) a Liga das Nações desapareceu, e ficaram muitas dúvidas sobre o desfecho da disputa em curso pela Palestina. Os britânicos continuarão por lá? Haverá finalmente a independência? Ela será dividida entre os árabes-palestinos e os sionistas, criando assim dois Estados? Os sionistas vão aceitar a divisão? Ou querem, como diziam seus líderes, o domínio sobre a totalidade do território? São questões que o Mandato Britânico se recusou a resolver sozinho, e assim encaminhou para a recém-criada ONU, com a finalidade de que encontrasse uma solução para o tema. Em 29 de novembro de 1947 a ONU aprovou o Plano de Partilha da Palestina, indicando a solução de dois Estados. Henry Cattán nos apresenta o que considera os “fundamentos da invalidade da resolução de partilha”. Segundo ele:

- a) a ONU não possuía a soberania sobre a Palestina, portanto, não tinha legitimidade para decidir sobre o tema da partilha;
- b) a Liga das Nações, em sua última sessão antes da extinção, em 18 de abril de 1946, não transferiu para a ONU a responsabilidade sobre os mandatos que estavam sob a supervisão da própria Liga das Nações. A ONU não se considera sucessora da Liga das Nações e, sendo assim, não herdou seus poderes e/ou funções;
- c) a Resolução 181 (29/11/47) é uma “usurpação da soberania do povo da Palestina” e uma gritante violação do artigo 2 (7) da Carta das Nações Unidas, onde consta que a ONU não tem autorização para intervir em questões internas que dependem de decisão do

próprio Estado em questão. A decisão sobre o que deveria ocorrer, segundo este entendimento, deveria respeitar a opinião dos habitantes da Palestina e suas legítimas organizações políticas e sociais, bem como suas instituições nacionais, sejam as existentes ou outras, que poderiam/deveriam ser criadas com o advento da independência;

d) a partilha viola o Artigo 22 do Pacto da Liga das Nações (24/07/1922), que não permite ao Mandato a cessão de qualquer parte da Palestina a outra nação ou Potência Estrangeira, e que garante a salvaguarda dos direitos civis e religiosos de toda a população da Palestina, direitos eliminados pela Resolução da Partilha;

e) a ONU obstaculizou o pedido dos Estados Árabes de que a questão palestina e o tema da partilha fossem levados à Corte Internacional de Justiça, impedindo assim que os habitantes árabes da Palestina e os governos vizinhos pudessem se expressar de forma mais contundente contra essa agressão aos mais elementares princípios do direito internacional. O “povo da Palestina tinha o direito de afirmar sua identidade nacional e preservar a integridade de seu território. A extração de uma área substancial da Palestina, para a criação de um Estado judeu, e a sujeição de parte de seus habitantes originais ao domínio deste Estado” são uma violação ao princípio da autodeterminação;

f) a influência indevida do governo dos EUA na decisão. A pressão estadunidense foi fundamental e decisiva para a aprovação do Plano de Partilha da Palestina, e isso influenciou no voto de vários países. Tal influência só fortalece a ilegalidade da partilha, pois inúmeros países árabes e islâmicos alertavam para as graves consequências dessa medida, e pressionavam para que um tema tão delicado como este fosse tratado com mais tempo, com mais debates e com a valorização das posições dos países que mais seriam afetados, ou seja, que fosse respeitada a opinião dos países da região onde se encontrava a Palestina, com destaque especial para aqueles que possuem fronteiras com a mesma. Mas isso foi ignorado pela ONU;

g) a “iniquidade da Partilha”, segundo Cattani, se comprova na insistência da ONU de levar adiante tal plano numa situação onde, “em 1946, a população da Palestina alcançava 1.972.000 habitantes, compreendendo 1.203.000 muçulmanos, 145.000

cristãos e 608.000 judeus”, sendo que só um décimo desses judeus eram parte da população originária, e estes não eram favoráveis à partilha ou a um Estado judeu. Além disso, a maioria das terras estavam nas mãos árabe-palestinas, mas a decisão da partilha estimulou o colonialismo e o expansionismo sionista-israelense a avançar sobre estas propriedades e regiões durante a Guerra de 1948/1949, fato que tornou nula a própria decisão de criação de dois Estados, pois o Estado judeu (Israel) extrapolou as fronteiras delimitadas na Resolução 181, numa evidente ação de espoliação das terras palestinas. Ou seja, “a Resolução de Partilha nunca foi aplicada” e Israel segue até os dias atuais ocupando ilegalmente o território palestino (Cattan, s/d, p. 42-54).

Segundo o professor de história Shlomo Sand, da Universidade de Tel-Aviv, autor dos livros *A invenção do povo judeu* e *A invenção da Terra de Israel*,

a partilha das Nações Unidas concedeu apenas 45% da faixa de terra do Mandato da Palestina para seu 1,25 milhão de habitantes “nativos”, enquanto à população colonizadora (estrangeira) foi alocada 55% da terra (Sand, 2014, p. 283).

Como o Plano da ONU não foi aprovado pela população árabe da Palestina nem pelos governos árabes, houve resistência contra os sionistas que tentavam impor o Estado de Israel. Quando terminou a Guerra de 1948 “Israel controlava 78% do Mandato da Palestina” (idem, p. 286).

Moniz Bandeira, em seu livro *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*, nos revela uma polêmica pouco conhecida que se deu no interior do próprio governo dos EUA sobre o tema da Partilha da Palestina. Ele afirma que o General George Marshal, que em 1947 era Secretário de Estado do Presidente Harry S. Truman (1945/1953), foi contra a criação do Estado de Israel. Sua opinião era de que deveriam acontecer eleições gerais em um Estado único, independente, e em carta enviada às Nações Unidas no dia

17 de setembro de 1947 Marshal dizia que os EUA estavam relutantes para endossar a partilha da Palestina (Moniz Bandeira, 2013, p. 461-462). Também o

embaixador Loy Henderson, diretor da Agência do Oriente Médio do Departamento de Estado, em *memorandum*, arguiu contra a proposta de partição da Palestina entre árabes e judeus, mostrando que essa iniciativa ignorava os princípios da autodeterminação e do governo da maioria, e reconhecia o princípio de um Estado racial teocrático, que discriminaria em todas as instâncias, com base na religião e na raça (...). O embaixador Loy Henderson avaliava que os Estados Unidos perderiam o prestígio entre os árabes se apoiassem a criação de um Estado judeu (...). Mas, a fim de conquistar o voto dos judeus para sua reeleição em 1948, o presidente Truman determinou que o embaixador Herschel Johnson, adjunto do chefe da Legação Americana, anunciasse no CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas) que os Estados Unidos apoiavam o plano de partição da Palestina (...) o que foi feito em 11 de outubro de 1947 (Moniz Bandeira, 2013, p. 462-463).

Um dos subtítulos que Moniz Bandeira usa em seu livro para tratar do conflito Palestina-Israel é “*A fabricação do problema: Israel*”, uma expressão bastante apropriada para resumir qual foi o fator decisivo, fundamental e determinante para a origem da Guerra da Palestina: o Plano de Partilha da ONU e a criação do Estado de Israel.

A “PROCLAMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL NÃO TEM BASE NO DIREITO INTERNACIONAL” (HENRY CATTAN)

A chamada Proclamação de Independência do Estado de Israel aconteceu no dia 14 de maio de 1948, numa reunião de sionistas onde hoje está a cidade de Tel-Aviv (antes Jaffa, cidade árabe-palestina). O texto da Proclamação cita o “Conselho Nacional” como “representante do povo judeu na Palestina”. Também faz referência ao “Movimento Sionista Mundial”. Ambos seriam os autores dessa

declaração de independência. Sob o olhar do renomado jurista Henry Cattan, tais entes não teriam qualquer condição legal para tomar esta decisão, já que a maioria dos judeus existentes na Palestina eram imigrantes da Europa (a maioria) e Ásia (a minoria), alguns aceitos pelo Mandato Britânico como “imigrantes legais” e outros em situação de “imigrantes ilegais”, sem autorização da própria potência colonialista que controlou o território até o dia 15 de maio de 1948. Ou seja, eram judeus que

emigraram para a Palestina e nem sequer possuíam a cidadania palestina ou os direitos políticos e o *status* de cidadãos palestinos. Em tais circunstâncias, a proclamação do Estado de Israel por uma minoria de colonos estrangeiros, estrangeiros tanto na origem como em nacionalidade, não possuindo poder ou autoridade para proclamar um Estado judeu na Palestina, não tem base legal (Cattan, s/d, p. 90).

Questionada sobre a legitimidade das ações do Estado de Israel no que diz respeito à tomada do território palestino, inclusive para fronteiras além das definidas no Plano de Partilha de 1947, a primeira-ministra israelense Golda Meir responde: “Este país existe como resultado de uma promessa feita pelo próprio Deus. Seria ridículo exigir o reconhecimento de sua legitimidade” (entrevista ao jornal francês *Le Monde*, 15 de outubro de 1971, *apud* Cattan, p. 92). Cattan alerta que “o conceito de criação e legitimidade de Estados por promessa divina é desconhecido no Direito Internacional” (Cattan, p. 92). Esse pensamento, presente nos argumentos de vários líderes sionistas da época e da atualidade, tem servido de justificativa para o expansionismo israelense, que faz da anexação gradativa do território palestino uma de suas principais ações políticas e militares, criando assim a conhecida “política do fato consumado”, onde Israel se recusa a ceder um milímetro sequer das terras palestinas conquistadas em 1948/1949 e em 1967.

**A ONU DESCONSIDEROU OS ATOS TERRORISTAS
REALIZADOS PELOS SIONISTAS E A POLÍTICA DE LIMPEZA
ÉTNICA PRATICADA CONTRA A POPULAÇÃO CIVIL
PALESTINA EM 1948/1949. A ONU IGNOROU POR COMPLETO
A “NAKBA” (CATÁSTROFE/DESASTRE)**

Entre 1936 e 1946 grupos terroristas formados por sionistas atacavam a população palestina que se rebelava contra a colonização de suas terras. Esses ataques ocorreram em bairros de importantes cidades, no litoral ou em vilarejos rurais. Muitas ações desses grupos também se dirigiram contra os representantes do Mandato Britânico (soldados, funcionários públicos, instalações civis e militares do governo inglês etc.) que, pressionado pelos palestinos, criavam regras para regulamentar a imigração de judeus da Europa, que chegavam em massa estimulados pelo movimento sionista. Os mais importantes grupos terroristas sionistas foram:

a) *Haganah*: que teve origem no próprio sistema de segurança e defesa criado nos assentamentos de colonos judeus que vieram da Europa. Esses colonos organizaram entre 1897 e 1947 um sistema próprio de defesa, com guardas armados e treinamento militar constante. Tinham um comando centralizado e comandos regionais. Segundo André Gattaz, em seu livro *A guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à nova intifada*, o *Haganah* chegou a ter cerca de 40 mil colonos organizados no campo e na cidade, um exército formado por policiais dos assentamentos com 16 mil homens e uma força militar de combate mais especializada, conhecida como *Palmach*, com 6 mil soldados com armas, munições e transporte próprio. Um dos líderes do *Haganah* foi David Ben-Gurion, que se tornou primeiro-ministro israelense no período de 14 de maio de 1948 a 7 de dezembro de 1953;

b) *Irgun(Etzel)*: uma dissidência do *Haganah*, com participação de Menachen Begin (que depois foi primeiro-ministro israelense). Realizou vários assassinatos e sequestros de soldados ingleses e ficou conhecido

pelo ato terrorista contra o Hotel King David, em Jerusalém, onde uma bomba explodiu e matou cerca de 91 pessoas, entre ingleses, árabes e judeus;

c) *Stern*: uma dissidência do Irgun. Tanto Irgun como Stern eram organizações cujos líderes admiravam o fascismo de Benito Mussolini. Lideranças do Stern mantiveram, inclusive, entre 1941 e 1942, contatos com lideranças nazistas. Um de seus comandantes militares foi Yitzahk Shamir (foi primeiro-ministro israelense nos anos 80);

d) *Esquadrões Noturnos Especiais*: organizados pelo Major britânico Orde Wingate, atacavam a população palestina que protestava contra a colonização sionista. Um de seus membros foi Moshe Dayan, comandante do exército israelense na Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967 (Gattaz, 2002, p. 82-83).

Todos esses grupos tinham algo em comum: eram a expressão militar do projeto colonialista aplicado pelos sionistas na Palestina desde 1897. Vinham construindo seus pequenos exércitos dentro dos *kibutz* (comunidades agrícolas) e dos *yishuv* (assentamento judeu na Palestina antes de 1948). Esses dois espaços territoriais foram o campo de treinamento dos grupos armados sionistas que iniciaram as ações de limpeza étnica e expulsão dos habitantes árabes de bairros, cidades e vilarejos rurais palestinos após a Proclamação da Independência de Israel, em 14 de maio de 1948. Os palestinos chamam de “Nakba” (palavra em árabe que significa: a catástrofe, o desastre) o conjunto de ações de grupos armados que levam o terror aos habitantes nativos após 1948. Os grupos acima citados vão, juntos, constituir as Forças de Defesa de Israel (*Tzahal*). Portanto, não é de se espantar a contínua violência contra a população civil árabe-palestina praticada pelo conjunto das forças militares israelenses, pois em sua origem e nascimento estão agrupamentos armados que se utilizaram do terrorismo contra não combatentes, ou seja, operários, camponeses, comerciantes, moradores de vilas no interior da Palestina etc.

Infelizmente nem o Mandato Britânico nem a ONU levaram adiante qualquer investigação que tivesse como objetivo a punição/condenação desses terroristas. Não tiveram o cuidado e o bom senso de apurar as denúncias e encaminhar para um tribunal os acusados de assassinatos em massa de moradores das diversas aldeias palestinas que viraram alvos da ocupação israelense em seus primeiros dias de agressão sob o nome de Estado de Israel. Nem se interessaram em saber que muitos que estavam no comando do primeiro governo de Israel foram fundadores e/ou membros importantes dessas organizações paramilitares sionistas que aterrorizaram a população civil contrária à divisão da Palestina. O que chama a atenção é que a ONU fechou os olhos diante de um fato inquestionável e, ao mesmo tempo, profundamente grave e preocupante: os líderes israelenses que pediam para ser reconhecidos pela comunidade internacional, que pediam para a ONU aceitar Israel como Estado membro com plenos direitos, eram chefes de bandos armados terroristas que perseguiram e mataram civis. Essa política continuou com os governantes de um Estado que nasceu com o respaldo da ONU, mas que a própria entidade não demonstrava interesse nem condições de impor punições pelos crimes que seus líderes estavam perpetrando, algo que estava em pleno desacordo com os princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas.

Em 21 de maio de 1948, a aldeia de Tantura, na costa palestina do Mediterrânea, foi ocupada pela Brigada Alexandroni, um grupo de militares do Haganah. Eram 1.500 pessoas que se dedicavam à agricultura e à pesca. Os líderes da aldeia haviam se reunido com os chefes militares da Brigada, em 15 de maio, e disseram que não haveria resistência, mas temiam pela expulsão de todos. A aldeia foi atacada na noite de 22 de maio. A ofensiva militar cercou a aldeia por quatro lados, impossibilitando a fuga de seus moradores. Levados em massa até a praia meninos e homens entre 10 e 50 anos foram separados das mulheres e mais idosos, expulsos da aldeia e executados (Pappé, 2008,

p. 184-185). Testemunhos de sobreviventes comprovaram a morte de centenas de membros dessa aldeia. Assim nasce o Estado de Israel, com sangue e ódio em suas mãos. Alguns sobreviventes do Massacre de Tantura se encontram hoje no campo de refugiados de Yarmuk, na República Árabe Síria. Nas ordens do Haganah a seus militares, apareciam expressões como “tihur” (“purificação”), que pode ser lida como “limpeza”, “le-taher” (“limpar”) e “le-hashimid” (“destruir”) (Pappé, 2008, p. 182 e 191).

Na área da grande Jaffa, cidade litorânea, em 29 de abril de 1948, a Haganah e o Irgun atuaram conjuntamente para “limpar” as aldeias de Beit Dajan, Kfar Ana, Abbasiyya, Yahudiyyra, Saffuriyya, Khayriyya, Salama e Yazur. Na parte ocidental de Jerusalém, a Brigada Harel, do Haganah, da qual fazia parte Isaac Rabin (que foi Ministro do Trabalho, Ministro da Defesa e Primeiro-Ministro de Israel), levava adiante o chamado Plano Dalet. Nessa região, os membros dessa brigada relatam a explosão/demolição de setenta casas da aldeia de Beit Masir (Pappé, 2008, p. 192 e 193).

Em Ilabun, na alta Galileia, membros da Haganah “queimaram vivos uma dezena de jovens cristãos na Igreja da aldeia” (Pappé, *apud* Braia, 2001, p. 58). Escritores de origem judaica como Ilan Pappé, Norman Finkelstein, Noam Chomsky e Nathaniel Braia relatam os detalhes desse processo de construção do “*Apartheid* de Israel” (Braia, 2001). Novos massacres foram se sucedendo, e a ONU não tomou nenhuma atitude concreta para barrar o avanço das tropas israelenses em sua missão de limpeza étnica e genocídio do povo palestino. Alguns deles foram: 14/11/53, destruição da aldeia de Kibya e morte de 75 árabes; 28/03/54, destruição da aldeia de Nahhalin, 14 árabes mortos; 8/2/55, ataque contra Gaza, 38 árabes mortos; 31/08/55, ataque contra a aldeia de Kan Yunes-Gaza, 46 árabes mortos; 2/11/55, ataque contra El Auga, 50 árabes mortos; 10/10/56, ataque contra a aldeia de Qalquiliya, 25 árabes mortos; 1/2/1960, destruição total da aldeia de Tawafiq (Anabtawi, 1968, p. 136).

Outro caso que se destacou foi o “Massacre de Kfar Kassen”, em 29 de outubro de 1956. O Coronel Shadmi e o Major Malinki, oficiais israelenses, decretaram o toque de recolher em várias aldeias palestinas entre 17h e 6h. Um problema: quando ocuparam as aldeias e decretaram o toque de recolher muitos trabalhadores não haviam chegado em casa, bem como moradores que, por algum motivo, se encontravam fora das localidades. Em Kfar Kassen, a ordem foi para atirar contra qualquer “homem, mulher, criança ou idoso que estiver fora de suas casas”. O resultado: um caminhão trazendo trabalhadores foi parado, todos foram obrigados a descer e 19 pessoas foram executadas; logo depois, uma caminhonete foi parada e dois moradores foram assassinados; um terceiro veículo saía da aldeia com 14 mulheres e 4 homens, todos obrigados a ficar juntos, em pé, lado a lado, a alguns metros do veículo e, executados. Neste caso, uma mulher sobreviveu, e relatou os detalhes do massacre (Braia, 2001, p. 32 e 33). E onde estava a ONU?

No final desse processo de limpeza étnica israelense contra os palestinos no ano de 1948, 531 aldeias e 11 bairros urbanos haviam sido destruídos, resultando na expulsão de cerca de 850 mil palestinos de suas casas e de suas terras. Foi o início do drama dos refugiados palestinos. Esse é mais um motivo que nos leva a questionar a legitimidade da existência de um Estado que, do nascimento até os dias atuais, só praticou a violência, o massacre, a limpeza étnica, o genocídio e o mais profundo desprezo pelos princípios fundamentais do direito internacional humanitário e dos direitos humanos.

MAIS UMA IRREGULARIDADE: ISRAEL FOI ACEITO COMO PAÍS MEMBRO DA ONU E “AMANTE DA PAZ” ENQUANTO ACONTECIA A MATANÇA E EXPULSÃO GENERALIZADA DE PALESTINOS EM 1949

O Estado de Israel foi aceito na ONU por recomendação do Conselho de Segurança, porque este considerou que “Israel é um Estado

amante da paz e está capaz e desejoso de cumprir as obrigações contidas na Carta (de fundação das Nações Unidas)” (ONU *apud* Cattan s/d, p. 211). Tal aceitação ocorreu na Assembleia Geral de 11 de maio de 1949, numa reunião plenária “sobre a admissão de Israel como membro das Nações Unidas”. Cattan afirma que

A Guerra de 1948 foi concluída por quatro Acordos de Armistício assinados – por Israel: com Egito, a 24 de fevereiro de 1949; com o Líbano, a 23 de março de 1949; com a Jordânia, a 3 de abril de 1949, e com a Síria, a 20 de julho de 1949. Os Acordos de Armistício dispunham que nenhuma das partes cometeria qualquer ato bélico ou hostil contra as forças militares ou contra civis no território sob controle da outra parte. Dispunham, ainda, que os Acordos permaneceriam em vigência até que uma solução pacífica fosse acertada entre as partes (...) A história dos Acordos de Armistício foi marcada por numerosas violações flagrantes cometidas pelas forças armadas israelenses (Cattan, s/d, p. 123).

Entre 1949 e 1972, Israel foi condenado por mais de 40 “atos de agressão armada” contra os Estados Árabes, sendo que desses 34 foram considerados pelo próprio Conselho de Segurança como “flagrantes violações” dos Acordos de Armistício. E, ainda assim, como pôde o Conselho de Segurança recomendar a aceitação de Israel como membro das Nações Unidas? Concluímos que este ato da ONU é ilegal e ilegítimo, pois vai contra a própria Carta que deu origem à entidade. Na Resolução 273, que admite Israel como membro, merece destaque duas questões presentes no texto: 1) Israel “aceita sem reservas as obrigações da Carta das Nações Unidas e compromete-se a honrá-la desde o dia em que se tornar um Membro das Nações Unidas”; 2) “relembrando as Resoluções de 29 de novembro de 1947” (Plano de Partilha da Palestina) e de “11 de dezembro de 1948” (ONU *apud* Muvdi, 1982, p. 286). O incrível é que Israel não cumpriu nem uma coisa nem outra. Nunca permitiu, por diversas razões, a constituição de um estado árabe vizinho, como diz a Resolução 181 (29/11/47).

OS SIONISTAS NUNCA ACEITARAM A PROPOSTA DE DOIS ESTADOS E ISRAEL SEGUE ATÉ HOJE DESRESPEITANDO AS RESOLUÇÕES DA ONU

Uma análise objetiva dos documentos da própria ONU que serviram de referência para a tomada de decisões relacionadas a este tema indica que a aceitação de Israel como membro da ONU estava condicionada ao cumprimento das resoluções citadas e à Carta das Nações Unidas, principalmente a aceitação integral da Resolução 181 (Plano de Partilha da Palestina), que determinava a criação de dois Estados. O Estado de Israel, desde o seu nascimento, desenvolveu uma política militarista, expansionista e colonialista, ocupou territórios palestinos para além das fronteiras determinadas pela ONU (com a Guerra de 1948/1949), ocupou territórios de países árabes vizinhos (Jordânia, Síria, Egito, Líbano), ocupou a Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental (que seriam parte do estado árabe-Palestino, segundo a ONU), ocupou Jerusalém Ocidental (que deveria ser administrada pela ONU) e continua avançando sobre as terras palestinas e exercendo o controle militar terrestre, aéreo e marítimo sobre todo o território da Palestina da época do Mandato Britânico. Ou seja, desapareceu o Mandato Britânico e, em seu lugar, surgiu um único Estado: o Estado de Israel.

O povo Palestino tem se demonstrado um dos mais pacientes e generosos de todo o planeta, assim como um dos mais injustiçados no que diz respeito a seus inalienáveis direitos nacionais de soberania e autodeterminação. Sempre dispostos ao diálogo e à solução pacífica, política e diplomática dos conflitos, esse povo foi sendo perseguido dentro de sua própria pátria. Caso único no mundo, a questão palestina, em si, é uma lição de coragem e determinação de um povo que insiste em reafirmar: “Nós existimos, somos um povo, temos uma identidade nacional, uma pátria e queremos retornar para ela”. O fracasso da solução de dois Estados não se deve à intransigência dos palestinos nas

“negociações de paz”, mas à intolerância e à estratégia político-militar dos sionistas que governam Israel desde 1948. De fato é uma situação de difícil solução, mas os palestinos não podem pagar um preço tão alto devido aos erros ou à incompetência da ONU e das potências/países envolvidos (as) na criação desta tensão, cuja origem já identificamos: o Plano de Partilha da ONU de 1947.

[A] Reivindicação sionista sobre toda a Palestina não só impedia um *modus vivendi* baseado na partição com a população árabe local, mas também questionava *toda* presença árabe na Palestina. E assim era, especialmente, tendo-se em mente que na prática o discurso sionista sobre a Palestina se fundia com o discurso sionista sobre a organização política judaica. Ambos os discursos sustentavam que para ‘normalizar’ sua condição, os judeus precisavam transferir-se para um Estado (organização política/unidade territorial) que lhes ‘pertencesse’ e os habitantes não judeus do Estado dos judeus (organização política/unidade territorial), mesmo sendo cidadãos e residentes há muito tempo, não eram intrinsecamente ‘dele’ (Finkelstein, 2005, p. 70).

Portanto, observamos que a proposta de dois Estados, já na sua origem, estava impossibilitada de se realizar, devido ao projeto político-militar e estratégico dos líderes sionistas que conduziram a campanha de criação do “lar nacional dos judeus na Palestina”, depois Estado judeu e, finalmente, Estado de Israel. Existem múltiplas evidências de fácil constatação da recusa sionista-israelense em dividir a Palestina com um estado árabe. Em vários documentos oficiais israelenses, e mapas em livros difundidos pelo Ministério da Educação de Israel e/ou editoras, bem como em publicações de diversos organismos governamentais, as fronteiras de Israel correspondem a toda a Palestina de 1948 além das as colinas de Golan, território Sírio ocupado ilegalmente desde junho de 1967.

Entre 1993/1994, foram assinados os chamados “Acordos de Oslo”, e teve início uma nova etapa das relações entre palestinos e Estado

de Israel. Tais acordos falavam de um “processo de paz” que, 21 anos depois, não assegurou os direitos nacionais palestinos. Não teve fim a ocupação israelense. Israel não se retirou da Cisjordânia, Gaza e Jerusalém. Continuaram as prisões em massa, as torturas, as agressões contra os palestinos. Os refugiados continuaram proibidos de retornar à sua terra/pátria. Enfim, Israel não fez uma concessão significativa. Caso único na história das relações internacionais entre colonizadores e colonizados, pois todo problema colonial existente sempre teve uma solução duradoura e mais justa quando chega ao fim a ocupação por parte da potência que, ilegalmente e contra a vontade da população nativa, se retira da nação oprimida. Apesar de não retirar suas tropas para as fronteiras de 4 de junho de 1967, como queriam algumas potências que mediarão esses acordos, Israel seguiu falando em “paz” e “negociando” com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que havia sido reconhecida por Israel como legítima representante do povo palestino, depois que a OLP reconheceu o direito de Israel existir enquanto Estado, em 1988. E, mesmo após o início dessas “conversações de paz” que provaram ser uma forma de Israel prolongar a própria ocupação, o governo israelense não se preocupou em mudar os mapas nos seus instrumentos de propaganda oficial sobre aquele país. Por exemplo: em 1995, o Centro de Informação de Israel, um desses instrumentos sediado em Jerusalém, publicou em várias línguas um livro chamado *“Realidades de Israel”*. Nas páginas 2, 77 a 82 e 268 a 276 aparecem mapas onde o Estado de Israel é apresentado como sendo toda a Palestina de 1948 mais as colinas de Golan (da Síria), e em alguns desses mapas segue uma legenda onde está escrito “Israel dentro das Fronteiras e Linhas de cessar-fogo” (Centro De Informação De Israel, 1995, p. 2 e 276). Ou seja, Israel nunca escreveu um único documento se manifestando favorável à independência de qualquer parte da Palestina, nem mesmo da parte recomendada pela ONU para o estado árabe. Mesmo após os acordos de Oslo, Israel

produz provas e mais provas que indicam uma intransigência no tema da partilha. Seus líderes não aceitavam a partilha antes de 1947, não aceitaram depois de 1948 e continuam não aceitando mesmo depois de 1993/1994. A última demonstração dessa posição israelense se deu no dia 29 de novembro de 2012. Enquanto ocorria a abertura do Fórum Social Mundial Palestina Livre, em Porto Alegre (Brasil), a reunião da Assembleia Geral da ONU votava a aprovação do Estado da Palestina como Estado observador da ONU, o Estado de número 194. Nessa votação, as fronteiras do Estado da Palestina foram reconhecidas como Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental, esta última sendo a capital do país. Uma votação marcada pelo entusiasmo de seus membros, pois um sentimento de justiça tomava conta daquele plenário, mesmo que fosse numa situação bem diferente do dia 29 de novembro de 1947. Em 2012, a ONU reduziu o território da Palestina a aproximadamente 20 a 25% da Palestina de 1948. Mesmo assim, a representação palestina aceitou essa fronteira, apesar das críticas de inúmeras organizações políticas e sociais que, de dentro e de fora da Palestina, questionavam essa redução territorial, considerando uma concessão inadmissível da Autoridade Palestina, pois, com isso, pelo menos uma grande parte dos quase 5 milhões de refugiados palestinos estariam impedidos de exercer o seu direito ao retorno, uma vez que com essa fronteira, muitas vilas e cidades ficariam do lado israelense.

**NO LÍBANO, EM 1982, ISRAEL JÁ MATAVA CIVIS,
BOMBARDEAVA ESCOLAS E PRÉDIOS RESIDENCIAIS, E
NADA FOI FEITO PELA “COMUNIDADE INTERNACIONAL”**

O histórico de violações dos direitos humanos e do direito internacional por Israel é tão extenso que não existe espaço suficiente nesse artigo para uma apresentação detalhada de cada situação. Sendo assim, gostaríamos de acrescentar ao que já foi dito alguns casos que contribuem para fundamentar nossa posição sobre o tema e, imedia-

tamente, partir para uma breve análise sobre a última agressão militar contra Gaza.

Entre 16 e 18 de setembro de 1982, as Forças de Defesa de Israel, em cooperação com a organização fascista libanesa *Falange* (*Kataeb*), cercaram com tanques e carros militares dois acampamentos de refugiados palestinos no Líbano: Sabra e Chatila. Nos campos, a maioria da população era formada de mulheres, idosos e crianças, pois a maioria dos homens entre 16 e 50 anos estavam combatendo as tropas israelenses em outras localidades, numa tentativa de defender a soberania do Líbano, país que recebeu milhares de refugiados palestinos. Jornalistas de vários países, soldados libaneses e israelenses e sobreviventes forneceram relatos detalhados das torturas, estupros e assassinatos praticados pelos membros da Falange sob a proteção e cumplicidade das Forças de Defesa de Israel. A própria população israelense se revoltou contra o governo do Primeiro-Ministro Menahen Begin, e contra o Ministro da Defesa Ariel Sharon. Em 25 de setembro de 1982, houve a maior manifestação contrária ao governo da história de Israel, com 400 mil pessoas em Tel-Aviv, que condenaram o massacre de Sabra e Chatila e a presença israelense no Líbano. O massacre resultou em

Aproximadamente 3.000 vítimas. 3.000 a 3.500 homens, mulheres e crianças assassinadas, em cerca de quarenta horas, nos dias 16 a 18 de setembro de 1982, entre uma população que contava 20000 pessoas nos dois acampamentos, à véspera do massacre. Dos 302 corpos inicialmente identificados pelas autoridades, 136 eram libaneses (Kapeliouk, 1983, p. 81)

Além dos assassinatos, o exército israelense prendeu cerca de 1.500 palestinos. A chamada “comunidade internacional” pouco fez pelos habitantes de Sabra e Chatila. Durante a Guerra do Líbano, Israel bombardeou escolas, hospitais e prédios residenciais. Milhares de civis morreram, ficaram feridos, mutilados, traumatizados, perderam suas casas e suas famílias. Em junho de 1982, Israel havia bombardeado uma

escola na cidade de Sidon. Mulheres e crianças se escondiam no porão da escola, por causa dos bombardeios. Depois que os aviões israelenses se foram, 120 corpos mutilados e queimados foram retirados. O que queremos dizer com isso? Nos territórios palestinos ocupados em 1948, em 1967 e na invasão do Líbano, Israel já tinha bombardeado escolas, casas, hospitais, bibliotecas, centros culturais, prédios residenciais e comerciais, assassinado civis, realizado prisões ilegais e arbitrárias etc. Nos perguntamos: por quê Israel nunca foi condenado por genocídio? Um relato dessa tragédia do povo libanês está no livro *Pobre nação: as guerras do Líbano no século XXI*, do jornalista Robert Fisk, especializado em Oriente Médio (Fisk, 2007, p. 337).

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU E CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA CONTRA O MURO DO APARTHEID CONSTRUÍDO POR ISRAEL

Entre 2000 e 2001, o governo israelense começa a discutir a construção de uma “Cerca de Segurança” que poderia chegar a ter cerca de 900 km de extensão. O traçado feito por especialistas militares indicava uma nova expansão de Israel sobre terras palestinas na Cisjordânia, pois a “cerca” avançaria pelas terras de agricultores palestinos, por vilas e estradas, por campos de refugiados e até por cemitérios palestinos (como ocorreu na cidade de Belém). De 2002 até hoje, a “cerca” virou um muro que, dependendo da região, tem entre 10 e 15 metros de altura, rasgou ao meio vilas, bairros, estradas e cidades da Cisjordânia e Jerusalém. Essa separação física entre as populações vem sendo chamada de “Muro do *Apartheid*” ou “Muro da Vergonha”. No mundo inteiro pessoas, organizações e governos condenaram tal atitude unilateral de Israel como uma iniciativa que dificultava ainda mais qualquer negociação de paz entre as partes, pois a construção do muro dividiu famílias, criou mais restrições à liberdade de ir e vir dos palestinos e ampliou o

controle militar israelense sobre terras palestinas. A construção do muro também criou condições mais favoráveis para o surgimento de novos assentamentos sionistas ilegais, ou seja, em território que deveria, segundo a própria ONU, ser parte fundamental de um Estado Palestino. A ONU condenou Israel por esta decisão ilegal, mais uma afronta ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas. Em 21 de outubro de 2003, num Plenário da Assembleia Geral da ONU, houve uma “votação sobre os atos ilícitos dos israelenses no Territórios Ocupados” (ONU, 2006, p. 11). O resultado foi 144 votos a favor, 12 abstenções, 32 ausentes e 4 contrários (Israel, EUA, Ilhas Mashall e Estados Federados da Micronésia). Em nome da União Europeia, a Itália expressou

A preocupação em particular da Assembleia de que o traçado escolhido para o muro em construção por parte de Israel nos territórios ocupados da Palestina, inclusive dentro e em torno da parte oriental de Jerusalém, poderia prejudicar futuras negociações e tornar a solução de dois Estados fisicamente impossível de ser implanta e causaria mais dificuldade e sofrimento humanitários aos palestinos (ONU, 2006, p. 11).

O resultado do debate na Assembleia Geral é mais uma Resolução contra Israel, “*reiterando o pedido de cooperação a Israel, o Poder ocupante, para que respeite de maneira completa e efetiva a Convenção de Genebra em relação à Proteção de Civis em Tempo de Guerra de 12 de agosto de 1949*” (ONU, 2006, p. 18). No texto também trata-se da oposição da ONU à anexação e confisco de terras e territórios, bem como do extermínio de pessoas que estão protegidas pelo direito internacional. A resolução

1. Exige que Israel interrompa e reverta a construção do muro nos Territórios Palestinos Ocupados, inclusive dentro e em torno de Jerusalém Oriental, que está em divergência com a Linha do Armistício de 1949 e em contradição com as cláusulas aplicáveis do direito internacional (ONU, 2006, p. 18).

Diante desta Resolução, o caso é encaminhado para a Corte Internacional de Justiça, que após ouvir as partes toma uma importante decisão no dia 9 de julho de 2004. Convocada para emitir uma “Opinião Consultiva”, a Corte reafirma que tem jurisdição, de acordo com o direito internacional, para tratar dessa questão, e decide que: a) a construção do muro e a ocupação pela força dos territórios palestinos da Cisjordânia e Jerusalém Oriental são contrários ao direito internacional; b) Israel é obrigado a interromper a construção do muro; c) Israel é obrigado a indenizar os palestinos por todos os danos causados pela construção do muro; d) todos os Estados membros da ONU e signatários da Quarta Convenção de Genebra relativa à proteção de civis em Tempo de Guerra tem a obrigação de reconhecer como ilegal essa atitude de Israel (Corte Internacional De Justiça Apud ONU, 2006, p. 154-155). Em 9 de julho de 2014, ou seja, passados dez anos de desrespeito dessa decisão da Corte Internacional de Justiça pelo governo israelense, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, enviou uma declaração para a reunião especial do *Comitê das Nações Unidas sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino*, onde diz que

O parecer também deixa claro que todos os Países-membros da ONU têm a obrigação de reconhecer a situação ilegal resultante da construção do muro por Israel e que todos os Países signatários da IV Convenção de Genebra têm o compromisso de garantir o cumprimento por parte de Israel do Direito Humanitário Internacional. Reitero o meu apelo a todos a cumprir essas obrigações. As implicações do muro vão muito além de sua legalidade. O muro restringe o movimento dos palestinos na Cisjordânia, cortando o acesso aos recursos necessários para o desenvolvimento palestino e minando os meios de vida agrícolas e rurais. Além disso, o muro e a expansão dos assentamentos pioraram a fragmentação do território palestino, agravando o crescente isolamento de Jerusalém Oriental do resto do território.

Com base na solicitação da Assembleia Geral da ONU após o Parecer Consultivo, foi estabelecido um escritório de Registro

de Danos causados pela construção deste muro que entrou em operação em 2008. O escritório coletou 42.600 reclamações e mais de 1,1 milhão de documentos de apoio. Tenho esperança de que a coleta de reivindicações possa terminar até o fim de 2015.³

Muito interessante a declaração de Ban Ki-moon, mas o que, de fato, ele e a ONU, fizeram – ou estão fazendo – para que tal irregularidade seja corrigida? Quais são os meios que a ONU vai utilizar para obrigar Israel a cumprir esta e outras decisões não respeitadas pelo Estado de Israel? Não teria sido oportuno aproveitar o momento do genocídio israelense contra o povo de Gaza, em julho, para impor sanções contra Israel e exigir, mais uma vez, que seu governo cumpra todas as Resoluções da ONU sobre a questão palestina, sob a ameaça de ser desligado da mesma devido a seu comportamento totalmente em oposição aos princípios do direito internacional humanitário? Não era o momento mais apropriado para impor a derrubada do muro do *Apartheid*? Mas Ban-Ki-moon nada mais é do que um mero peão no tabuleiro das forças imperialistas dos EUA e União Europeia, que protegem e garantem a impunidade de Israel. Enquanto EUA e União Europeia

estiverem no comando das negociações de paz entre palestinos e governo de Israel não existe possibilidade alguma de uma paz justa e da construção do Estado Palestino, pois eles representam os interesses do imperialismo e do sionismo, são os mais interessados na divisão de todos os povos que vivem hoje no Oriente Médio e no mundo árabe-muçulmano. As potências imperialistas que sempre trouxeram dor e sofrimento para os povos daquela região estão incapacitadas de dar uma resposta progressista e humanitária à questão palestina (Buzetto, 2010, p. 213).

Na gestão de Ban Ki-moon na ONU, Israel já violou centenas de vezes o espaço aéreo libanês, deu apoio e proteção a terroristas que

³ Disponível em: <http://www.onu.org.br/construcao-de-muro-na-cisjordania-por-israel-violou-o-direito-internacional-alerta-ban-ki-moon>. Acesso: 20/09/14.

atacaram a Síria pela região das Colinas de Golan (território sírio ocupado por Israel desde 1967) e continuam massacrando a população civil palestina. Palavras na mídia e documentos que nunca são cumpridos mostram a hipocrisia deste Secretário-Geral eleito pelas potências para ser a face simpática do imperialismo. Ban Ki-moon é agressivo contra a República Árabe Síria, que luta pela soberania e autodeterminação, e completamente covarde e cúmplice quando se trata de Israel e seus aliados/padrinhos/patrocinadores.

EXPULSAR ISRAEL DA ONU PODE SER UM PRIMEIRO PASSO PARA UMA PAZ JUSTA E DURADOURA NA PALESTINA

Depois do genocídio em Gaza, as condições políticas, jurídicas e diplomáticas são muito mais favoráveis a uma ofensiva contra o governo israelense. É o momento de unir as diversas iniciativas e táticas numa estratégia comum de isolamento do Estado de Israel, visando atingir um objetivo: que Israel cumpra as Resoluções da ONU sobre a questão palestina, sob a ameaça de ser expulso dessa organização. Esse movimento político e social deve partir de organizações humanitárias e de solidariedade para com o povo palestino, pois não se pode alimentar ilusões que tal proposta partirá de um governo, por mais progressista que ele seja. Os palestinos tem a seu favor o apoio popular que possuem as organizações da resistência, pois elas são um legítimo movimento de libertação nacional na luta contra o colonialismo. Também existe um movimento internacional de solidariedade com esta que é, hoje, uma das mais justas causas. Em terceiro lugar, Gaza deu uma grande lição aos palestinos: a unidade das forças político-militares da resistência palestina é o caminho para impor derrotas importantes contra a ocupação israelense. Apoio popular, causa justa e unidade na ação: esses três elementos tornam a luta do povo palestino algo indestrutível.

Todas as forças político-militares de Gaza, mais as mobilizações populares em Jerusalém, na Cisjordânia, nos territórios palestinos

ocupados em 1948, e a solidariedade internacional mostraram que é possível lutar contra Israel e vencer, mesmo que para isso tenha que se pagar um preço altíssimo. O povo palestino vem pagando um preço altíssimo em vidas humanas. Milhares de mortos, torturados, presos, humilhados, expulsos, perseguidos. Mas a Batalha de Gaza foi uma vitória política, moral, diplomática e militar da resistência palestina. O povo palestino e suas legítimas organizações de resistência à ocupação israelense souberam dar uma demonstração de unidade e organização invejáveis, e, por isso, conquistam a admiração dos povos árabes e de outros povos que lutam por justiça nas mais diversas regiões do planeta.

Seja em Gaza, em 2014, ou em outros locais e momentos, estamos diante de um caso gravíssimo de reincidência, de constantes violações do Direito Internacional Humanitário. Segundo Mônica Teresa Costa Souza, “as Convenções de Genebra de 1949 definem as infrações graves, ações pelas quais se deve buscar a responsabilização dos infratores” (Costa Souza, 2011, p. 116). O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é considerado um dos agentes aplicadores e fiscalizadores do Direito Internacional Humanitário e, no caso de Israel, são muitas as situações de envolvimento do governo israelense nas “infrações graves” ou “crimes de guerra”. Fundamentando-se nas Convenções de Genebra de 1949, o CICV considera como “infrações graves” ou “crimes de guerra”:

- a) o homicídio intencional; b) a tortura e o tratamento desumano, incluindo experiências biológicas; c) causar intencionalmente grandes sofrimentos; d) atentar gravemente contra a integridade física ou contra a saúde das pessoas envolvidas em conflitos; e) deportação em massa; f) emprego de armas ou meios de combate proibidos (armas químicas, bacteriológicas ou incendiárias); g) utilização pérfida do emblema identificador da cruz e do crescente vermelhos; h) saque ou pilhagem de bens privados (Costa Souza, 2011, p. 116).

É preciso intensificar as denúncias contra o Estado de Israel, ou melhor, esta entidade sionista que se pretende um Estado legítimo. Pela sua história e pelas suas ações, o máximo que Israel poderia ser é um “Estado-pária”. Mesmo que não existam condições concretas para a expulsão de Israel da ONU devido à própria correlação de forças e composição desta entidade, a pressão dos diversos setores da sociedade sob seus governos pode criar um clima mais favorável, senão para a expulsão, pelo menos para que Israel recue de suas ações planejadas de extermínio e limpeza étnica contra os palestinos.

**CONSTRUIR AS CONDIÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DE
UM ESTADO PALESTINO ÚNICO, LAICO E DEMOCRÁTICO,
EM TODA A PALESTINA HISTÓRICA, E COM DIREITOS
IGUAIS PARA TODOS OS CIDADÃOS, INDEPENDENTE DAS
POSIÇÕES POLÍTICAS E/OU DA RELIGIÃO**

Muitas organizações, pessoas e intelectuais palestinos e israelenses têm se empenhado em trazer para o debate a ideia de que a origem do problema está na divisão daquele território em dois Estados. As ações de Israel só corroboram com essa ideia, pois os sionistas nunca admitiram dividir a Palestina. Diante disto, e devido ao evidente fracasso dos Acordos de Oslo, à continuidade da política colonialista israelense na Cisjordânia e Jerusalém e à manutenção do bloqueio à Gaza, cresce a opinião de que é necessário pensar nos passos necessários para direcionar a luta do movimento nacional palestino rumo ao programa originário da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), de um Estado Laico e Democrático em toda a Palestina.

É óbvio que, para seguir rumo a esse objetivo estratégico, apresenta-se como fundamental a realização de ações concretas que podem ajudar a edificar esse caminho, tais como: retirada imediata de todas as forças de ocupação israelenses para as fronteiras de 4 de junho de 1967 (liberando assim Gaza, Cisjordânia, Jerusalém e Colinas de Golan, este

último território Sírio); libertação imediata de todos os presos políticos palestinos (principalmente suas lideranças, como Ahmad Sa'adat, da Frente Popular para a Libertação da Palestina – FPLP e Marwan Barghouti, da Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa, as mulheres, as crianças e os doentes); garantia do direito de retorno de todos os refugiados palestinos, conforme a Resolução 194 da ONU, bem como indenização para quem teve perdas materiais com a ocupação israelense; destruição do muro do *Apartheid*, conforme decisão da Corte Internacional de Justiça; retirada imediata de todos os colonos ilegais israelenses e fim dos assentamentos sionistas em território palestino; fim imediato da política de demolição de casas em Jerusalém Oriental e demais terras palestinas; fim imediato do bloqueio à Gaza, permitindo que o povo palestino possa ter um porto e aeroporto sob seu controle, sem ingerência da potência ocupante. Existem várias posições no interior do movimento nacional palestino, e “essa é a posição hegemônica, por exemplo, entre dirigentes, militantes e simpatizantes da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), que nunca abandonou esta orientação estratégica” (Buzetto, 2012, p. 139).

Esta é uma pauta de unidade contra a ocupação israelense, mas não se pode desconsiderar que hoje o movimento nacional palestino também tem suas próprias contradições internas, principalmente na relação entre movimentos organizados da sociedade palestina, partidos políticos e organizações político-militares para com o governo da Autoridade Palestina. Em 2013 e 2014, vimos policiais palestinos reprimindo o seu próprio povo na Cisjordânia, e também em Jerusalém Oriental, e, neste caso, sob as ordens e comando da polícia israelense. Será que, de fato, o governo da Autoridade Palestina, tornou-se, como muitos já acusam, o “gerente da ocupação israelense”? Se isto for comprovado, a resistência palestina terá uma dupla tarefa, lutar ao mesmo tempo contra a ocupação israelense e contra um governo de capitulação diante do opressor colonialista. Como resolver essa equação

política? Acreditamos que só o próprio povo palestino e seus legítimos representantes têm condições e capacidade de solucionar efetivamente tais contradições e dilemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUZETTO, Marcelo. Os marxistas e a questão palestina, em *Lutas Sociais*, n. 28, São Paulo: NEILS/PUC-SP, 2012.
- _____. A questão palestina e as relações internacionais, em *Recrie* n. 1, São Paulo: Porto de Ideias, 2010.
- CATTAN, Henry. *A Palestina e o Direito Internacional: o aspecto legal do conflito árabe-israelense*. Curitiba: Grafipar, s/d.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO DE ISRAEL. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Centro de Informação de Israel, 1995.
- COSTA SOUZA, M
- FINKELSTEIN, Norman. *A indústria do holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*. São Paulo: Record, 2001.
- _____. *Imagem e realidade do conflito Palestina-Israel*. São Paulo: Record, 2005.
- FISK, Robert. *Pobre nação: as guerras do Líbano no século XX*. São Paulo: Record, 2007.
- GATTAZ, André. *A Guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à nova intifada*. São Paulo: Usina do Livro, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Palestina: a construção do muro*. Brasília: ONU, 2006.
- PAPPÉ, Ilan. *La limpieza étnica de Palestina*. Barcelona: Memoria Crítica, 2008.
- SAND, Shlomo. *A invenção da terra de Israel: da Terra Santa à Terra Pátria*. São Paulo: Benvirá, 2014.

Eleições em “Israel”: o resultado é, mais uma vez, um governo antidemocrático, colonialista e racista¹

“Se eu for eleito, não haverá Estado Palestino”

A frase acima foi dita pelo atual primeiro-ministro e candidato vitorioso nas eleições israelenses de 17 de março deste ano. Líder do partido conservador Likud (União, em hebraico), Benjamin Netanyahu representa um dos setores mais agressivos do movimento nacionalista judaico conhecido como sionismo. Representante das forças consideradas mais à direita da política israelense, Netanyahu tem ignorado, assim como todos os governos de Israel, as principais resoluções da ONU sobre a questão palestina. Como outros membros do governo, se recusa a garantir o direito de retorno dos refugiados palestinos, assegurado pela Resolução 194 da ONU, também afirma que não vai recuar com seu exército para as fronteiras de 4 de junho de 1967, conforme solicita resolução aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 29 de novembro de 2012, com 133 votos favoráveis à criação do Estado da Palestina. Outra questão que ficou evidente é que o governo Netanyahu vai manter a ocupação militar de Jerusalém e a política de demolição de casas e expulsão de árabes-palestinos da cidade, fatos que têm causado indignação a diversas entidades defensoras dos direitos

¹ Artigo publicado na Revista *O Professor*, n. 20, junho de 2015, Sindicato dos Professores do ABC.

humanos. Jerusalém é a capital do Estado da Palestina, mas foi ocupada militarmente por Israel em junho de 1967. Reiterados pedidos da ONU pela desocupação da cidade têm sido ignorados por Israel: além de praticar a violência contra a população árabe-palestina que vive na cidade, ainda faz propaganda oficial como se Jerusalém fosse a capital de Israel. Apesar disso, mesmo os países aliados de Israel, como Estados Unidos, não apoiam essa opinião, tanto é que a embaixada dos EUA, e de outros países, estão em Tel Aviv.

Nas eleições de março, estiveram em disputa 120 cadeiras no Knesset (parlamento). O resultado foi: Likud (direita) 30, União Sionista (centro) 24, Lista Conjunta (Esquerda árabe-israelense: Hadash-Frente Democrática de Paz e Igualdade, onde está o Partido Comunista de Israel, e os três partidos árabes Balad, Ta'al e a Lista Árabes Unidos) 13, Yesh Atid 11, Kulanu 10, Habayit Hayehudi 8, Shas 7, União da Torá pelo Judaísmo 6, Yisrael Beiteinu 6, Meretz 5. Outros partidos participaram das eleições, mas não elegeram parlamentares.²

Isaac Herzog, líder da União Sionista, fez discursos defendendo a retomada de negociações com a Autoridade Palestina, mas seguiu defendendo, como todos candidatos sionistas, o direito de Israel se defender, o que, na prática, significa a manutenção da política militarista, expansionista e colonialista iniciada em 15 de maio de 1948, dia em que foi criado, por imigrantes europeus sionistas, o chamado Estado de Israel. Após as eleições, o presidente de Israel dá um prazo de 42 dias para o candidato eleito formar uma coalizão visando obter maioria no parlamento. O Likud e partidos que se aliaram a Netanyahu após a vitória só conseguiram 61 cadeiras, ou seja, não conseguiram uma ampla maioria, nem têm muita margem de manobra dentro do parlamento. Já a coalizão da esquerda árabe-israelense conseguiu 10,54%, sendo agora a terceira força política no

² Disponível em: <http://www.haaretz.com/st/c/prod/eng/2015/elections/results/>

Knesset. Ayman Odeh, recém-eleito líder do Hadash, Masud Ghanim (Lista Árabe Unida), Jamal Zahalka (Balad) e Ahmad Tibi (Ta'al) comemoraram a grande participação do eleitorado antissionista nesse processo. São eleitores árabes-israelenses e/ou israelenses contrários à política dos sucessivos governos, e que apoiam ativamente a luta do povo palestino pela soberania, independência e autodeterminação. Apesar do crescimento eleitoral dessa esquerda árabe-israelense, a maioria dos votos foi para partidos e candidatos da direita sionista, ou seja, um bloco de forças políticas contrárias à paz com os palestinos, que justificam/defendem os massacres/genocídios/assassinatos praticados por Israel contra a população palestina durante os 67 anos de ocupação ilegal desse território. A população israelense, em sua maioria, votou contra a paz e deu legitimidade às políticas antedemocráticas e racistas de Netanyahu e seus aliados. Yaser Abed Rabo, secretário-geral da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) afirmou que “Israel escolheu o caminho do racismo, da ocupação e da colonização, e não o das negociações”. Avaliou que “Estamos diante de uma sociedade israelense doente de racismo, e de uma política de ocupação e construção de colônias. Temos pela frente um caminho longo e difícil de luta contra Israel”.

POR UM ESTADO PALESTINO ÚNICO, LAICO E DEMOCRÁTICO, EM TODO O TERRITÓRIO DA PALESTINA HISTÓRICA

O Plano de Partilha da Palestina (ONU-29/11/1947) e a criação do Estado de Israel (14/05/1948) não possuem respaldo no direito internacional, pois o sionismo é um movimento colonialista e racista que ocupa ilegalmente as terras palestinas. O Plano da ONU de criação de dois Estados é uma afronta aos mais elementares direitos inalienáveis do povo palestino, como o direito à soberania. A ONU não tinha mandato, nem autoridade moral, jurídica ou política sobre

aquele território para decidir, sem a consulta prévia dos habitantes, o que deveria ser feito diante do aviso britânico que deixaria a Palestina. Também os britânicos ocupavam ilegalmente a Palestina. Inglaterra e França tinham prometido a todos os árabes que viviam sob a dominação do Império Turco-Otomano que, se ganhassem a guerra, tornariam os territórios árabes em nações independentes. Os palestinos foram traídos duas vezes, após a Primeira Guerra Mundial (1918) e após a Segunda Guerra Mundial (1945). Contavam com a construção uma pátria livre e soberana, multicultural e com igualdade de direitos para todos os cidadãos, sejam eles judeus, cristãos, muçulmanos, drusos, ateus etc. A Palestina nunca quis ser a pátria de um povo ou de uma religião, pois na chamada “Terra Santa” existem vários povos e várias religiões. Os dois fatos citados marcam a origem do atual conflito. A divisão da Palestina em dois Estados e a criação do Estado de Israel são os entraves para uma paz justa e duradoura na região. É preciso uma unidade entre as forças progressistas e de esquerda de ambos os lados para construir as condições necessárias para que seja realizada um dia a mais coerente proposta política já elaborada sobre o assunto: um Estado único, em todo o território da Palestina, ou seja, nas terras onde hoje se encontra o chamado “Estado de Israel” (ocupadas em 1948, 1967 e nos anos posteriores) e na Cisjordânia, Gaza e Jerusalém (que seria o Estado da Palestina).

ALGUMAS MEDIDAS PARA INICIAR A CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO PARA A PAZ:

1. que Israel cumpra todas as Resoluções da ONU sobre a questão palestina, em especial a 194, sobre o direito de retorno dos refugiados palestinos;
2. que Israel suspenda imediatamente a política de genocídio e limpeza étnica realizada contra a população árabe palestina;

3. que sejam libertados imediatamente tod@s @s pres@s polític@s palestin@s em cárceres israelenses, que hoje chegam a quase 6 mil;

4. que Israel seja desafiado e obrigado a cumprir a Resolução 181 (Plano de Partilha da ONU – 1947), como uma primeira iniciativa para a descolonização da Palestina ou que, como um primeiro passo para o fim da ocupação, que reconheça e cumpra a decisão da ONU de 29/11/2012, que aprova a criação de um Estado da Palestina nas fronteiras de 4 de junho de 1967;

5. que Israel cumpra a decisão da Corte Internacional de Justiça que exige a derrubada do “muro do *Apartheid*”, barreira ilegal construída para separar povos e populações nos territórios palestinos de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém. Esse muro possui hoje cerca de 800 quilômetros de extensão, impedindo a livre circulação de pessoas e mercadorias na Palestina.

SUGESTÕES DE LEITURA

Os livros de Edward Said *Cultura e Política* (Boitempo), *Cultura e Resistência* (Ediouro), *A Questão da Palestina* (Unesp) e *A pena e a espada* (Unesp), e os artigos de Marcelo Buzetto *A questão palestina e as relações internacionais* (em *Recrie* n. 1, Porto de Ideias, 2010), *Os marxistas e a questão palestina: os desafios da esquerda* (em *Lutas Sociais* n. 28, Neils/PUC-SP, 2012) e *A batalha de Gaza: Israel contra o direito internacional* (mais uma vez) (em *Recrie* n. 03, Porto de Ideias, 2014).

SUGESTÕES DE FILMES

Budrus (2009), direção Julia Bacha; *Ocupação 101* (2006), direção James Miller; *5 Câmeras Quebradas* (2011), direção Emad Burnad; *Promessas de um mundo novo* (2001), direção Justine Shapiro, B. Z. Goldberg, Carlos Bolado; *Palestina: história de uma terra* (1992), direção Simone Bitton.

PALESTINA NO FACEBOOK

Palestina Libre, Palestina Saadat, Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino do ABCDMRR, Movimento Palestina para Tod@s – Mopat, Campaña Global por el Retorno a Palestina, Nesnasser – Núcleo de Estudos Gamal Abdel Nasser.

ENTREVISTAS

MST e Via Campesina: solidariedade com a heroica resistência popular¹

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Para o doutor em Ciência Política, Marcelo Buzetto, a criação do Estado de Israel é a origem da atual guerra na Palestina. “A partilha da Palestina feita pela ONU, em 29 de novembro de 1947, e a fundação do Estado de Israel como Estado judeu, em 15 de maio de 1948, são, sem dúvida, a origem do conflito”.

“O internacionalismo é um princípio fundamental que sempre orientou nossas ações”, explica o membro do Setor de Relações Internacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Marcelo Buzetto, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Dentro dessa perspectiva, continua ele, “temos enviado vários militantes e dirigentes do MST para conhecer a experiência de luta popular do povo palestino contra a ocupação israelense, principalmente seu impacto na vida cotidiana de camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais e pescadores, que são parcelas da população que sofrem muito com a guerra imposta pelo governo de Israel desde sua

¹ Entrevista publicada na Revista do Instituto Humanitas Unisinos, n. 408, ano XII, 12/11/2012, http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4764&secao=408.

fundação (em terras palestinas) em 15 de maio de 1948. Nos últimos dez anos temos intensificado nossas relações de solidariedade com esta heroica resistência popular”.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que é o movimento sionista?

Marcelo Buzetto – Criado em 1897 por Theodor Herzl, no Primeiro Congresso Sionista, na Basileia (Suíça), esse movimento político decide lutar pela criação de um Estado judeu na Palestina, por considerar que lá era uma “terra sem gente” e que os “judeus eram um povo sem terra”. Utilizando-se da religião para manipular e estimular as massas judaicas nessa aventura migratória para a Palestina, os sionistas criaram um banco e começaram a se organizar e comprar terras na Palestina, dialogar e pressionar governos para apoiar sua causa, aproveitando-se da situação de preconceito e perseguição que os judeus viviam em determinadas cidades da Europa e da Rússia. Esse movimento de setores da burguesia judaica europeia teve em Herzl seu principal ideólogo. Ele dizia que “em 50 anos vamos criar o Estado judeu na Palestina”. Em 1947, a Organização das Nações Unidas – ONU aprova a partilha da Palestina em Estado judeu e Estado Palestino. Os sionistas negociaram com o Império Turco-Otomano, com o Império Britânico, com o Império Alemão e depois, em 1933 e 1934, até com o governo de Hitler. A ideia era criar, a qualquer custo, um Estado judeu, mesmo com o apoio dos nazistas, que apoiavam a ideia. É importante diferenciar judaísmo de sionismo. Até hoje existem judeus não sionistas (ou antissionistas) na Palestina, na Europa, nos EUA e nos países árabes/muçulmanos. A criação do Estado de Israel é a origem da atual guerra na Palestina. A partilha da Palestina feita pela ONU, em 29 de novembro de 1947, e a fundação do Estado de Israel como Estado judeu, em 15 de maio de 1948, são, sem dúvida, a origem do conflito.

IHU On-Line – Qual a relação do Movimento dos Sem Terra (MST) com os palestinos? Quando essa relação começou e por quê?

Marcelo Buzetto – Desde a fundação do MST, em 1984, temos desenvolvido relações de solidariedade e cooperação com organizações de trabalhadores de diversas partes do mundo. O internacionalismo é um princípio fundamental que sempre orientou nossas ações. Dentro dessa perspectiva, temos enviado vários militantes e dirigentes do MST para conhecer a experiência de luta popular do povo palestino contra a ocupação israelense, principalmente seu impacto na vida cotidiana de camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais e pescadores, que são parcelas da população que sofrem muito com a guerra imposta pelo governo de Israel desde sua fundação (em terras palestinas) em 15 de maio de 1948. Nos últimos dez anos, temos intensificado nossas relações de solidariedade com esta heroica resistência popular.

O INTERESSE PELA CAUSA PALESTINA

Desde 2002, quando nosso companheiro Mario Liu esteve presente por 22 dias no Quartel-General da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Ramallah-Cisjordânia. diante dos bombardeios israelenses, com tanques e helicópteros atacando a cidade, cresceu no MST e na Via Campesina o interesse pela causa palestina. Naqueles dias, Yasser Arafat e a direção da OLP estavam sitiados por forças militares que atacaram simultaneamente várias cidades palestinas. Destruíram prédios comerciais, públicos e residenciais em Ramallah, Belém etc. Nem a igreja da Natividade, onde os cristãos afirmam que teria nascido Jesus, escapou. Tanques israelenses atacaram a igreja, alegando que dentro dela estavam militantes palestinos procurados pela polícia israelense. Depois, estreitamos relações com os companheiros da Alternative Information Center (AIC), uma organização que reúne palestinos e israelenses antissionistas e contra a ocupação. Participamos

da delegação da Via Campesina em 2002, do Fórum Social Palestino em 2003, e, de lá para cá, temos buscado contato mais próximo com os camponeses e suas organizações, principalmente a Union of Agricultural Work Committees (UAWC), que participam da Via Campesina, nossa organização internacional.

IHU On-Line – Qual o objetivo do MST no país árabe? Que conquista ou mudança você relata com a presença do movimento na Palestina?

Marcelo Buzetto – Aprendemos muito com a coragem e a capacidade de enfrentar situações de intensa dificuldade e repressão, pois os palestinos vivem sob ocupação militar desde 1948, e desenvolvem desde essa época diversas formas de luta e de mobilização popular. Ampliamos a solidariedade entre trabalhadores da Palestina e do Brasil. Apresentamos aos palestinos organizações brasileiras que podem fortalecer a divulgação de suas lutas, e eles fazem o mesmo com o MST. A participação da UAWC em várias reuniões, conferências e mobilizações da Via Campesina levou a luta contra os transgênicos e pela defesa das sementes como patrimônio da humanidade para o interior das vilas e cidades palestinas. Hoje, a UAWC implementa o programa de defesa da soberania alimentar da Via Campesina, e sofre as consequências por isso. Mais perseguição e repressão das autoridades israelenses.

IHU On-Line – Quais os objetivos da Via Campesina na região?

Marcelo Buzetto – Contribuir para fortalecer a UAWC em suas lutas por terra, água, melhores condições de vida e de trabalho; construir a Via Campesina na Palestina, num primeiro momento, e, depois, como segundo passo, nos países árabes vizinhos da Palestina. Também estamos contribuindo para estimular a unidade dos movimentos de camponeses, trabalhadores rurais e pescadores. Existem

por lá várias organizações, mas que muitas vezes, como aqui, ficam dispersas, fazem suas lutas específicas e corporativas e têm uma dificuldade muito grande para ações mais unitárias e permanentes, até porque sob ocupação militar israelense é muito mais difícil fazer luta social. Nessa perspectiva, organizamos, em 2011, o primeiro Encontro de Camponeses, Trabalhadores Rurais e Pescadores da Palestina. A delegação de pescadores de Gaza foi proibida de chegar, não tiveram autorização, pois o encontro foi na Cisjordânia, em Al-Khalil/Hebron. Militantes da UAWC foram presos antes e depois do encontro, mas foi um passo importante nessa construção.

IHU On-Line – Que ações (ou posições) os movimentos populares brasileiros tomam em relação ao povo palestino?

Marcelo Buzetto – Existem, no Brasil, Comitês de Solidariedade em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Brasília que organizam, junto com movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, ações concretas de solidariedade, manifestações, campanhas pela libertação dos presos políticos, pelo boicote à compra de produtos de empresas israelenses, contra a existência do Muro do *Apartheid*, construído por Israel em terras palestinas para promover a separação e aumentar a repressão às organizações sociais e populares (tem hoje 700 km já construídos), contra a demolição de casas palestinas em Jerusalém Oriental, em defesa dos refugiados palestinos que estão aqui no Brasil etc. Ano passado, realizamos o Primeiro Encontro Nacional de Solidariedade ao Povo Palestino, na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF (Guararema-SP) – que resultou num documento unitário assinado por várias organizações brasileiras e com a presença de várias lideranças da luta popular palestina.

IHU On-Line – Em geral, que posição pode-se dizer que o brasileiro tem em relação ao conflito entre Israel e Palestina?

Marcelo Buzetto – No geral, um profundo desconhecimento combinado com certo preconceito para com os árabes, palestinos e muçulmanos. Mas essa visão está mudando, e parcela da população brasileira já manifesta sua solidariedade com esta causa justa, principalmente por conta da ação do movimento sindical, de partidos, do movimento popular e de intelectuais progressistas que, dentro e fora das escolas e universidades, fazem o trabalho de esclarecimento, debate e divulgação sobre o tema. O povo brasileiro fala toda semana da Palestina, lembra-se dela e de seu povo nas suas orações, nos cultos e missas celebradas por igrejas cristãs, mas chama essa terra de Israel. O povo brasileiro, quando tem acesso à informação verdadeira sobre o conflito, rapidamente fica ao lado dos palestinos e dos israelenses que são contrários à política de seu próprio governo. O povo brasileiro também deseja a paz na Palestina; ele também gostaria de ver um Estado Palestino onde possam conviver em paz e cooperação cristãos, judeus, muçulmanos, drusos, ateus etc. Precisamos aproveitar a forte religiosidade do povo brasileiro para debater e esclarecer o que acontece na chamada “Terra Santa”, pois a mídia empresarial tem difundido inúmeras mentiras sobre o conflito.

Por exemplo, vários cantores brasileiros fazem shows na Palestina ocupada e nem se importam em obter mais informações sobre o que acontece lá. Durante shows de Roberto Carlos e Daniela Mercury, palestinos foram presos e assassinados pela polícia ou exército israelenses ou por colonos judeu-sionistas que ocupam ilegalmente terras palestinas da Cisjordânia. E, aqui, os apresentadores de TV falavam dos shows na “capital do Estado de Israel”, ou seja, em Jerusalém. De acordo com a própria ONU, Jerusalém Oriental é a capital do Estado Palestino, e a outra parte da cidade deveria ser administrada pela ONU, para assegurar a liberdade de culto e a preservação dos locais sagrados das três religiões (judaísmo, cristianismo, islamismo). E Israel ocupou militarmente Jerusalém em 1967. Mas, aos poucos, vamos realizando esse trabalho de divulgação das lutas na Palestina.

IHU On-Line – As articulações feitas durante as edições do Fórum Social Mundial (FSM), no Brasil, com militantes pró-Palestina, têm gerado efeitos?

Marcelo Buzetto – Com certeza. Em todas as edições do FSM sempre tivemos, aqui ou em outro país, uma expressiva delegação palestina, pois lá existem muitos movimentos de jovens, intelectuais, escritores, poetas, mulheres, operários, camponeses, músicos, pintores, enfim, a sociedade palestina possui uma grande diversidade e uma riqueza imensa do ponto de vista político, social e cultural. Então, sempre foram muito ativos e presentes nos FSMs. O resultado desse trabalho dos palestinos e seus aliados resultou no FSM Palestina Livre, que ocorrerá no Brasil, em Porto Alegre, de 28/11/12 a 1/12/12.

IHU On-Line – Há diálogo e cooperação entre os diversos movimentos populares brasileiros para com o povo palestino? Como isso acontece?

Marcelo Buzetto – A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) têm relações muito próximas e de cooperação com sindicatos e centrais sindicais palestinas. A Marcha Mundial de Mulheres (MMM) do Brasil realiza ações conjuntas com movimentos de mulheres palestinas, entre elas a União dos Comitês de Mulheres Palestinas (UPWC), nós do MST e Via Campesina, com a União dos Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC) etc. Participamos de mobilizações e encontros lá, e eles vêm ao Brasil para trocarmos impressões sobre a conjuntura política local, regional, mundial, realizar cursos de formação política, discutir uma pauta comum dos movimentos etc.

IHU On-Line – Como você vê a solução para o conflito? Faz-se necessário o estabelecimento de dois estados independentes? Ou que outra solução você daria?

Marcelo Buzetto – A solução de dois Estados está cada vez mais inviável, o que não significa dizer que a proposta originária da OLP de um Estado Palestino laico e democrático em toda a Palestina histórica seja algo fácil de conquistar. Quem governa Israel desde 1948 são membros de partidos sionistas, e o sionismo tornou-se um movimento nacionalista conservador, antidemocrático e racista. Até a ONU já aprovou resolução considerando o sionismo como uma forma de racismo. Uma das características principais do sionismo é o expansionismo/militarismo. Querem construir na Palestina o Eretz Israel (Grande Israel). Seja o Partido Trabalhista, o Social-Democrata, o Likud, todos os partidos que governaram Israel realizam políticas expansionistas. Em todos os governos israelenses ocorreram prisões ilegais, tortura e assassinato de palestinos, tomada de terra/território palestino por colonos judeus sionistas ou pelo governo de Israel, proibição ao retorno dos refugiados, bombardeio contra população civil etc.

ILEGAL PARTILHA DA PALESTINA

A proposta de dois Estados nasce com a ilegal partilha da Palestina, realizada pela ONU após votação em 29 de novembro de 1947. Nos anos 1970, ela volta ao centro do debate com apoio da ex-URSS e foi sendo construída no interior da OLP entre 1974 e 1988, e ganhou força na direção da OLP entre 1988 e 1994. Nos acordos de Oslo (1993-1994), ela foi ratificada, mas com um agravante, pois aí aparece a ideia de que Israel deveria recuar até as fronteiras de 4 de junho de 1967, data do início da guerra dos seis dias. Na proposta de dois Estados da ONU, de 1947, o Estado Palestino teria cerca de 46% do território da Palestina histórica, Jerusalém Oriental seria a sua capital e Jerusalém Ocidental seria controlada pela ONU, que deveria assegurar a liberdade de culto e proteger os locais sagrados (e se isto acontecesse não haveriam os refugiados). Na proposta das “negociações de paz” de Oslo e na apresentada por Mahmoud Abbas (presidente da Autoridade Palestina – AP)

na ONU, o Estado Palestino ficaria só com 25% do território, Israel se nega a negociar o tema Jerusalém, e está agora demolindo casas e expulsando os palestinos da cidade; aprovou uma lei obrigando todos os cidadãos em território israelense a reconhecer o caráter judaico do Estado (caso contrário podem ser expulsos do país); não negocia e não autoriza o retorno dos refugiados às suas casas e terras tomadas por Israel, em 1948 e em 1967; não permite aos palestinos ter forças armadas num suposto Estado Palestino; se nega a definir as fronteiras de Israel; controla militarmente toda a Palestina por terra, mar e ar, controla as fronteiras com Líbano, Síria e Jordânia e mantém na prisão cinco mil palestinos, entre eles 192 crianças menores de 16 anos e 27 deputados eleitos para o parlamento palestino.

CONSTRUÇÃO DE ESTADO PALESTINO LAICO E DEMOCRÁTICO

Ainda acredito, assim como grande parte do povo palestino, que a melhor saída é a luta pela construção de um Estado Palestino laico e democrático, onde todos possam viver em paz, independentemente de sua religião ou posição política. Mas, para isso, é preciso fortalecer todas as formas de luta contra a ocupação israelense, apoiar o direito legítimo à resistência do povo palestino diante de uma ocupação militar por forças estrangeiras, lutar cotidianamente contra a ocupação, contra o muro, pela retomada das terras, pela libertação dos presos, continuar o trabalho de denúncia dos crimes de Israel junto à comunidade internacional, fortalecer a unidade política entre todas as tendências e partidos políticos palestinos (Fatah, Hamas, Jihad, Frente Popular para a Libertação da Palestina – FPLP, Frente Democrática para a Libertação da Palestina – FDLP, Partido do Povo Palestino – PPP, Iniciativa Nacional Palestina etc.). Além disso, é preciso fortalecer o movimento político e social antissionista que existe em Israel. Nem todo cidadão israelense é a favor de seu governo. O Partido Comunista de Israel, o Centro de Informação

Alternativa, o Movimento Filhos da Terra (só para dar alguns exemplos) são organizações que contam com a participação de israelenses contrários à ocupação e a favor de um Estado Palestino. Será preciso lutar, ao mesmo tempo, pela construção do Estado Palestino e pela dessionização do Estado de Israel, e assim ir construindo as condições mais favoráveis para o retorno da proposta de um Estado, pois hoje as condições não são muito favoráveis, até porque a direção política da OLP e da AP são a favor da proposta rebaixada de dois Estados.

IHU On-Line – Como você define a situação atual do conflito? Vê uma resolução pacífica em médio prazo?

Marcelo Buzetto – O povo palestino está empenhado em lutar todos os dias contra a ocupação israelense. Isso é o principal. Existem, na população palestina, as mais diversas reações diante da atual fase do conflito. Desânimo, decepção, frustração, tanto com a postura da chamada “comunidade internacional” como com a postura da direção da OLP e da AP. O abandono da mobilização de massas e da luta armada como métodos centrais de enfrentamento contra a ocupação israelense por parte da direção da OLP e da AP, priorizando acordos, negociações e compromissos com os governos de Israel (a maioria nunca cumpridos), somado às denúncias de corrupção no recente governo palestino, bem como a repressão, por forças da polícia palestina treinada por Israel e pelos EUA, contra o seu próprio povo (algo que tem se tornado cada vez mais comum), só prolongam o sofrimento dos palestinos e deixam a distância o sonho de libertação de sua pátria.

SOLUÇÃO PACÍFICA

Para que venha uma solução pacífica, faz-se necessário impor uma contundente derrota política, diplomática, moral e militar à potência colonialista, que é Israel. A ONU está enfraquecida e desmoralizada. Não tem nem vontade, nem força, nem coragem para obrigar Israel

a cumprir as inúmeras resoluções sobre a questão palestina (o que já seria um bom começo para uma solução política pacífica). Israel não vai diminuir a repressão. Já disse que se os palestinos continuarem a pedir na ONU o reconhecimento do Estado, isso pode gerar mais guerra e mais conflitos, numa clara ameaça a um direito legítimo. Ou seja, Israel foi criado por uma decisão da ONU, mas para o governo de Israel, o Estado Palestino não pode seguir o mesmo caminho. Quanto mais rápida a derrota política, diplomática, moral e militar de Israel, mais rapidamente nos aproximaremos da solução para o conflito. Não será rápida nem isenta de contradições ou até erros, como vários outros processos semelhantes. O fundamental, agora, é apoiar todas as iniciativas palestinas de luta contra a ocupação israelense e apoiar os judeus e israelenses antissionistas, que são duramente perseguidos em Israel.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Marcelo Buzetto – Que o Fórum Social Mundial Palestina Livre, que vai ocorrer em Porto Alegre-RS, entre os dias 28 de novembro e 1 de dezembro deste ano, será um grande passo adiante para fortalecer a solidariedade para com o povo palestino e sua causa justa pela liberdade, democracia e independência nacional. Queremos convidar todas as pessoas e organizações progressistas a participar de maneira ativa nesse processo. Os palestinos escolheram o Brasil para este grande encontro internacional. Serão quatro dias de debates, conferências e atividades culturais sobre a vida e a luta desse heroico povo. Fica o convite e a convocação para todos que lutam pela construção de um mundo mais justo.

Existe uma rebelião popular em pleno desenvolvimento na Palestina¹

Marcelo Buzetto, professor e membro do Setor de Relações Internacionais do MST, explica que os ataques de Israel em Gaza fizeram com que os movimentos de libertação e as mobilizações populares crescessem por toda a Palestina. Há um mês, três soldados israelenses foram sequestrados e mortos. O governo de Israel acusou, sem provas, o Hamas – partido político que controla a Faixa de Gaza. Foi o suficiente para que a operação “Margem Protetora” fosse colocada em curso pelo exército israelense. Com ataques indiscriminados a hospitais, escolas, igrejas e até áreas protegidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), impedidos de entrar em Israel e com a fronteira do Egito fechada, os moradores de Gaza estão vivendo em um verdadeiro campo de concentração a céu aberto. Até o momento, cerca de 1.800 palestinos foram mortos, a maioria civis. Esse número tende a aumentar, já que os feridos ultrapassam os 9 mil, e os hospitais que ainda restam sofrem com a falta de água, luz e medicamentos. Há sete anos a Faixa de Gaza está submetida a um bloqueio terrestre, aéreo e naval, que

¹ Entrevista realizada por José Coutinho Junior, José Francisco Neto e Maura Silva para o jornal *Brasil de Fato*, 7/8/2014. Disponível em: <http://brasildefato.com.br/node/29438> 07/08/2014.

dilacerou a economia do território e aumentou as taxas de pobreza e de insegurança alimentar. Mesmo assim, Israel segue impune com sua prática genocida, acabando com o que resta do território.

Em entrevista ao *Brasil de Fato*, Marcelo Buzetto analisou a origem do conflito e a atual posição do Brasil nesse cenário.

Brasil de Fato (BDF): Qual a origem dos ataques de Israel à Palestina?

Marcelo Buzetto (MB): Para entender o que está acontecendo hoje é preciso entender que a criação do Estado de Israel, em 1948, é a origem do conflito atual. Quando Israel foi criado, nos braços do movimento sionista, que é um movimento nacionalista, judaico, conservador, antidemocrático e racista, não houve um referendo direcionado à população palestina. Na divisão da ONU, 56% do território tornou-se o Estado de Israel, 42% ficou para a Palestina e 2% para Jerusalém, que seria uma cidade neutra, sendo Jerusalém Oriental a capital do Estado Palestino. Mas nesses 50 anos o movimento sionista construiu uma economia, uma sociedade, um modo de vida e criou um exército dentro da Palestina.

BDF: Por que os ataques à Gaza?

MB: Israel usou como pretexto para iniciar essa nova operação militar o sequestro, desaparecimento e morte de três jovens soldados que davam proteção ilegal aos assentamentos de judeus sionistas na cidade velha de Hebron. Esses jovens já haviam cometido violências contra palestinos, mas isso a mídia não mostrou. Os palestinos divulgaram imagens desses soldados participando de prisões, torturas e humilhações. Não se pode negar que eles eram parte direta nos conflitos. Israel, então, culpou o Hamas, que negou autoria dos assassinatos. Duas semanas após a morte desses jovens, cerca de 600 prisões foram realizadas pelo exército israelense na Cisjordânia antes do início dos bombardeios à Gaza.

BDF: Parte da população israelense é contra os ataques, não?

MB: Até mesmo entre as forças armadas de Israel e o governo há contradições. Existem declarações de oficiais israelenses criticando a operação por terra em Gaza. Um movimento de soldados israelenses se nega a combater em território palestino. Dentro do governo, alguns sustentam a ideia de que foi o Hamas o autor dos sequestros, em contrapartida, alguns setores declaram que nenhuma investigação comprova que o partido realizou a operação.

BDF: E sobre os diretos dos palestinos firmados nos acordos de Oslo?

MB: A avaliação de muitos que estão acompanhando o conflito é que houve um fracasso dos acordos de Oslo – acordo firmado na cidade de Oslo, na Noruega em 1993, entre Palestina e Israel com o objetivo de estabelecer a paz na região. O fracasso dos acordos obriga os palestinos a procurarem outros caminhos para conquistar seus direitos, o que levou à criação da Unidade Nacional Palestina. Forças dentro da OLP, principalmente a esquerda Palestina, como a Frente Popular pela Libertação da Palestina e a Frente Democrática pela Libertação da Palestina, vem conversando com o Hamas e o Fatah no sentido de combater Israel. Desde então, houve uma tentativa nos últimos anos de criar uma coalizão nacional desde o Fatah, que governa a Cisjordânia e é o partido que comanda a OLP, ao Hamas, que governa Gaza desde 2005. Essas conversas entre o Fatah e o Hamas, no sentido de construir um governo, fizeram com que Israel tentasse criar uma situação para impedir essa união.

BDF: Os ataques estão se concentrando em Gaza, mas nos últimos dias têm se espalhando por outras regiões, inclusive pela Cisjordânia. Você acredita que pode acontecer na Cisjordânia o que está ocorrendo em Gaza? E de que maneira o povo se mobiliza nessas áreas?

MB: A resistência palestina atua de diferentes maneiras. Ali, na Cisjordânia, existe um movimento de libertação nacional que combina diversas formas de luta e de organização. Em Gaza, a situação difere da Cisjordânia e dos territórios ocupados em 1948. Por exemplo, os palestinos que vivem em território israelense se mobilizam, fazem manifestações. Mas é mais difícil para eles se organizarem, há mais repressão. As organizações palestinas que estão lutando em Gaza são aquelas que, na Cisjordânia, estão mobilizando suas bases para um enfrentamento contra o exército de Israel. A unidade política e militar que existe em Gaza está influenciando os palestinos na Cisjordânia e os de Jerusalém contra Israel e contra os setores da Autoridade Palestina. Há também um sentimento de indignação, por parte dos palestinos, em relação ao seu próprio governo. Existe uma rebelião popular na Palestina que tem como alvo principal o governo e o exército de Israel, mas que também tem duras críticas à Autoridade Palestina. É um movimento que está denunciando o governo palestino como um gerente da ocupação.

BDF: Qual a posição da Autoridade Nacional da Palestina (ANP) em relação à ofensiva em Gaza?

MB: A ANP está cada vez mais parecida com um administrador da ocupação colonial israelense. Eu penso que o que está acontecendo hoje em Gaza e na Cisjordânia pode mudar a luta de classes e política na Palestina, enfraquecendo a ANP, que quer sempre negociar com Israel. O Egito propôs recentemente uma negociação, e a ANP logo se dispôs. Mas não é isso que a população quer. A população quer o cessar-fogo, mas não abre mão de algumas de suas reivindicações. Se a ANP não se juntar ao povo na luta contra Israel, eles também vão cair. É de causar indignação o silêncio em relação aos ataques à Gaza e a falta de iniciativa dos embaixadores palestinos no mundo inteiro diante dos massacres. A resistência palestina em Gaza atende o seu próprio povo e não faz nenhum acordo com Israel enquanto

não se garantir o fim do bloqueio. Os palestinos querem um porto, um aeroporto e o direito de construir um exército. Eles se prepararam para a possibilidade de um dia Israel voltar atacar Gaza por terra. É por isso que a quantidade de soldados mortos está assustando o governo israelense. Já morreram quase 100 e um deles foi capturado. Vale lembrar que, em 2009, o Hamas capturou um soldado israelense em Gaza, e em 2011 ele foi trocado pela libertação de 1.027 presos políticos palestinos. Israel está numa operação difícil do ponto de vista político e militar.

BDF: O que pode ser feito do ponto de vista internacional para impedir os ataques de Israel em Gaza?

MB: Israel é uma potência. Mas a campanha de boicote ainda é a melhor alternativa. Alguns países já romperam acordos econômicos e sociais com Israel, mas ainda não é o suficiente. Vários países da América Latina convocaram os seus embaixadores para pedir explicações.

BDF: E dentro da Palestina?

MB: Dentro da Palestina, os movimentos de libertação estão crescendo na Cisjordânia. Temos uma situação favorável de fortalecimento da mobilização popular, seja através de movimentos, sindicatos ou outras organizações. E isso chegará a Gaza. Hoje, o que a maioria dos palestinos quer é um Estado único onde todos possam conviver. A separação é a origem do conflito. Uma série de intelectuais progressistas, israelenses e palestinos, corrobora a ideia de um Estado único.

BDF: Como você avalia, até o momento, o posicionamento do governo brasileiro em relação aos ataques?

MB: Embora a postura de condenação brasileira tenha sido um avanço, ainda é uma posição tímida. O governo brasileiro é contraditório. Eu não confio que condene e leve Israel para os tribunais in-

ternacionais. A base de sustentação do governo brasileiro é pró-Israel. O Brasil diz que foi um ataque desproporcional, mas politicamente não rompe nenhum acordo econômico com o governo israelense. Israel nunca ganhou tanto dinheiro com o Brasil como agora. O Lula, que é visto como alguém que aproximou o Brasil do mundo árabe, também aproximou o país de Israel. Em entrevista, Dilma foi perguntada se o que está acontecendo em Gaza é um genocídio, ela respondeu que é um massacre. Sabemos que o que acontece ali é uma limpeza étnica, mas a Dilma preserva Israel. Ela não quer condenar o governo israelense por práticas genocidas, pois o nível de influência da comunidade sionista no Brasil é imenso. Parte considerável do governo do Rio Grande do Sul é formada por sionistas. Existe um complexo industrial sendo construído em Porto Alegre, e o protagonista principal desse acordo é o governador Tarso Genro, ex-ministro da justiça do governo Lula. Quem faz a agenda do Lula é uma sionista, uma senhora chamada Clara Ant, conhecida no Brasil como a maior apoiadora do governo de Israel. Quem quiser fazer uma reunião com o Lula, tem que passar por ela. O PT tem relação com o partido trabalhista israelense, mas não tem nenhuma relação com partidos políticos palestinos. Também não tem relações com o Partido Comunista de Israel, que é o único partido antissionista. Não existe nenhum convênio de cooperação com partidos políticos palestinos. Existe uma relação com a ANP, mas o governo brasileiro não explicita essa relação porque não quer criar problema com o lobby sionista que existe dentro do PT. E quando há alguma cooperação, os aliados de Israel no Brasil criam entraves. Um exemplo foi quando o governo brasileiro aprovou no Ministério da Pesca uma verba para ajudar os pescadores palestinos de Gaza. Mas o dinheiro não chega. Primeiro, porque Israel bloqueia todas as transações financeiras em Gaza, e, segundo, porque à época, o Ministério da Pesca foi entregue para o Marcelo Crivella, pastor da Igreja Universal e aliado de Israel.

BDF: A Palestina recebe apoio dos países da Liga Árabe?

MB: Existe uma divisão muito grande entre os países árabes que dificulta a luta do povo palestino. A revolução palestina é parte da revolução que deve acontecer no mundo árabe. Mas vários desses países são aliados do sionismo e do imperialismo. As monarquias árabes têm relações econômicas com os EUA, Israel e a União Europeia. Por isso, não existe a perspectiva de montar uma coalizão contra Israel. Se os países árabes se unem à resistência interna palestina, Israel já era.

BDF: De uma maneira prática, como fazer com que a população brasileira entenda o que de fato está acontecendo em Gaza?

MB: Israel nos ajuda a explicar de maneira fácil o conflito. Quando o povo brasileiro vê o bombardeio de casas de civis, escolas e mesquitas, ele consegue entender que ali tem um genocídio acontecendo. São crianças, mulheres, idosos. As mortes do lado israelense são de soldados.

BDF: O que os movimentos sociais brasileiros podem fazer para demonstrar apoio à luta do povo palestino?

MB: Os movimentos devem fortalecer a campanha pela liberação dos presos políticos palestinos, apoiar o boicote contra Israel (BDS) investigar e denunciar os acordos políticos e econômicos brasileiros com o governo israelense. Temos que mostrar como essas empresas que atuam no Brasil financiam a ocupação ilegal, e denunciar as violações de direitos humanos cometidas por Israel. As grandes mobilizações de apoio, que acontecem no mundo inteiro, têm que continuar até que cessem os bombardeios e o bloqueio à Gaza por mar, ar e terra. Os movimentos também podem pressionar os países árabes pelo apoio ao povo palestino e esperar que a ANP se junte ao seu povo contra Israel e não o contrário, como vem acontecendo.

Liderando, da prisão, o fim das negociações e a reconstrução da Resistência: entrevista com Ahmad Sa'adat¹

Na primavera de 2002, no auge da segunda intifada na Cisjordânia, durante a Operação Escudo Defensivo por Israel, as forças israelenses realizaram campanhas de prisão em grande escala em todo o território ocupado, bem como as invasões em grande escala de várias cidades palestinas. Ahmad Sa'adat e Marwan Barghouti, cujas entrevistas publicamos aqui, são duas das figuras políticas palestinas mais proeminentes, e os mais conhecidos presos nessa campanha. Também se tornaram líderes do movimento dos prisioneiros.

Ahmad Sa'adat é o secretário-geral da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) e membro do Conselho Legislativo Palestino (CLP). Ele é o oficial de mais alta patente de uma facção palestina atualmente preso pelo regime de ocupação israelense. A prisão de Sa'adat não é atípica para os líderes políticos na Palestina, muitos

¹ Entrevista publicada originalmente pela revista eletrônica do *Institute for Palestine Studies*, n.4, volume 43, 2013/2014, disponível em: <http://palestine-studies.org/jps/fulltext/165585>. Traduzida do inglês por Rafael Figueiredo Siemerink, membro do Núcleo de Estudos Gamal Abdel Nasser – Geopolítica do Mundo Árabe e Oriente Médio (Nesnasser), do Centro Universitário Fundação Santo André, para o site do Instituto de Estudos Geopolíticos do Oriente Médio <http://www.orientepress.net/?p=7314>. Revisada por Marcelo Buzetto.

dos quais foram presos e detidos. No entanto, as circunstâncias que envolvem tanto a prisão inicial de Sa'adat, quanto os primeiros quatro anos da sua detenção foram únicos.

Um aspecto particular das prisões 2002 foi a colaboração dos serviços de segurança da Autoridade Palestina (AP) com as forças de ocupação israelenses. Devido à sua natureza de alto perfil e nível de envolvimento da AP, a prisão de Sa'adat destaca-se como um dos exemplos mais notáveis de tal cooperação.

Cerca de um ano antes da Segunda Intifada, em 27 de agosto de 2001, Israel assassinou Abu Ali Mustafa, antecessor de Sa'adat como líder da FPLP. Mustafa foi morto quando helicópteros israelenses dispararam foguetes contra seu escritório em Ramallah. Menos de dois meses depois, o Ministro do Turismo israelense Rehavam Zeevi, que promoveu a ideia de expulsão forçada dos palestinos e defendeu os assassinatos seletivos de líderes palestinos, foi assassinado no hotel Hyatt, em Jerusalém, em 17 de outubro de 2001. Seu assassinato foi amplamente entendido como retaliação pela morte de Abu Ali Mustafa.

Em 3 de novembro, menos de três semanas depois do assassinato de Zeevi, a AP havia prendido mais de sessenta membros da FPLP na Cisjordânia. Embora o Supremo Tribunal da AP tenha afirmado que não havia motivos para a realização de várias destas prisões, as forças de segurança palestinas, ignorando as ordens do tribunal, continuaram a deter os membros da FPLP.

Nos meses seguintes, Sa'adat permaneceu na clandestinidade, e a AP e a inteligência israelense mantiveram sua família sob estreita vigilância. Em 15 de janeiro de 2002, sob o pretexto de discutir as detenções em massa de membros da FPLP, com intuito de resolver o problema, Tawfiq Tirawi, chefe da inteligência da AP, marcou um encontro com Sa'adat. Chegando ao hotel onde a reunião seria realizada, Sa'adat foi imediatamente preso e levado para a Muqata, o complexo presidencial da AP em Ramallah.

Sa'adat, mais quatro membros da FPLP, suspeitos de executar o assassinato de Zeevi, e Fuad Shubaki (considerado o braço direito de Arafat) foram detidos na Muqata, nas semanas que antecederam o cerco israelense, em 29 de março de 2002. Depois de 33 dias de cerco e de um toque de recolher imposto à toda a cidade de Ramallah, Arafat cedeu à pressão israelense e prendeu os seis homens. Em 1 de maio Arafat concordou com uma grande concessão para recuperar a sua liberdade de movimento: a transferência de Sa'adat, Shubaki e os quatro membros da FPLP à prisão de Jericó, formalmente sob o controle da AP.

A prisão de Jericó estava sob a vigilância de observadores dos Estados Unidos e do Reino Unido, ostensivamente em supervisão das forças de segurança relativamente recém-formadas da AP. Em 14 de março de 2006, os observadores internacionais se retiraram, e 15 minutos mais tarde, o exército israelense cercou a prisão, durante a manhã até quase meia-noite, na “Operação Bringing Home The Goods”. Os guardas da AP depuseram as armas e se renderam quase que imediatamente, mas os prisioneiros, especialmente Sa'adat e seus cinco companheiros se mantiveram firmes. As forças israelenses destruíram sala por sala da prisão, até que, finalmente, os prisioneiros foram forçados a sair. Ahmad Sa'adat nunca se entregou, mas foi preso depois que o exército israelense cercou a prisão.

Julgado por um tribunal militar israelense em 2006, Sa'adat foi condenado por liderar uma “organização terrorista”. Durante a custódia israelense, incluindo três anos de confinamento solitário, Sa'adat participou de várias greves de fome para melhorar as condições de vida na prisão e, desde 2011, ele tem sido um dos líderes mais atuantes do movimento dos prisioneiros.

Na política palestina, Sa'adat passou a simbolizar muitas coisas: militante firme, vítima de traição da AP, líder do partido, prisioneiro. Mas também é um irmão, marido, pai, e agora avô. Como tantos

prisioneiros, ele também sofreu com as restrições impostas não só em seu trabalho político, mas também na autorização de sua família para visitá-lo na prisão. Como uma extensão do castigo de Israel, a família teve restrito seu direito de obter licenças para viagens pessoais e locomover-se diariamente.

Esta entrevista foi publicada originalmente em língua árabe, na publicação da JPS Majallat al-Dirasat al-Filistiniyya. A entrevista foi realizada através de um intermediário que entregou as perguntas para Sa'adat na prisão, em janeiro de 2014. A entrevista original em árabe foi traduzida para o inglês por Anny Gaul.

Como a prisão mudou você, pessoalmente? Como é a sua vida? O que você lê e como você se mantém atualizado sobre a situação política? Você pode escrever?

Minha experiência na prisão ocorreu por causa de minha visão política e minha filiação partidária, mas meu tempo na prisão também foi enriquecido pela minha experiência de luta vivida do lado de fora. Dentro e fora, eu passei um total de 24 anos de prisão, e aqui estou, preso mais uma vez como o resto dos meus companheiros. Eu gasto meu tempo lendo e me engajando em atividades relacionadas com a nossa luta como prisioneiros, o que inclui a educação e ensino de um curso de história do currículo da Al-Aqsa University com meus companheiros. A maior parte da minha escrita diz respeito às necessidades de organização dos prisioneiros da FPLP e questões de interesse nacional. Eu também tento apoiar os membros da liderança FPLP no exterior sempre que posso. Se eu tivesse que descrever a forma como a minha detenção atual mudou minha vida, eu poderia resumir dizendo que estou observando os acontecimentos políticos com mais distanciamento, como eu estou tendo a oportunidade de não estar imerso nos detalhes do dia a dia da política e da organização do trabalho no exterior. Essa perspectiva só serviu para reforçar a minha convicção na solidez da vi-

são da FPLP, seja ideologicamente, politicamente, ou em termos de sua práxis, incluindo as suas posições sobre questões existentes que estão atualmente cercadas de polêmicas: as negociações de reconciliação, e as nossas perspectivas para sair da crise e impasse atual.

Você foi preso em 2002 e detido em uma prisão da AP em Jericó, sob a supervisão de guardas americanos e britânicos. Em março de 2006, foi transferido para uma prisão israelense e condenado a uma pena de trinta anos. Você pode comparar suas experiências em “custódia internacional”, e em prisões israelenses?

Resumidamente, sendo detido sob supervisão britânica e norte-americana ficou claro as aberrações resultantes do processo de Oslo. Sob o chamado Acordo Gaza-Jericó, eu fui colocado na prisão da AP em Jericó, em confiança para os israelenses, sob a supervisão norte-americana.

Por razões políticas e, especificamente, de campanha eleitoral do partido Kadima daquele ano, o governo de Israel me prendeu em 2006, revelando o verdadeiro significado do termo “al-Himaya”² – o apelido para a onda de prisões políticas realizada pela AP de acordo com ditames de segurança israelenses. O termo foi apresentado ao público pela AP para justificar as prisões em massa.

Basicamente, a minha opinião é que [em Jericó], os norte-americanos e os britânicos conspiraram com os israelenses, e as forças de segurança da AP se renderam, deixando-nos incapazes de nos defender ou lutar por nossa liberdade. Dói-me dizer que lições não foram aprendidas deste episódio e que outras operações da mesma forma equivocada continuam a ser realizadas sob diferentes nomes.

Em termos práticos, foram os monitores estrangeiros que dirigiam a prisão de Jericó, e o papel dos funcionários palestinos, do

² Literalmente, proteção, em árabe.

ministro do interior até o policial mais humilde, era simplesmente para fazer cumprir as ordens israelenses. Isto resultou não só em nossa detenção, mas também levou à prisão de dezenas de outros militantes que estavam cercados, tanto em Jericó e em outros lugares. Estar em uma prisão israelense é uma experiência completamente diferente: lá, nos deparamos com a política deliberada de Israel para atropelar nossos direitos humanos e nossas energias, para militantes detidos em geral, e os líderes do movimento dos prisioneiros, em particular, a prisão se torna efetivamente um outro campo de batalha contra a ocupação.

Você pode descrever o seu relacionamento com sua família enquanto está na prisão, e seu relacionamento com sua nova neta?

Para mim, como ser humano, a minha família tem sido e continua a ser a parte mais ferida. Eles pagaram um preço muito alto por minhas repetidas prisões, mantendo-se como uma importante fonte de apoio para mim como um militante.

Meu irmão, Muhammad, caiu no auge de sua juventude; e meus pais, meus irmãos e meus filhos, todos foram privados do meu amor por eles. Exceto para a minha esposa, Ablá, e meu filho mais velho, Ghassan, cujas identidades de Jerusalém permite-lhes viajar para a prisão sem a necessidade de uma autorização dos israelenses, a minha família não tem sido autorizada a me visitar durante os últimos oito anos, desde a minha última prisão. Por quatro anos e meio desses anos, três dos quais eu passei em confinamento solitário, mesmo Ablá e Ghassan não podiam me visitar, e minha comunicação com eles era restrita às cartas.

Em resumo, eu tenho sido gravemente negligente dos meus deveres para com a minha família. Espero que um dia eu possa fazer as pazes com eles, sem que seja tarde. Quanto à minha neta, ela herdou os genes “ameaça à segurança”, de modo que, na ausência de primeiro

grau de parentesco³ entre nós, ela está proibida de visitar-me, para não mencionar, é claro, as “razões de segurança”, que são perpetuamente invocadas.

Como você passa os seus dias na prisão? E como você mantém-se informado com assuntos da FPLP? O cativo o limita nesse caso? Você confia na liderança externa para orientar o partido?

Tento conciliar minhas obrigações partidárias com meus compromissos de membro de um movimento nacional, seja na prisão ou no exterior. Naturalmente, o fato de que eu estou na prisão limita a minha capacidade de cumprir meus deveres como secretário-geral da FPLP. Eu confio no espírito dos meus camaradas da liderança do partido e nos processos democráticos que regem o exercício dessa liderança. Esses dois fatores têm contribuído para a injeção de sangue novo em nossas fileiras. Os jovens constituem mais de metade dos participantes no nosso congresso mais recente.

A FPLP realizou recentemente o seu congresso nacional.⁴ Apesar de seus resultados e resoluções não terem sido divulgados, vazou a notícia de uma grande controvérsia que ofuscou a reunião e levou à demissão de Abd al-Rahim Malluh, o vice-secretário-geral, bem como alguns funcionários de alto escalão. Também soubemos que o Congresso insistiu na renovação de sua oferta como líder do partido. A detenção não continua a dificultar a sua liderança do partido e por que a FPLP não proporcionou para outros a oportunidade de juntar-se à liderança?

³ Apenas parentes de primeiro grau (pais, irmãos, cônjuges e filhos) têm permissão para visitar seus parentes na prisão.

⁴ Eleito para um mandato de quatro anos, o Congresso Nacional é o órgão supremo da FPLP, que formula e altera a estratégia, o programa do partido, e normas internas; discute e decide sobre os relatórios das comissões; e elege o comitê central (executivo).

Dado que somos um partido da esquerda democrática, as diferenças de opinião e julgamento dentro da liderança são naturais. Não são todos cópias carbono uma do outro; isso seria contrário à nossa natureza. No entanto, não é por causa de nossas diferenças que um número de companheiros deixarão a liderança do partido e eu não uso a palavra “renunciar”, porque eles ainda são membros da FPLP. O partido ainda vai se beneficiar de suas presenças e participação, uma vez que continuarão a contribuir com seu conhecimento valioso e variado como militantes. Como eles têm afirmado em vários meios de comunicação, o motivo por ter deixado seus postos era abrir o caminho para uma série de quadros jovens para se juntar aos altos escalões da liderança.

Aqui, devo reiterar o meu apreço e admiração por essa iniciativa, que cimentou ainda mais o caminho trilhado primeiramente por nossos líderes fundadores, entre eles George Habash, Abu Maher al-Yamani, e Salah Salah. Quanto à minha reeleição como secretário-geral, apesar da minha prisão: isso não foi a minha escolha pessoal, mas a escolha de meus camaradas, dos delegados no congresso e os quadros do partido. Considero meu dever respeitar a sua confiança em mim, e redobrar os meus esforços para enfrentar os desafios e realizar as minhas responsabilidades.

Você acha que o Documento dos Prisioneiros (Documento de Reconciliação Nacional)⁵ ainda é válido? E, se assim for, o que está impedindo a sua execução? Se o documento precisa de alterações, quais as mudanças que você propõe?

⁵ A proposta de reconciliação Documento Nacional, conhecido como Documento dos Prisioneiros, foi emitida em 11 de Maio de 2006. Produzido por prisioneiros palestinos nas prisões israelenses representando os partidos Hamas, Fatah, Jihad Islâmica, a FPLP, e a DFLP, o objetivo da iniciativa foi para resolver a disputa entre Fatah e Hamas e unificar as fileiras palestinas. É o documento que tem estado na base de cada subsequente tentativa de reconciliação palestina.

O Documento dos Prisioneiros continua a ser uma base política sólida para alcançar a reconciliação e inaugurar a unidade nacional. Estabelece também o quadro para estruturas de liderança, com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em sua vanguarda, fundada no nacionalismo democrático, ou seja, eleições democráticas e da participação popular, sempre que possível.

Na verdade, o documento já foi alterado pelos acordos que saíram de anos de conversações bilaterais entre o Fatah e o Hamas. Isto conduz necessariamente à revisão e reconstrução das instituições da OLP, em especial o Conselho Nacional Palestino (CNP). Ele também irá consolidar o documento e nos permitirá fazer reinar a coexistência de distintas forças políticas na Palestina, a verdadeira unidade nacional quer em termos de ações ou plataformas.

Por causa das condições que cercam a sua criação, o texto do documento dos prisioneiros permanece ambíguo em alguns pontos, especialmente no que diz respeito à abordagem sobre as negociações e à estratégia mais eficaz a ser adotada para enfrentar a ocupação.

Vinte anos depois de Oslo, não há paz e não há Estado, apenas negociações e divisões políticas. Como podemos quebrar o impasse?

Duas décadas depois, os resultados das negociações demonstraram conclusivamente que é inútil continuar o processo dos acordos de Oslo.

Continuando com negociações infrutíferas, e com a atual divisão nas fileiras políticas palestina, ficamos um tanto preocupados. O pré-requisito para a criação e consolidação da unidade nacional é um compromisso unânime de uma plataforma política clara e unificada fundada em um compromisso entre as diversas forças e correntes dentro do movimento nacional palestino.

Portanto, se quisermos quebrar o impasse atual, temos de parar de arriscar tudo nas negociações e parar de tomar parte nelas. Se

eles continuarem, então, pelo menos, o grupo interessado deve colocar as negociações de volta nos trilhos, comprometendo-se com os princípios já bem estabelecidos e condições, tais como: o fim dos assentamentos, o cumprimento das resoluções da ONU e a libertação de prisioneiros. Isso inclui, aproveitando o sucesso de nossa adesão à ONU como um Estado não membro, a elaboração de uma abordagem global, em que a questão da Palestina será resolvida na base do direito internacional, tal como expresso nas declarações e resoluções da ONU, e que Israel terá que cumprir; e, finalmente, dando continuidade a nossa candidatura de adesão para participar de todas as instituições das Nações Unidas, em particular o Tribunal Internacional de Justiça.

Finalmente, temos de trabalhar para implementar os termos do acordo de reconciliação imediatamente para formar um governo de reconciliação nacional e da criação de uma estrutura de liderança de transição. Este corpo de transição seria comprometido com a reconstrução e fortalecimento da OLP e a realização de eleições legislativas e presidenciais na AP, bem como do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) dentro de seis meses (embora este prazo poderá ser prorrogado, se necessário). O mais importante de tudo, porém, é que o povo deve ser mobilizado em torno de uma plataforma política unificada de resistência nacional em todas as suas formas.

Onde você acha que as negociações em curso chegarão?

Quem acompanha as posições do governo de Israel e dos Estados Unidos pode ver que as chances são nulas para se chegar a um acordo político baseado no direito internacional e nas resoluções da ONU, ou seja, de acordo com os direitos do povo palestino de retorno, à autodeterminação e à independência nacional.

Eu não acho que qualquer líder palestino, não importa o quão flexível, possa cumprir as exigências israelenses ou norte-americanas e

abandonar esses princípios básicos. O que a maioria dessas negociações pode fazer é prolongar a gestão de crises como uma cobertura para Israel continuar seus projetos de assentamento, para evitar o opróbrio internacional, e impor a sua visão de uma entidade política palestina na situação de pouco mais que um protetorado. As negociações também permitem que os Estados Unidos aliviem as tensões e contenham o conflito na Palestina, e dedique toda a atenção às questões regionais que considera fundamentais, ou seja, a Síria e o Irã.

O movimento nacional palestino precisa ser reconstruído. Como isso pode ser feito e quais são as suas perspectivas políticas?

Eu concordo com você que o movimento nacional palestino precisa ser reconstruído. Eu acredito que o ponto de partida deve ser a reconfiguração de todas as facções, seja nacionalista ou islâmica, para atualizar os seus programas e agendas e reforçar a nossa reavaliação da melhor forma de prosseguir com a nossa luta contra a ocupação. Isso inclui uma reavaliação da OLP tanto como um órgão e como uma organização guarda-chuva que representa todos os palestinos, onde quer que estejam, e seja qual for o aspecto social ou político que possam ter. Organizado como uma ampla frente nacional e democrática, este corpo seria investido com a mais alta autoridade política para conduzir a nossa luta.

Eu vejo nossas perspectivas políticas da seguinte forma: no nível estratégico, devemos repor os elementos do nosso programa nacional que foram desmantelados por uma liderança dominante da OLP em favor da conveniência pragmática e resgatar os objetivos históricos da organização, em resumo, a criação de um Estado único, democrático, em toda Palestina histórica. Taticamente falando, devemos nos unir em torno de uma plataforma comum com o componente islâmico do movimento nacional palestino em torno do nosso terreno comum, ou seja, os direitos de retorno, à autodeterminação e à criação de um Estado Palestino com Jerusalém como sua capital.

A resistência popular está sendo apontada como uma alternativa para a resistência armada. Existe um conflito entre os dois? E se elas são abordagens complementares, como elas podem ser combinadas?

A luta diária dos prisioneiros é uma parte da luta palestina mais ampla. Qualquer um que tenha seguido o ativismo palestino popular, ao longo dos últimos três anos, vai descobrir que, em grande parte, ele tem girado em torno de apoiar as lutas do movimento dos prisioneiros. Isso não é novidade, em todas as fases da nossa luta nacional, os presos têm desempenhado um papel proeminente. Pelo menos eu me comprometo com os homens e mulheres da FPLP, tanto entre as bases e os dirigentes que, junto com meus companheiros de prisão, encontramos as suas esperanças e expectativas, especificamente no que diz respeito à mobilização, reforçando a sua presença, e sustentando o movimento nacional palestino em geral.

Como já foi demonstrado por revoluções populares em outros lugares, defender a resistência popular não requer favorecimento de uma forma de luta em detrimento de outra. Restringir a resistência popular só à luta não violenta esvazia seu conteúdo revolucionário. A intifada palestina era um modelo para a resistência popular e nossa bússola, é como nós navegamos através de múltiplas esferas e eficazes formas de resistência: pacíficas, violentas, populares, facções, econômicas, políticas e culturais. Não só a literatura acadêmica rejeita a lógica de quebrar a resistência em várias formas e métodos, mas a realidade e os desafios que o povo palestino enfrenta na sua luta contra a ocupação israelense se opõem a essa abordagem: estamos diante de um colonialismo que conta com as formas mais extremas de violência convencionalmente associadas à ocupação combinadas com políticas de *apartheid*. E a hostilidade que eles praticam se estende a todos os segmentos da nossa população, onde quer que eles estejam.

O que é necessário, então, é a combinação criativa e integração de todos os métodos legítimos de luta que nos permitem implementar cada tipo ou método de resistência de acordo com as condições es-

pecíficas justificadas pelas diferentes conjunturas políticas. No nível mais amplo, nacional, precisamos de um programa político unificado que, em primeiro lugar, forneça os meios para colocar a resistência em prática. E precisamos de posições políticas e discursos que são igualmente unidos em torno de resistência. Por último, precisamos de uma ação global nacional mutuamente acordada, que defina as principais formas de resistência, e que vai determinar todas as ações de resistência. Devemos exercitar a capacidade de apresentar estas questões, com muita atenção para as circunstâncias específicas e de acordo com as necessidades de uma determinada situação ou momento político, sem excluir qualquer forma de resistência.

Exigir que resistência popular não violenta e *slogans* sobre o Estado de Direito, restringindo o uso de armas para a AP são meros pretextos para conter a resistência e responder aos ditames de segurança de Israel. O Estado de direito não tem sentido se ele vai contra o nosso direito de resistir à ocupação e nega a lógica de tal resistência.

Qual é a sua interpretação das revoltas árabes, e como elas afetam a causa palestina?

As revoltas árabes surgem em resposta à necessidade popular de mudança democrática e revolucionária nos sistemas políticos de todos os países árabes. Enquanto este é o quadro geral para a compreensão dessas revoluções, as particularidades de cada país variam, assim como as conclusões alcançadas. Eu acho que as revoluções da Tunísia e do Egito ambos cabem no quadro acima descrito. Em cada caso, as mudanças rápidas e dinâmicas marcadas pela ação coletiva em massa causou mudança no equilíbrio interno de poder e marcou o início de um período de transição.

Em outros lugares, condições semelhantes levaram as pessoas a se levantar e exigir mudança, mas, nesses casos, houve intensos esforços por parte dos Estados Unidos e seus aliados regionais para avaliar e

intervir em prol do “Projeto Novo Oriente Médio dos Estados Unidos.”⁶ Portanto, avaliar os levantes e tirar conclusões requer alguma precisão. Uma cuidadosa distinção precisa ser feita entre essas agendas e demandas de mudança democrática e da justiça social, que representam a vontade legítima de populações árabes para recuperar sua dignidade, direitos e liberdades, por um lado; e, por outro, as forças internacionais e regionais que estão explorando o poder desencadeado por esses movimentos populares para seus próprios propósitos, efetivamente fomentando a contrarrevolução, como ocorreu na Líbia e na Síria.

De um modo geral, no entanto, as revoltas árabes acentuaram as perspectivas de uma transição com potencial de longo prazo. Elas têm mexido com o que era antes estagnado, abrindo caminho para vários cenários possíveis, nenhum dos quais inclui ir para trás, algo que eu acredito que é agora impossível. Em minha opinião, qualquer movimento popular que traz os povos árabes mais perto de alcançar as suas liberdades e seus direitos democráticos estabelece as bases para uma luta fundada em princípios verdadeiramente democráticos e constitucionais, que são os pré-requisitos para uma sociedade democrática; esses todos são ganhos estratégicos tanto para a causa nacional palestina ou para uma nova visão, de uma renovação árabe.

⁶ A cunhagem usada pela então secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, em conferência de imprensa em Washington DC, em 21 de Julho de 2006: “O que estamos vendo aqui, em certo sentido, é a angústia crescente, o nascimento de um novo Oriente Médio e tudo o que fazemos, temos que ter certeza de que estamos avançando para o novo Oriente Médio não volte para o antigo”. Veja: Condoleezza Rice, “Briefing especial de Viagem ao Oriente Médio e Europa”, 21 julho de 2006, transcrição do Departamento de Arquivo do Estado, <http://2001-2009.state.gov> EUA.

Na Palestina, FPLP combina a luta de libertação nacional com a luta pelo socialismo¹

POR MARCELO BUZETTO E GUILHERME HENRIQUE GUILHERME

A Frente Popular para Libertação da Palestina (FPLP) é a principal organização da esquerda Palestina. Atuando desde 1967, hoje é a segunda força política dentro da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e a terceira força política no parlamento, atrás somente do Fatah e do Hamas. Khaled Barakat, membro do Comitê Central da FPLP, esteve no Brasil para divulgar a luta palestina e fortalecer relações com a comunidade palestina-brasileira, movimentos sociais e partidos de esquerda. Após encontro com militantes dos movimentos sindical, popular e partidos, concedeu uma entrevista exclusiva ao *Brasil de Fato*.

Brasil de Fato (BDF): Conte-nos um pouco da história de formação e desenvolvimento da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP). Aqui, no Brasil, muitos olham para a Palestina e só falam da existência do Fatah e do Hamas. As outras organizações da resistência palestina não são muito conhecidas. A FPLP desperta curiosidade, pois se afirma como uma organização marxista, de esquerda, que combina a luta pela libertação nacional com a luta pelo socialismo.

¹ Entrevista publicada no jornal *Brasil de Fato*, 18/02/2015, <http://www.brasildefato.com.br/node/31372>.

KHALED BARAKAT (KB): A FPLP foi fundada em 11 de Dezembro de 1967, como uma coalização de quatro grupos. Mais tarde, decidiu-se que ela viraria um partido político, adotando o marxismo-leninismo como a teoria e o método de análise que guiaria suas lutas. Contudo, as raízes da FPLP vêm do Movimento Nacionalista Árabe que surgiu no começo dos anos 1950 em resposta à “Nakba” (“Catástrofe”, “Tragédia”, expulsão dos palestinos após a criação do Estado de Israel, em maio de 1948), sendo que a formação da Frente se deu em 1967, como uma resposta à ofensiva israelense, quando todas as áreas remanescentes da Palestina foram ocupadas, ficando toda a Palestina sob ocupação. Não é culpa das pessoas que elas pensem que só existem Fatah e Hamas, isso é responsabilidade da mídia, que quer distorcer a situação Palestina e excluir as organizações de esquerda, focando apenas na ala direita do movimento de libertação palestino. Acontece uma situação similar quando, do Egito, só ouvimos falar de al-Sisi e da Irmandade Muçulmana, ou do Líbano, quando ouvimos apenas sobre os movimentos 8 de Março ou 14 de Março. Existem comunistas e organizações de esquerda nesses países. Isso é uma tentativa de tornar invisível a nossa esquerda. Mas isso não significa que não tenhamos culpa. Temos que fazer uma autocritica na esquerda, sobre nosso papel e ter certeza de estarmos sempre visíveis, nos manter relevantes e conhecidos pelas massas. Temos que manter um vínculo com as massas.

BDF: É possível afirmar que, entre 1969 e 1988, houve uma importante ofensiva da resistência palestina contra a ocupação israelense? Percebemos que, neste período, diversas formas de luta e diversas organizações surgiram, criando uma sensação de esperança e de possibilidade de vitória contra o sionismo. Mas, entre 1988 e 1993, ocorrem mudanças na própria OLP. Negociações entre a direção da OLP e Israel resultaram no reconhecimento de Israel e na discussão da solução de dois Estados. A própria União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas (URSS) defendeu essa posição. Entre 1988 e 1993, o movimento nacional palestino entra numa fase de concessões e de defensiva? A situação política internacional teve alguma influência nessa mudança de posição? Os Acordos de Oslo (1993/1994) foram resultado de um amplo debate no interior da OLP e da resistência palestina ou foi algo imposto por setores da direção da OLP (principalmente pela direção da Fatah), que negociaram secretamente com o inimigo israelense os direitos inalienáveis do povo palestino?

KB: É importante dizer que de 1967 até 1987 o peso político do movimento de libertação nacional palestino estava fora da Palestina: a OLP, suas instituições, facções e força militar tinha sua base mais forte nos campos de refugiados. Porém, 1988 foi um ano muito importante porque foi um ano de grande revolta popular, chamada de Primeira Intifada (“O levante”). A Intifada foi uma histórica fase na luta por nossa terra. Mas a liderança da OLP e também os capitalistas palestinos queriam garantir seus interesses estabelecendo um chamado “Estado Palestino”, tentando associar toda a luta ao *slogan* de um Estado. Em 1993, a Intifada foi abandonada pela liderança, que começou negociações em Oslo, que ficaram conhecidas como Acordos de Oslo. Este maldito “Acordo” foi assinado sem o consentimento de qualquer instituição, organização, facção, organização armada ou movimento de resistência popular palestino. Foi feito por um grupo de capitalistas numa sala secreta, nos bastidores. A liderança da OLP justificou esse caminho suicida alegando as mudanças internacionais e regionais daquela época, principalmente o colapso da União Soviética e a Guerra do Golfo. Claro que essas mudanças tiveram um grande impacto negativo na nossa situação. Não apenas os palestinos foram impactados – o mundo inteiro – quando os EUA se tornaram uma força unilateral no mundo. Mas creio que agora estamos começando a sair dessa situação, entrando numa fase menos unilateral e mais multipolar no mundo.

BDF: Por se declarar socialista, a FPLP sempre teve uma postura internacionalista, buscando construir no mundo árabe e em outros países alianças com governos, partidos e movimentos revolucionários, de esquerda e progressistas. Qual foi a posição e a relação da FPLP com os países do chamado “bloco socialista”, com a China, com Cuba etc.

KB: A FPLP teve relações muito boas com a URSS e o campo socialista, incluindo os países mencionados. Claro que com variações entre um país ou partido e outro. É natural, por exemplo, que a Frente tenha uma forte relação com as esquerdas egípcias e libanesas, por pertencermos à mesma região e compartilharmos a causa árabe. Porém, sempre tivemos diferenças e desacordos com a política externa da URSS. Por exemplo, no reconhecimento à Israel ou no que diz respeito à análise da natureza do Estado de ocupação como uma Entidade Colonial. Alguns países tentaram conter o movimento e as decisões da FPLP. Mas, para ser justo, temos relação de respeito mútuo com essas forças. Temos responsabilidade com vários movimentos de libertação nacional ao redor do mundo: apoiamos a luta dos curdos, o movimento pelo fim do *apartheid* na África do Sul, treinando seus combatentes etc. Nos ligamos muito à luta da África do Sul. Na conferência sobre este país no mundo árabe, em 1976, a Frente exerceu um papel central ao aproximar as nossas lutas. É sempre importante lembrar nossos camaradas internacionalistas que lutaram e morreram pela Palestina, vindos da Irlanda do Norte, da Nicarágua e outros países. São mártires da causa palestina.

BDF: A FPLP mantém a defesa do programa original da OLP, a luta pela construção de um Estado Palestino Único, Laico e Democrático, em todo o território da Palestina histórica. No Brasil, muitos militantes da própria esquerda têm dificuldades de compreender essa posição. Entendemos que o povo palestino tem o direito de lutar pela devolução de todas as suas terras, as que foram ocupadas ilegalmente em

1948, em 1967, depois do Acordos de Oslo etc. Mas a dúvida é: como fazer isto? Qual o caminho? Lutar pela libertação de toda a Palestina ocupada é o objetivo estratégico? Criar uma Palestina livre e única para cristãos, judeus, muçulmanos, drusos, ateus, com direitos iguais para todos e sem nenhuma discriminação? A libertação de uma parte da Palestina pode ser um passo a ser dado na direção desse objetivo estratégico? Como analisam a proposta de um Estado Palestino nas fronteiras de junho de 1967?

KB: Nós temos lutado por um Estado único, laico e democrático em toda a Palestina, onde todos possam viver juntos em igualdade. Esse é nosso objetivo revolucionário e realista. Também dizemos que esse é um passo em direção à libertação e ao socialismo. Nós não lutamos para estabelecer um Estado capitalista que se chame de democrático e laico. Nós lutamos por socialismo e por justiça social. A FPLP reconhece que essa é uma luta prolongada, mas é isso o que molda nossa visão política e nos diferencia de outros partidos políticos, sejam eles religiosos ou de direita liberal, ou ainda os associados à esquerda. Por décadas, a Frente tem chamado por um consenso nacional, particularmente para conseguirmos o que chamamos de direitos inalienáveis da causa palestina: o direito de retorno dos refugiados, a autodeterminação e o estabelecimento de um Estado Palestino tendo como capital Jerusalém. Hoje, a realidade é que a ocupação criou uma situação que não permite o estabelecimento de um Estado em nenhuma parte da Palestina que não está verdadeiramente liberada. Israel não permitirá que os palestinos tenham um Estado soberano nem em 1% de suas terras – se há soberania, então Israel rejeita. E é exatamente por isso que Israel constantemente bombardeia Gaza, porque Gaza tem alguma forma de soberania em seu solo (embora não tenha no mar ou no ar), conquistada pela luta de nosso povo. A Frente ainda trata da ideia de estabelecer soberania, uma entidade palestina, em todo pedaço de terra que for libertada por nosso povo. Mas nossa posição permanece a da

libertação de toda a Palestina, do rio Jordão ao mar Mediterrâneo. O povo no Brasil devia apoiar essa opção e esse caminho, porque qualquer coisa contrária a isso é injusto e contribuiria para a manutenção do regime racista imposto por Israel.

BDF: Muito é dito sobre a situação das mulheres nos países árabes. A FPLP tem como uma de suas lideranças Leila Khaled. A Abla Sa'adat já veio ao Brasil para falar em nome da organização. Khalida Jarrar é uma parlamentar da FPLP. É a única mulher no parlamento palestino? Como se dá a atuação das mulheres na resistência palestina? E, especificamente, na FPLP?

KB: A Frente luta pela igualdade entre todos os palestinos, homens e mulheres. Esse é um princípio claro que não pode ser abandonado. Nosso partido conta com camaradas mulheres e homens, todos tendo responsabilidade na luta pelo direito das mulheres. Nós lutamos por libertação nacional e social – isso não pode ser separado. Entendemos a relação entre lutar contra a ocupação e lutar internamente no *front* social. Todos os direitos que sejam conquistados pelas mulheres palestinas na estrada pela sua libertação e pela igualdade terão impacto imediato e positivo em toda a luta palestina pela sua própria libertação. Portanto, não é apenas um princípio que temos em teoria, essa questão é, sim, uma necessidade. Entre nossas lideranças, não vemos nossas mulheres como líderes apenas das mulheres – elas são líderes nacionais, liderando homens, mulheres, estudantes, trabalhadores, professores. A companheira Leila Khaled é um ícone do povo palestino e não apenas da FPLP. A companheira Khalida Jarrar defende os direitos do povo palestino e não apenas a FPLP. A camarada Abla Sa'adat não é apenas “a esposa” do Secretário Geral, ela é uma líder proeminente por sua própria luta. Sem a luta das mulheres palestinas, sem nossas camaradas mulheres, não haveria causa palestina e não haveria Frente Popular para a Libertação da Palestina.

BDF: Edward Said é um intelectual palestino muito respeitado no Brasil. Em muitos aspectos, percebemos que as ideias dele sobre a situação palestina se aproximam das posições da FPLP, principalmente quando ele critica duramente os acordos de Oslo, afirma que em Oslo só os palestinos cederam, e que a OLP e a AP capitularam diante do inimigo. Said chega a comparar o governo da AP ainda sob o comando de Arafat como algo semelhante ao governo de Vichy, na França ocupada pelos nazistas. Ou seja, Said diz que a AP virou um gerente da ocupação israelense e que o regime de *apartheid* israelense se fortaleceu após Oslo. Said preferiu o trabalho intelectual à construção de algum movimento político no interior da resistência palestina. Teve uma breve participação no Conselho Nacional Palestino, mas no final da vida criticava todas as organizações da OLP. Qual avaliação podemos fazer de Edward Said? Qual sua contribuição e seus limites?

KB: Esse proeminente intelectual, Edward Said, é alguém por quem temos muito respeito e admiração. Mas isso não nos impede de olhar objetivamente as suas posições políticas e análises. Ele faleceu e agora não está mais aqui para fazer análises da situação atual ou para defender suas visões. Não é justo olhar para Edward Said como um “intelectual palestino” apenas, se esquecendo de uma coisa; ele era um palestino estadunidense, que fazia parte da sociedade e da academia dos EUA. Seu envolvimento com o mundo árabe veio depois da guerra de 1967, não antes. Há muito a dizer sobre Said e sua contribuição ao contrapor o sionismo nos EUA, expor o racismo, e sua vasta contribuição acadêmica e intelectual. Tudo isso é importante. Ele é mais lido fora do palestina do que entre os palestinos, simplesmente porque seu trabalho aparece no ocidente em sua língua original: Said escreveu em inglês. Não é nenhum segredo que a FPLP criticou Said quando ele se aliou às políticas de Arafat e a liderança de direita da OLP. Ele era mais próximo da ala direita do movimento nacional do que da esquerda. Ele foi um dos primeiros apoiadores da saída política e da

solução dos dois estados. Mas Said teve coragem: criticou sua própria posição mais tarde e não hesitou em mudá-la e tomar o lado do povo palestino ao invés do da liderança, buscando a legitimidade do povo e não das instituições. Seus últimos trabalhos indicam isso claramente.

BDF: Nos últimos anos, Fatah e Hamas vivem situações de conflito e de negociação. Na Cisjordânia, a Fatah perseguiu o Hamas. Em Gaza, o Hamas perseguiu o Fatah. A FPLP defende a unidade nacional palestina e a democratização de todas as instâncias da OLP. Mas esses são assuntos que precisam ser dialogados com as outras organizações da resistência. Como andam as negociações para o ingresso do Hamas, Jihad e outras organizações, na OLP? É preciso recuperar a OLP enquanto única e legítima representante do povo palestino? Ou é possível a convivência entre OLP e outros movimentos?

KB: Nossa posição é por estabelecer uma frente palestina nacional para liderar nossa resistência. Nós não vemos a unidade nacional como um acordo entre as facções palestinas; a FPLP tem uma visão abrangente da política interna e como podemos gerenciar essa questão. Nós gostaríamos de ver todas as forças palestinas que estão na resistência tomando parte dessa construção. Resistência é um fator determinante no nosso entendimento de unidade nacional. Se ouve dizer muito sobre “divisão” no contexto palestino. Divisão é uma outra palavra para denominar luta por interesses menores. Nós não podemos apenas equiparar algumas áreas na Cisjordânia, controladas pelo Fatah com permissão da Ocupação Israelense, com Gaza, sob a autoridade do Hamas, ou equiparar o que acontece na Cisjordânia contra a resistência com o que acontece em Gaza em relação ao Fatah. A ocupação não está envolvida em Gaza; esta é uma questão política interna. Do outro lado, a ocupação está profundamente envolvida na cooperação de segurança na Cisjordânia, para eliminar a resistência. Mas nossa visão geral é que ambos, Fatah e Hamas, devem prestar contas ao povo palestino – seu conflito interno

de 2007 em Gaza custou ao povo palestino a vida de 400 vítimas. A competição pela autoridade os levou a seguir certos polos de poder da região e, assim, os levou a ser usados como ferramentas de poder destes polos. Repito, queremos reconstruir a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) coletivamente, para que esta seja uma representante real do povo palestino, por meio de democracia direta e eleições para o Conselho Nacional Palestino, acessíveis a todos os palestinos.

BDF: Como está a esquerda palestina na atualidade? Existe uma unidade entre a FPLP, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) e o Partido do Povo Palestino (PPP), que também estão na OLP? É possível uma frente de esquerda nas próximas eleições palestinas? Qual a posição da esquerda frente ao processo eleitoral? As eleições já deveriam ter ocorrido. A esquerda defende eleições gerais o mais breve possível?

KB: Esta é uma questão sensível, mas eu serei honesto com os leitores em minha resposta. Nosso problema com a FDLP e o PPP é que gostaríamos que eles tomassem maiores posições na direção de criar uma Frente de Esquerda Palestina que possa ter um peso militar e político real, para confrontar a ocupação com prioridade e para defender as classes populares da Palestina. Nós temos desacordos em aspectos sobre a luta armada e sobre a relação com a Autoridade Palestina. Note-se, por exemplo, que a FDLP participa do governo da AP e nós, não. Isso pode justificar/legitimar posições de Mahmoud Abbas (Presidente da AP). Contudo, ao mesmo tempo, temos uma relação diária baseada na luta. Organizamos manifestações conjuntas e temos encontros e reuniões regulares. Sempre dizemos aos companheiros da FDLP e do PPP o que pensamos sobre suas posições, e eles também são honestos conosco. Finalmente, quando se olha para a esquerda em eleições sindicais e estudantis, percebe-se que a FPLP é a maior força, e, por isso, tem a responsabilidade de liderar a esquerda palestina.

BDF: Qual a avaliação da FPLP sobre a batalha de Gaza, em 2014? Apesar do alto preço em vidas humanas, temos a impressão que a unidade da resistência palestina impôs uma derrota contra o exército sionista de ocupação. Israel foi obrigado a recuar. Gaza mostrou que a resistência palestina está em melhores condições para enfrentar Israel no campo militar? Podemos dizer que, em Gaza, Israel sofreu uma derrota política, diplomática, moral e militar?

KB: Israel cometeu atrocidades e crimes de guerra em 2014, matando mais de 2.100 palestinos e expulsando de casa centenas de civis. Isso é um fato inquestionável. Israel cometeu esses crimes com apoio total dos EUA, Canadá, Grã-Bretanha, Austrália e outros colonialistas. Isso também é um fato. Até regimes árabes são cúmplices da guerra contra os palestinos em Gaza. O que também é um fato é que Israel foi derrotado e que a resistência mostrou sua capacidade para confrontar o ataque até o último minuto. Os israelenses, desde o término da guerra, estão discutindo "o que deu errado". A resistência militar palestina está ficando mais forte a cada dia, qualitativamente e quantitativamente. Ela está unida sob um comando conjunto de todos os partidos engajados em resistir. É um comando unificado da revolução palestina. O nível de cooperação ficou visível na última conferência de imprensa, dada em conjunto pelas brigadas militares, falando em uma só voz.

BDF: O governo de Israel continua cada vez mais agressivo e intolerante. Ataques contra Gaza, agressões, prisões e assassinatos na Cisjordânia, mais leis racistas para obrigar a população a reconhecer o caráter judaico do Estado, destruição de casas e expulsão de palestinos de Jerusalém etc. Como a FPLP vê essa nova onda de ataques israelenses contra o povo palestino, em especial a situação de Jerusalém, pois vimos, em 2014, a polícia israelense jogando bombas de gás e reprimindo civis palestinos que rezavam dentro da Mesquita de Al-Aqsa. Israel não cumpre resoluções da ONU, e continua ocupando Jerusalém. A

repressão israelense pode estimular os palestinos a se unir pela defesa de Jerusalém, que é a capital da Palestina?

KB: A natureza do Estado de Israel é um projeto colonial agressivo, hostil e expansionista. Isso continuará até que esse Estado seja derrotado. O agravamento da ocupação é parte dessa característica do inimigo. Nós sabemos que lutamos contra um colonizador racista. É natural que Israel construa o muro do *apartheid*, ataque Gaza, realize prisões em massa, incluindo de crianças e se engaje no projeto de “Sionização” de Jerusalém. O aumento qualitativo da agressão em Jerusalém tem como objetivo acabar com o caráter e a presença árabe de Jerusalém, colocando colonizadores neste lugar, pela força. Quando você olha para a construção de assentamentos, para a demolição de casas, para o confisco do direito dos palestinos à residência permanente nessa cidade, fica claro que estamos lidando com uma política sistemática que quer transferir e expulsar os palestinos. A ilusão dos colonizadores, de que mudando nomes de ruas elas se tornam deles, ou que se pintarem uma parede de uma cor diferente eles podem confiscá-la e dar outra identidade a ela, esquece que o povo nativo sabe muito bem que isso lhe pertence e costumava ter outro nome. A luta em Jerusalém é a mesma luta de todos os outros lugares na Palestina.

BDF: O Brasil tem feito muitos acordos com Israel. Indústrias israelenses ampliam suas atividades no Brasil, principalmente nas áreas de Defesa e Segurança pública. Nos governos Lula e Dilma, Israel obteve importantes vitórias, apesar da retórica dos presidentes de que apoiam os palestinos. Hoje, a presidenta Dilma colocou no Ministério da Defesa um sionista, Jaques Wagner, defensor intransigente dos interesses israelenses, ex-membro da Juventude Sionista Brasileira. Como os palestinos avaliam essa relação Brasil-Israel?

KB: Nós devemos diferenciar o povo brasileiro do governo brasileiro, independentemente de qual seja. Sabemos que a grande maioria

do povo no Brasil apoia a luta palestina pela libertação e por justiça. Eu estive no Brasil duas vezes e sempre senti, nas ruas, conversando com pessoas andando ou em cafés, que eu fui acolhido como palestino. O governo brasileiro, ao contrário, é um governo capitalista que diz representar a esquerda e os trabalhadores. Se eu olhar isso estritamente pelo viés do interesse palestino, o governo hoje é muito melhor do que no passado – mas apenas no discurso, não na realidade econômica. Certamente o Brasil dirá que é a favor de um Estado Palestino. Até alguns Sionistas liberais dizem isso – mas isso não é apoio real. Os acordos econômicos com Israel, que valem centenas de milhões de dólares, estão ajudando a financiar a ocupação e a opressão contra os palestinos. Se eu fosse um brasileiro vivendo em São Paulo e enfrentando a ameaça diária de falta de água enquanto meu governo paga centenas de milhões de dólares à um Estado racista dizendo que é para minha “segurança”, eu estaria muito nervoso. É muito importante olhar para as relações entre Brasil e Israel sem esquecer do fator maior – o papel dos EUA. Qualquer aprimoramento da relação Brasil – EUA é acompanhado, como condição, do aprimoramento das relações com Israel. Isso é feito às custas do povo palestino e do povo brasileiro ao mesmo tempo. Esse é o motivo pelo qual nossa luta é a mesma. Ter um sionista como ministro do governo Dilma, com a responsabilidade da defesa do povo brasileiro é razão suficiente para revolta popular. O povo brasileiro não se beneficia de acordos de “segurança” com um poder racista e colonialista. O movimento pelo boicote a Israel está crescendo em todo mundo e nós esperamos vê-lo implementado no Brasil também.

BDF: A FPLP tem conquistado apoio de várias organizações e militantes de esquerda no Brasil e no mundo. Tem manifestado admiração e apoio a governos como Cuba e Venezuela. Qual a importância dessa aproximação da FPLP com a esquerda latino-americana? Fortalecer

a unidade na luta contra o imperialismo continua sendo o caminho para libertar os povos da opressão e da injustiça?

KB: Essa é exatamente a posição da FPLP. Nós achamos que, globalmente, nossa luta é a mesma. É importante lembrar que enquanto estamos lutando contra o imperialismo, cada lugar e país sabe o que é melhor para sua própria luta. Isso não significa que nós não devemos ter diálogo entre as várias tendências de esquerda. Nós sentimos falta disso, internacionalmente. Sempre se ouve de vários partidos de esquerda que eles querem uma frente internacional contra o imperialismo e pela libertação. A questão é: o que eles estão fazendo para isso? Essa questão nós nos perguntamos a nós mesmos, antes de perguntar aos outros. Isso foi um ponto central no VII Congresso da FPLP que aconteceu há um anos atrás. Nós vemos muitas possibilidades de avanço da esquerda, internacionalmente. Também testemunhamos um recuo nos princípios mais básicos sobre o que significa ser de esquerda ou revolucionário. Talvez esse seja um momento difícil e cheio de desafios na nossa luta. Isso faz com que a esquerda tenha que ser mais relevante para cumprir suas tarefas internacionalmente. Precisamos também de ações unificadas que digam que estamos juntos, que lutamos e nos sacrificamos juntos. Dessa forma, poderemos sentir novamente que uma vitória na Grécia, na Venezuela, na África do Sul ou no Brasil é uma vitória de todos nós. Sobre a América Latina e a FPLP, nós queremos – e estamos trabalhando pra isso – fortalecer a nossa relação com a esquerda latino-americana. Aconteceram avanços significativos na América Latina que são muito importantes para a luta global. Cuba tem sido um forte aliado de longa data do povo palestino. Em particular, as posições da Bolívia e da Venezuela estão liderando forças na construção de um boicote do estado racista de Israel na América Latina. Ainda, internamente, estão protegendo as riquezas e os recursos de seus países, e os direitos das classes populares contra a pilhagem e a opressão. Nossos camaradas e a comunidade palestina na América Latina são uma parte integrante destas lutas.

ANEXOS

Layla e Samir: os sonhos de duas crianças na Palestina¹

MARCELO BUZETTO

UMA BREVE HISTÓRIA DA PALESTINA

Existe uma terra chamada Palestina. Por lá passaram três grandes profetas: Abraão, Jesus Cristo e Maomé (ou Mohammad). Eles ajudaram a criar três importantes religiões: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo (também conhecida como a religião dos muçulmanos).

A Palestina fica perto do Egito, do Líbano, da Jordânia e da Síria, todos países do mundo árabe. Os árabes são um povo que tem sua própria língua e sua própria cultura, e vivem em 24 países de dois continentes: a Ásia e a África.

A maioria dos palestinos e de outros povos árabes são muçulmanos, mas também existem pessoas de outras religiões vivendo no mundo árabe.

Por ser a terra onde nasceu Jesus, a Palestina sempre foi um lugar visitado por pessoas do mundo inteiro. Lá estão muitas cidades conhecidas, como Jerusalém, que é a capital da Palestina, Belém, a cidade onde nasceu Jesus e Jericó, considerada uma das cidades mais antigas do mundo, com cerca de 10 mil anos de existência.

¹ Artigo publicado da Revista *Sem Terrinha* n. 5, MST, outubro de 2012, http://issuu.com/semterrinha/docs/pdf_rvst_sem_marcas_de_corte/32.

Os judeus, cristãos e muçulmanos da Palestina viviam em paz, trabalhavam na agricultura e no comércio, estudavam, realizavam festas e também se preocupavam no que seria feito de seu país, pois exércitos de outros países sempre invadiram e dominaram este lugar chamado de “Terra Santa”. O Império Romano, o Império Turco-Otomano e o Império Britânico (a Inglaterra) são alguns exemplos de países e governos que tentaram controlar a Palestina e impedir que seu povo fosse livre e independente.

Os palestinos sempre lutaram por sua liberdade, pela independência, para que possam ter seu próprio Estado livre e soberano: o Estado Palestino.

Mas, em 1897, um grupo de ricos comerciantes, donos de indústria e banqueiros, que só pensavam em ganhar dinheiro e ter mais poder, decidiram criar um movimento de colonização para invadir a Palestina e tomar as terras daquele povo. Esse movimento, criado na Europa, foi chamado de “sionismo” (por causa do nome do Monte Sion, em Jerusalém).

Os membros do movimento sionista montaram um plano para conquistar a “Terra Santa”. Enquanto pegavam dinheiro e compravam terras na Palestina, organizavam grupos armados para atacar os árabes-muçulmanos da Palestina e se reuniam com governos da Inglaterra e até da Alemanha nazista (um governo que matou muitos trabalhadores entre 1933 e 1945) para criar na Palestina o que eles chamavam de “Estado judeu”.

Os sionistas diziam que eram judeus, e que a Palestina deveria ser transformada num Estado judeu, o Estado de Israel. Este foi o nome que eles deram à Palestina. Mas nem todos os judeus concordavam com isso, e diziam que na Palestina tinham que viver em paz e liberdade todas as pessoas, de todas as religiões. Mas os sionistas recebiam cada vez mais apoio dos países ricos que sempre oprimiram os outros povos, como Estados Unidos e Inglaterra.

Os judeus eram perseguidos na Europa, e milhares deles foram presos, torturados e assassinados durante o governo de Adolf Hitler, na Alemanha.

Em 1945, acabou a Segunda Guerra Mundial, e os países do mundo criaram a Organização das Nações Unidas (ONU). Os sionistas, com apoio da ONU, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da França, do Brasil e de outros países, elaboraram um plano de divisão e conquista da Palestina. O Plano de Partilha da Palestina dividia o território em dois países: o Estado Palestino e o Estado judeu ou Estado de Israel.

Precisamos lembrar que a divisão da Palestina aconteceu sem que as pessoas que viviam lá fossem consultadas. Já imaginou um dia, um governo de outro país querer dividir o Brasil ou separar o nosso país da Amazônia e fazer lá uma outra nação, com pessoas que vieram de fora, estrangeiros? Foi isso o que aconteceu na Palestina. Judeus sionistas da Europa, com apoio dos países ricos, decidiram invadir as terras palestinas para criar lá o chamado Estado de Israel.

O povo palestino lutou heroicamente para defender suas terras e sua pátria, mas Israel, Estados Unidos, Inglaterra e França tinham muito mais dinheiro, mais armas e mais força, e com muita violência conseguiram impedir que houvesse a independência da Palestina.

O sonho do povo palestino sempre foi ter liberdade e independência. Entre 1918 e 1948, a Inglaterra dominou a Palestina. Os palestinos pensavam que, quando os ingleses fossem embora, eles finalmente iriam ver seu sonho realizado. Mas, ao contrário disso, eles viram o Estado de Israel surgir, invadir as terras palestinas de Gaza, Haifa, Jerusalém, Cisjordânia e tantas outras cidades e vilas, colocando soldados para reprimir e expulsar os palestinos.

Entre 1948 e 2012, o exército de Israel, com apoio dos Estados Unidos e dos países da União Europeia, invadiu todas as terras que pertenciam ao povo palestino. O exército e a polícia de Israel prende, tortura e mata todos os dias os representantes da heroica resistência

popular palestina. Hoje existem cinco mil pessoas nas cadeias de Israel. São homens e mulheres palestinos que lutam por justiça, igualdade, democracia e libertação nacional. Desses cinco mil presos, 192 são crianças até 16 anos de idade. Alguns presos palestinos estão na cadeia há 27 anos.

Pessoas do mundo inteiro apoiam a luta dos palestinos e nós, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina, já estivemos várias vezes na “Terra Santa” para semear a justiça e fortalecer a resistência dos camponeses, agricultores, pescadores e outros trabalhadores da Palestina, esta pátria que um dia será livre e independente.

O mundo inteiro estará junto com o povo palestino no Fórum Social Mundial Palestina Livre, que vai acontecer aqui no Brasil, na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), entre os dias 28 de novembro e 02 de dezembro. Serão quatro dias de solidariedade e luta contra a ocupação militar israelense. Nós, sem terrinhas do MST, estaremos lá.

LAYLA E SAMIR: OS SONHOS DE DUAS CRIANÇAS NA PALESTINA

Layla e Samir acordaram cedo para ir à escola. Hoje, estão com muita pressa para chegar em casa, pois depois da escola vão almoçar e se encontrar com outros amigos na mesquita, pois várias pessoas da vila onde moram vão se reunir para rezar e para ouvir palavras que vão dar mais força e coragem para que o povo palestino continue sua luta pela reconquista de suas terras e pela libertação de sua pátria, a Palestina.

Na Palestina ocupada pelas tropas do exército invasor de Israel, toda sexta-feira centenas de jovens e crianças se unem aos seus pais, primos, tios, avós e amigos para realizar uma caminhada entre as plantações de oliveiras e entre as terras palestinas onde o governo israelense construiu um enorme muro de concreto com cerca de dez metros de altura.

Na vila de Layla e Samir as plantações de oliveira, árvores que fornecem azeitonas e azeite, começavam perto de suas casas e iam até onde os olhos conseguiam enxergar. Mas quando chegaram os soldados com seus jipes e tanques, jogando bombas e prendendo os trabalhadores, as coisas mudaram. Depois dos soldados, chegaram caminhões e tratores, e começaram a construir uma cerca que, depois, virou um muro. Quando as crianças subiam numa colina, dava para ver o outro lado do muro. E foi então que Layla e Samir viram, assim como seus pais e avós, os tratores arrancando as árvores, derrubando todas as oliveiras.

Um dia, na escola, a professora perguntou para Layla se ela viu tudo acontecer. Ela disse que sim. Como ela sempre gostou de escrever e de contar histórias, a professora pediu para ela explicar para as colegas de sala o que viu. “Foi um dia muito triste”. Contou que “Quando as primeiras árvores foram derrubadas, e tiveram suas raízes arrancadas com toda força e violência, caíram lágrimas do rosto de meu avô, que falou que tinha plantado com as próprias mãos aquelas belas árvores no ano de 1948, ano em que foi criado o Estado de Israel”. Layla disse que o avô plantou aquelas árvores dizendo que nunca iria deixar aquelas terras, e que sempre iria cuidar das oliveiras. O avô de Layla, seu Mohammad, tinha dez anos quando plantou sua primeira oliveira na vila.

Samir é mais novo que Layla. Gosta de estudar, mas é apaixonado pelo futebol. Sempre que dá, assiste na TV jogos do Barcelona e do Real Madrid, times europeus muito populares na Palestina. Mas ele gosta muito de ver os times palestinos jogando nos campinhos de terra, onde nascem novos atletas, bem longe da TV ou da Europa. Quando teve a última copa do mundo, em 2010, na África do Sul, Samir torceu pelo Brasil. Na época, seu pai estava preso numa cadeia israelense. Alguns brasileiros, de uma organização chamada Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tinham passado pela vila e distribuído bolas de futebol para filhos dos presos políticos. Samir ganhou uma e saiu logo na rua chamando os amigos para brincar. Seu sonho é um

dia fazer parte da Seleção Palestina de Futebol para representar seu povo e seu país nos campeonatos da região e do mundo. Disse para os pais que uma noite, dormindo, sonhou que estava entrando num estádio de futebol onde palestinos de Gaza e da Cisjordânia estavam unidos para ver um jogo do Campeonato Palestino de Futebol e ele, Samir, era quem entrou na frente de todos, carregando uma enorme bandeira da Palestina. Acordou todo feliz, mas foi um sonho que ainda não pode se realizar.

Mas hoje, sexta-feira, é um dia especial, pois os moradores da vila de Layla e Samir vão se unir para andar até a pequena plantação de oliveiras levando mudas de novas árvores que vão nascer. Vão plantar, hoje, 64 oliveiras, representando os 64 anos de ocupação ilegal e violenta das terras palestinas pelo Estado de Israel.

Na mesquita, todos ouvem atentamente as palavras do Sheik (líder religioso islâmico). Quando acabou a oração, todos se concentraram do lado de fora. Chegam mais pessoas. Surgem muitas bandeiras, vermelhas, amarelas, verdes, brancas, bandeiras da palestina (com as cores preto, branco, vermelho e verde), cartazes com fotos pedindo a libertação dos presos palestinos etc.

A alegria toma conta das ruas em torno da mesquita. Dos alto-falantes que estão nos minaretes (torres), ouvem-se músicas e palavras que pedem: “Justiça e Liberdade para a Palestina!”, “Esta terra é nossa!”, “Palestina Livre!”.

Chegou a hora de caminhar. Juntos estão jovens, crianças, idosos, homens e mulheres que acreditam no sonho de um dia não ver mais soldados armados batendo em camponeses e estudantes que só querem viver em paz em suas terras.

Samir está muito feliz, pois muitos de seus amigos também estão ali. Os pais de Layla e Samir fazem parte da Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP), uma importante organização que luta em defesa do povo palestino. Eles trazem com eles bandeiras vermelhas com o

mapa da Palestina e uma seta no meio indicando o direito de retorno de todos os quase cinco milhões de refugiados (palestinos que foram expulsos de suas terras por Israel). Já os pais de Yasser, vizinho e amigo de Layla e Samir, são de outra organização, o Movimento de Libertação Nacional (Al-Fatah ou Fatah). Também aparecem crianças e adultos com algumas bandeiras do Movimento de Resistência Islâmica (Hamas). Todas essas organizações são movimentos que o povo palestino criou para defender seus direitos diante da violência e da repressão do exército e da polícia do Estado de Israel. Algumas vezes eles não se entendem, e até brigam, como acontece em qualquer família, mas num momento importante, especial e decisivo como hoje, todos estão juntos, unidos com esse povo que marcha em direção à liberdade.

Layla, Samir e Yasser cantam, brincam e sonham no meio das bandeiras e das oliveiras. Hoje, as crianças e os avós têm uma missão especial: juntos vão plantar 64 árvores. As mãos calejadas dos avós ensinam as novas gerações a nunca desistir de sua terra e nunca esquecer de suas raízes.

Quando estão chegando perto do muro que separa vilas e cidades palestinas, surgem soldados, que jogam bombas de gás lacrimogêneo. Uma grande nuvem de fumaça branca toma conta das árvores. Essa fumaça faz arder os olhos e irrita muito a garganta. Algumas bombas fazem o mato seco pegar fogo, mas os jovens palestinos logo apagam o início de um pequeno incêndio, protegendo assim as árvores.

No meio da fumaça, o colorido das bandeiras mostra que muitos não têm mais medo das bombas nem do exército, pois sabem que sua luta é justa e que um dia os soldados de Israel irão embora e a Palestina será livre.

Alguns jovens se defendem com pedras que são atiradas com uma funda, que é um instrumento parecido com um estilingue ou uma atiradeira, feito com corda e um pedaço de couro no meio, onde vai a pedra. A chuva de pedras faz os soldados se esconderem atrás do muro.

Perto do muro era possível ver que, nas terras palestinas ocupadas pelo exército, estavam sendo construídas casas para pessoas ricas e de classe média que apoiam o governo assassino de Israel. Foi por isso que arrancaram todas as oliveiras que estavam do outro lado do muro.

Mesmo com a fumaça irritando os olhos, as pessoas se dividiram pelo campo de oliveiras e começaram a plantar as árvores. Naquele dia, 64 novas oliveiras foram plantadas para simbolizar que os palestinos nunca abandonarão sua terra e suas árvores, pois sonham e lutam pelo dia em que poderão correr livres pelos campos e colinas, pelas ruas e vilas, pelas cidades e praias do Estado da Palestina.

Layla, Samir e Yasser voltaram para suas casas com a certeza de que estavam lutando por uma causa justa, e aprenderam ali, juntos com seus pais e avós, tios, primos e amigos, uma grande lição. Com uma bandeira nas mãos e uma pedra no bolso, eles nunca esqueceram aquele dia especial, quando um povo armado com bandeiras, pedras e oliveiras enfrentou aquele que é chamado de “um dos mais poderosos exércitos do mundo”, o exército de Israel.

Que as crianças palestinas possam um dia brincar livres numa pátria livre.

Via Campesina Brasil em defesa do povo palestino: pelo fim da ocupação israelense na palestina! Paz, justiça e independência nacional para o povo palestino!

VIA CAMPESINA BRASIL

Nós, trabalhadoras e trabalhadores dos diversos movimentos e organizações que fazem parte da Via Campesina Brasil, mais uma vez reafirmamos nosso total apoio e solidariedade com a justa e legítima luta do povo palestino.

O colonialismo israelense sempre foi parte da tentativa do imperialismo de sufocar as legítimas lutas de libertação nacional e por transformações sociais que se desenvolveram em diversos países do mundo.

Inspirados numa ideologia conservadora, racista e antidemocrática, o sionismo, os sucessivos governos do Estado de Israel violam cotidianamente os direitos inalienáveis do povo palestino.

Infelizmente, a ONU, que se pretende defensora dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, não tem feito mais do que aprovar centenas de resoluções de condenação, reprovação e denúncia contra o Estado de Israel que nunca se transformam em ações concretas. Sob a proteção dos países imperialistas, como EUA, França, Inglaterra e seus lacaios, os mais brutais e violentos crimes são cometidos todos os dias contra a população que vive nos territórios ocupados em 1948 e em 1967.

As “Forças de Defesa de Israel” e todas as outras instituições do aparato repressor colonialista israelense são hoje conhecidas no mundo pela sua covardia e pela prática de genocídio e terrorismo contra o povo palestino e contra todos os que se rebelam em defesa de um Estado Palestino.

Nosso grande desafio é transformar essa indignação diante da violência do governo de Israel num gigantesco movimento social e político de massas de caráter internacional, que faça recuar esse monstro nazi-sionista. A coragem, a sabedoria e as mobilizações do povo palestino são hoje símbolos e exemplos da resistência popular contra toda injustiça praticada em qualquer lugar do mundo.

O grito de Pátria Livre se faz ouvir em todo o território palestino. Judeus, cristãos, muçulmanos e todas as forças democráticas, progressistas e anti-imperialistas dentro e fora da Palestina se mobilizam em um movimento unificado contra o inimigo de toda a humanidade: o governo do Estado de Israel e seus aliados, o imperialismo dos Estados Unidos e da União Europeia.

Diante das novas manifestações populares na Palestina, a *Via Campesina Brasil* vem manifestar sua admiração e sua solidariedade com esse heroico povo, conclamando @s brasileir@s para:

1. defender o direito legítimo do povo palestino de lutar contra a ocupação israelense e pela constituição do Estado da Palestina, bem como apoiar o *reconhecimento do Estado da Palestina como membro pleno da ONU*;

2. apoiar as decisões soberanas do povo palestino e suas legítimas organizações políticas e sociais no que diz respeito ao caráter do Estado e às fronteiras. Acreditamos que tais decisões serão resultado das lutas e do processo de debate no interior das forças da resistência palestina, portanto, consideramos que *não cabe a nós a decisão sobre como deve ser e qual será o caráter do Estado Palestino*;

3. fortalecer a luta *pela libertação d@s pres@s polític@s* que vivem hoje nos cárceres por participarem da legítima luta de libertação nacional palestina;

4. fortalecer a luta *em defesa dos camponeses, trabalhadores rurais e pescadores*, que perderam o direito à terra, à água, ao trabalho e à liberdade com a ocupação colonialista israelense;

5. intensificar a luta *contra o Tratado de Livre-Comércio Mercosul-Israel*, uma vergonha para o povo brasileiro, pois tal tratado estimula o comércio com um país que não respeita as resoluções da ONU, os direitos humanos e o direito internacional humanitário, além de possibilitar, para Israel, a exportação de produtos dos assentamentos judeus-sionistas que estão hoje ilegalmente nos territórios palestinos;

6. intensificar, no Brasil, a campanha *pelo boicote e desinvestimento contra Israel*, para impedir a compra de produtos deste país que pratica hoje um regime de *apartheid* contra o povo palestino. Boicotar a importação de produtos e/ou serviços, bem como propor também o boicote acadêmico e cultural contra esse país é mais uma forma de lutar pelo fim do *apartheid* de Israel;

7. denunciar e lutar *contra a compra, por parte dos governos estaduais e do governo federal (em especial as Forças Armadas e o Ministério da Defesa), de equipamentos militares, aviões não tripulados, veículos blindados, armas e munições israelenses*, pois esse tipo de comércio só alimenta e fortalece o complexo industrial-militar israelense-estadunidense, uma indústria que tem lucrado com o assassinato de milhares de pessoas em diversas partes do mundo;

8. lutar *contra o bloqueio econômico, político e militar imposto por Israel ao povo de Gaza*, território palestino ocupado que luta cotidianamente e heroicamente pela sua libertação. Fortalecer a solidariedade com Gaza é tarefa de tod@s. Precisamos fazer um esforço para organizar uma missão humanitária de solidariedade à Gaza, com representantes de diversas organizações políticas e sociais da classe trabalhadora

brasileira. Todo apoio ao povo de Gaza e suas legítimas organizações políticas e sociais;

9. intensificar a *pressão sob o governo brasileiro para que o mesmo dê um tratamento digno e possa amparar de maneira mais intensa e efetiva os refugiados palestinos que se encontram hoje no Brasil*, principalmente os 150 palestinos que saíram do Iraque e ficaram em um Campo de Refugiados na Jordânia, e que se encontram hoje no Estado de São Paulo;

10. pressionar o governo brasileiro para que o mesmo se utilize de todos os mecanismos disponíveis na Carta das Nações Unidas e outras resoluções internacionais para exigir do governo de Israel que cumpra a decisão do Tribunal Internacional da ONU de *derrubar o “muro da vergonha”*, que tem cerca de 700 km de extensão e separa o povo palestino, configurando uma situação de *apartheid* que priva os palestinos do direito de ir e vir;

11. discutir com o governo brasileiro *ações mais intensas e mais concretas de apoio, estímulo e cooperação para implementar projetos de desenvolvimento econômico, social, cultural e esportivo na Palestina*. O Brasil tem condições de dar apoio material e financeiro para garantir melhores condições de vida e de trabalho para o povo palestino. Algumas das propostas da Via Campesina Brasil são: construir as condições para que o Brasil e a América do Sul se transformem em espaços para a comercialização dos produtos dos camponeses palestinos e para intensificar as ações de apoio ao esporte na Palestina, principalmente o futebol, nas modalidades masculino e feminino;

12. *apoiar os judeus e israelenses que lutam contra o sionismo e contra a ocupação da Palestina*, pois existem dentro do Estado de Israel forças políticas e sociais progressistas, democráticas e anticolonialistas que são constantemente reprimidas por defender os direitos inalienáveis do povo palestino;

13. *defender o direito de todos os refugiados palestinos de retornarem para sua terra/pátria*, bem como o direito de serem reparados pelas perdas

que tiveram durante a ocupação militar israelense, sejam os refugiados de 1948, de 1967 ou o que foram e continuam sendo expulsos de suas terras entre 1967 e 2012;

14. *apoiar as mobilizações populares que visam desencadear uma “Terceira Intifada”* contra a ocupação israelense. Também acreditamos que só a luta de massas pode alterar radicalmente a correlação de forças nas lutas políticas e sociais;

15. *defender o direito legítimo de todas as organizações que fazem parte do movimento de libertação nacional palestino de se defender diante das agressões militares do colonialismo israelense*, inclusive da utilização das formas clássicas de resistência desenvolvidas durante as experiências históricas de luta pela independência e pela autodeterminação nacional nos diversos países da América Latina, África e Ásia. Lembramos da *Resolução n. 1514 da Assembleia Geral da ONU (14/12/1960)*, que “proclama solenemente a necessidade de colocar rapidamente e incondicionalmente fim ao colonialismo sob todas as suas formas e manifestações” e da *Resolução n. 2625 da AG da ONU (24/10/1970)* que afirma que os povos têm o direito de lutar pela independência nacional e que “Todo Estado tem o dever de abster-se de recorrer à qualquer medida de coerção que privaria os povos mencionados acima na formulação do presente princípio de seu direito de dispor de si mesmo, de sua liberdade e de sua independência. Quando eles reagem e resistem a tal medida de coerção no exercício de seu direito de dispor de si mesmo, estes povos estão no direito de buscar e receber um apoio em conformidade com os objetivos da Carta das Nações Unidas”.

Muitas dessas ideias foram apresentadas e debatidas no I *Encontro Nacional de Solidariedade ao Povo Palestino*, realizado entre 26 e 27 de novembro de 2011, na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, na cidade de Guararema – São Paulo/Brasil. Acreditamos na importância de realizarmos, em 2013, o II *Encontro Nacional de Solidariedade ao Povo Palestino*, visando estimular a criação de um *Comitê Brasileiro*

de Solidariedade ao Povo Palestino enquanto instrumento unitário de organização da solidariedade brasileira com a Palestina.

Sabemos que o campo de batalha decisivo desta luta são as ruas, bairros, cidades, vilas, vales e montanhas da Palestina ocupada, e cabe a nós fortalecer as forças vivas da resistência popular palestina. Sigam em frente, irmãos e irmãs palestinos, com uma oliveira numa das mãos e uma pedra na outra, lembrando sempre de sua história, de sua origem e de sua tarefa: lutar permanentemente contra o sionismo e o governo de Israel, mesmo estando em condições bastante desiguais frente ao inimigo-agressor.

Quem não cansa de lutar semeia a cada dia o caminho da vitória. A Palestina será livre, justa e soberana. Esse é o seu caminho e o destino de seu povo. *Liberdade e terra para o povo palestino.*

Julho/2013

VIA CAMPESINA BRASIL:

Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal
(ABEEF)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais,

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Carta de Ahmad Sa'adat ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Vitória aos oprimidos!¹

Caros camaradas,

Eu os saúdo e os felicito em nome da Frente Popular pela Libertação da Palestina, e desejo grande sucesso a seu Congresso, que vai fortalecer sua marcha e aumentar seu papel e presença na luta pela transformação democrática e socialista em seu amado país e em todo o continente. Vocês carregam o legado de uma rica história de experiência revolucionária, santificada com o sangue e o sofrimento de grandes líderes: Bolívar, Zapata, Salvador Allende, Fidel Castro, e a lista continua.

Caros camaradas,

A sistemática guerra imperialista contra os povos e classes oprimidas continua, enquanto ao mesmo tempo as forças da democracia e

¹ A seguinte declaração de solidariedade do camarada Ahmad Sa'adat, Secretário Geral da Frente Popular pela Libertação da Palestina, atualmente no cárcere, foi entregue no Congresso que celebra os 30 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, em 11 de fevereiro de 2014.

O Congresso do MST conta com a presença do camarada Marwan Abdel-Al da Frente Popular pela Libertação da Palestina no Líbano; Abba Sa'adat, da Organização de Mulheres Palestinas e ativista da solidariedade aos presos políticos; e outros militantes palestinos da União dos Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC).

do socialismo seguem conquistando muitos objetivos concretos em seu continente. É claro que a América Latina nunca mais será o “quintal” do imperialismo estadunidense, e sua rica experiência é um marco para uma aliança revolucionária internacional que trabalha para manifestar uma visão revolucionária concreta, que busca fortalecer a unidade de todas as forças do campo mundial revolucionário, no caminho de derrota do imperialismo e de construção de um novo mundo revolucionário que estabeleça relações entre os povos com base na paz, igualdade, paridade e distribuição igualitária.

Talvez uma das repercussões de suas conquistas tenha sido sentida na região árabe, onde os povos de nossa nação lutam para conquistar a mudança democrática e revolucionária e quebrar as correntes do imperialismo político, econômico e cultural. Apesar de tentativas de embaralhar as cartas e bloquear o caminho dos movimentos populares e democráticos, e apesar do sucesso imperialista na Líbia e parcialmente na Síria ao levar o povo sírio ao labirinto do sectarismo e da guerra civil, as massas populares na Tunísia e no Egito se negam a serem excluídas. Na Tunísia, a aliança de forças democráticas e de esquerda forçou o governo de *troika* liderado pelo Movimento Ennahada a desconhecer suas demandas, incluindo a adoção de uma nova constituição e a preparação de uma nova eleição geral, em que muitos indicadores apontam que a coalizão entre forças democráticas e de esquerda tem grandes chances de conquistar bons resultados para garantirem as conquistas revolucionárias.

No Egito, os jovens que foram inicialmente a principal força da revolução, derrubaram o governo da Irmandade Muçulmana depois de suas tentativas de impor suas pautas e dominar o processo de transformações. Entretanto, nós não apoiamos as ações do exército ou as resoluções militares para o conflito, e existem muitos fatores negativos surgindo, em particular o rearranjo das forças de direita: o exército, os remanescentes do antigo regime e os abusos da direitista Irmandade Muçulmana e outras forças. Esperamos que o Egito vá superar este

período e caminhar para uma transição que transfira o poder a um governo democrático eleito pelo povo.

Na Palestina, a agressão continua, e combina as formas tradicionais de violência colonial com as práticas de *Apartheid* utilizadas pela minoria branca da África do Sul antes de sua libertação, e que afeta profundamente as massas de nosso povo, onde quer que estejam localizadas, seja através do confisco de terras e da expulsão de seus donos por direito ou pela divisão dos territórios ocupados em áreas isoladas. Ao mesmo tempo, a violência da ocupação tenta destruir todas as nossas iniciativas de construção da unidade nacional palestina, enquanto uma burguesia parasitária aposta no caminho das negociações que, em duas décadas, nada produziu além da crise atual vivida por nosso povo. Para confrontar esta realidade, nosso *front* é a luta para sairmos da divisão interna palestina, restaurar a unidade, e construir instituições e mecanismos de nosso povo – em particular, reconstruir as estruturas militantes da OLP e a unidade de nosso povo dentro e fora da Palestina. Além disso, estamos lutando para construir uma frente democrática nacional para acomodar um espectro amplo de forças políticas e sociais sob um programa de luta que acumule para a resistência em todas as suas formas.

A violência do inimigo garante que nós devemos confirmar nosso comprometimento com a opção da resistência já que fecha todas as portas que poderiam levar a uma solução política para o conflito. Nossa visão e estratégia, enquanto Frente Popular, para resolver o conflito na Palestina, é o desmantelamento do projeto racista e colonial do Sionismo e construir um Estado democrático, um Estado em toda a terra da Palestina, governado por um sistema democrático que rejeite todas as formas de discriminação de cor, raça, nacionalidade ou religião e que construa relacionamentos entre os habitantes da Palestina, árabes e judeus, com base na cidadania e em direitos e responsabilidades iguais.

Entretanto, nós também trabalhamos com o resto das forças nacionais e islâmicas em um programa comum que inclui o direito de

retorno de nosso povo, nossa autodeterminação, e o estabelecimento de nosso Estado independente, com Jerusalém como capital, em todos os territórios ocupados em 1967, e entendemos que este programa, se conquistado, pode levar à uma completa e democrática solução através da luta por um único Estado democrático.

Caros camaradas,

Nos últimos meses, nossa Frente realizou seu VII Congresso e confirmou essas decisões para consolidarmos a unidade nacional e construir nossa força de classe nas frentes palestinas, árabes e internacionais. A Frente também elegeu sua direção, como uma taxa de renovação superior a 70% em todos os níveis de liderança, o que nos faz avançar e responder às tarefas para nós e nosso povo.

Caros camaradas,

A partir da crise geral do capitalismo e as conquistas tangíveis das forças revolucionárias em todo o mundo – que podemos ver claramente em seu continente –, podemos observar um novo modelo de transformação democrático e socialista. Isso deve levar todas as forças revolucionárias do mundo a promover a unidade e a reformulação de nossas teorias da revolução internacional, construindo mecanismos de direção internacionalista. Eu confio que vamos conquistar a transformação do capitalismo para o socialismo através de uma nova fase democrática e revolucionária de transição política, e tenho certeza que essa vitória será única para todos os povos e classes oprimidas. Se o amanhecer de um mundo novo não vier hoje, virá amanhã. Parabéns por seu Congresso e estaremos de mãos dadas, punhos erguidos ao máximo para destruir todos os castelos imperialistas.

A vitória é inevitável.

Ahmad Sa'adat – Secretário-Geral da Frente
Popular pela Libertação da Palestina (FPLP)
Prisão Sionista de Gilboa, 03/02/2014.

Carta do MST ao companheiro Ahmad Sa'adat – Secretário-Geral da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP)

São Paulo, Brasil, 27 de outubro de 2014

Queremos agradecer a bela mensagem de solidariedade que nos enviou no VI Congresso de nossa organização, realizado no início deste ano. Lá, lemos sua carta para 16 mil trabalhadores sem terra que se comprometeram a fortalecer a solidariedade ao povo palestino, em especial aos prisioneiros que estão nos cárceres israelenses.

Saiba que um dia teremos condições de falar pessoalmente com você e com outros militantes dessa luta legítima por justiça, democracia e independência nacional, pois um dia veremos desaparecer a ilegal ocupação israelense das terras palestinas.

Aqui, no Brasil, nos somamos a várias lutas em defesa do povo palestino: ações pelo boicote e desinvestimento contra Israel, manifestações de rua, encontros dos comitês de solidariedade, Tribunal Popular que julgou e condenou Israel por crimes de genocídio etc.

Em todo o Brasil houve atos de solidariedade ao povo palestino entre julho e agosto desse ano, com especial atenção para a situação de agressão e genocídio contra o povo de Gaza. Militantes de várias organizações populares, do movimento sindical, do movimento estudantil, de várias religiões (judeus, cristãos, muçulmanos, religiões africanas), dos partidos de esquerda foram às ruas contra o governo de Israel. Na

cidade de São Paulo, 5 mil pessoas marcharam e cercaram o prédio do Consulado de Israel, exigindo o fim dos ataques a Gaza, o fim da ocupação israelense e a libertação dos presos palestinos.

Nesta semana de 17 a 30 de outubro, também participamos da Campanha Internacional pela sua libertação. Estamos mobilizando militantes de várias organizações e realizando reuniões, debates, encontros e iniciando uma Campanha de cartas para serem enviadas para você e seus camaradas na prisão, para que saibam que mesmo distante pela geografia, estamos com vocês nessa luta que já é vitoriosa.

Apesar de todo massacre que houve em Gaza, e da repressão de Israel na Cisjordânia, em Jerusalém e nos territórios ocupados em 1948, percebemos que grandes lições foram retiradas da resistência popular na Batalha de Gaza. Nossa esperança se fortalece quando vemos a unidade política do povo palestino sendo construída na luta cotidiana contra a ocupação israelense. Gaza mostrou que nenhuma organização isolada pode derrotar a agressão israelense, mas o povo unido pelas suas legítimas organizações torna-se uma força social invencível.

Você sempre fala em unidade nacional contra a ocupação israelense, e esse é o caminho da vitória. Assim foi no Vietnã, assim foi para derrubar o regime do *Apartheid* na África do Sul e assim foi para derrubar as ditaduras, aqui, na América Latina.

As grades das prisões israelenses não podem prender ideias, sentimentos, desejos, vontade de transformação. As grades das prisões israelenses não podem deter esse sentimento de justiça e liberdade que hoje toma conta de toda a humanidade. Os prisioneiros palestinos já conquistaram o apoio de todos os homens e mulheres do mundo que lutam por uma nova sociedade.

Na história da luta dos povos da América Latina, também tivemos nossos presos e nossos mártires, e aprendemos que a luta e a resistência são o único caminho que pode levar à libertação e ao fim das injustiças.

Acabamos de sair de uma batalha eleitoral onde conseguimos derrotar o candidato da direita, que representava os interesses dos setores mais conservadores e fascistas, ou seja, dos setores políticos pró-Israel. Os sionistas do Brasil se mobilizaram nas eleições, mas foram derrotados nas urnas. Sabemos dos limites das eleições burguesas. Não alimentamos ilusões, mas a vitória de Dilma mantém condições mais favoráveis para a luta em solidariedade ao povo palestino.

Camarada Ahmad Sa'adat, sua coragem e sua coerência nos inspiram, pois vivemos um momento onde homens e líderes se vendem, traem seu povo, abandonam seus princípios e escolhem o fácil caminho da capitulação e da submissão covarde diante dos inimigos do povo. Você e seus camaradas escolheram o caminho mais difícil, mas é o caminho mais justo, o caminho mais correto, e o povo palestino já reconhece esse sacrifício e já tem a capacidade de ver quem são seus legítimos representantes na luta contra a ocupação israelense.

Também lembramos, neste momento, de nossos irmãos e irmãs camponeses, pescadores e trabalhadores rurais, que sofrem com a proibição do acesso à terra, à água e ao mar, recursos fundamentais para que possam ter uma vida digna.

A luta do povo palestino é um legítimo movimento de libertação nacional, inspirado nos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional. Seguimos apoiando o direito legítimo do povo palestino de continuar a luta pela devolução de todas as suas terras, as ocupadas em 1948, em 1967 e depois dos Acordos de Oslo. Pelo fim da ocupação israelense da Palestina, liberdade imediata a todos os presos políticos, todo apoio à unidade nacional palestina, pelo direito de retorno de todos os refugiados palestinos e indenização para os que tiveram suas casas e bens destruídos, pelo boicote econômico, político, cultural e militar contra Israel, pela derrubada imediata do muro do *Apartheid*, pelo fim dos acordos militares Brasil-Israel, pelo fim do Tratado de Livre-Comércio Mercosul-Israel.

Camarada Ahmad Sa'adat, receba o abraço solidário dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e da América Latina. Compartilhe nossa solidariedade com todos os presos palestinos, de todas as organizações, pois a unidade que vocês conseguiram dentro das prisões está chegando às ruas da Palestina, e essa é a condição fundamental para a vitória.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST Brasil

O povo palestino tem o direito de resistir e lutar contra a ocupação israelense

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST¹

8 de agosto de 2014

Uma nova ofensiva militar israelense já resulta em centenas de prisões e mortes na Palestina ocupada. Seja na Cisjordânia, em Gaza, em Jerusalém ou nos territórios palestinos ocupados em 1948, o que vemos é mais violência e violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário por parte do governo de Israel. Milhares de civis são assassinados, feridos e presos durante as operações militares israelenses.

Agora, Israel ameaça invadir novamente Gaza. Toda invasão de Gaza resultou em bombardeios de casas, escolas, hospitais, sedes de organizações políticas e sociais palestinas e de apoio humanitário, uso de bombas de fósforo branco, armas com munição feita de urânio empobrecido e bombas incendiárias que se assemelham ao napalm usado pelos EUA na Guerra do Vietnã.

Diante de mais essa agressão sionista-colonialista, o que resta ao povo palestino é continuar a luta e a resistência popular por Paz, Justiça

¹ Nota da Direção do MST em solidariedade ao povo palestino em Gaza

e Libertação Nacional. A origem do conflito é a ocupação das terras palestinas pelo colonialismo israelense. O fim da ocupação israelense é a única solução para assegurar uma paz justa e duradoura na região.

Enquanto esse dia não chega, o povo palestino conta com a coragem e a rebeldia de quem vive sob a ocupação israelense, e com a solidariedade internacional de pessoas, organizações e governos que, juntos, formam um poderoso movimento de denúncia contra as injustiças praticadas por Israel.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está e estará sempre ao lado dos que lutam por justiça e dignidade. E, neste conflito, estamos juntos com o povo palestino e com suas legítimas organizações que, através da resistência diante do opressor, mostram o caminho que irá resultar na liberdade do povo e da terra.

O MST estará com várias organizações do povo brasileiro na luta por uma Palestina Livre, Soberana e Independente. Também conclamamos nossas organizações-irmãs que fazem parte da Via Campesina a participarem ativamente da luta em solidariedade a este povo heroico que é para nós um exemplo de dignidade, ousadia e coragem.

O povo brasileiro está na luta junto com o povo palestino.

Palestina Livre Já!!!

Pelo Fim da Ocupação Israelense!!!

Pátria Palestina Livre, Venceremos!!!

Direção Nacional do Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra
MST Brasil

MAPAS

Mapas da Palestina durante o Mandato Britânico

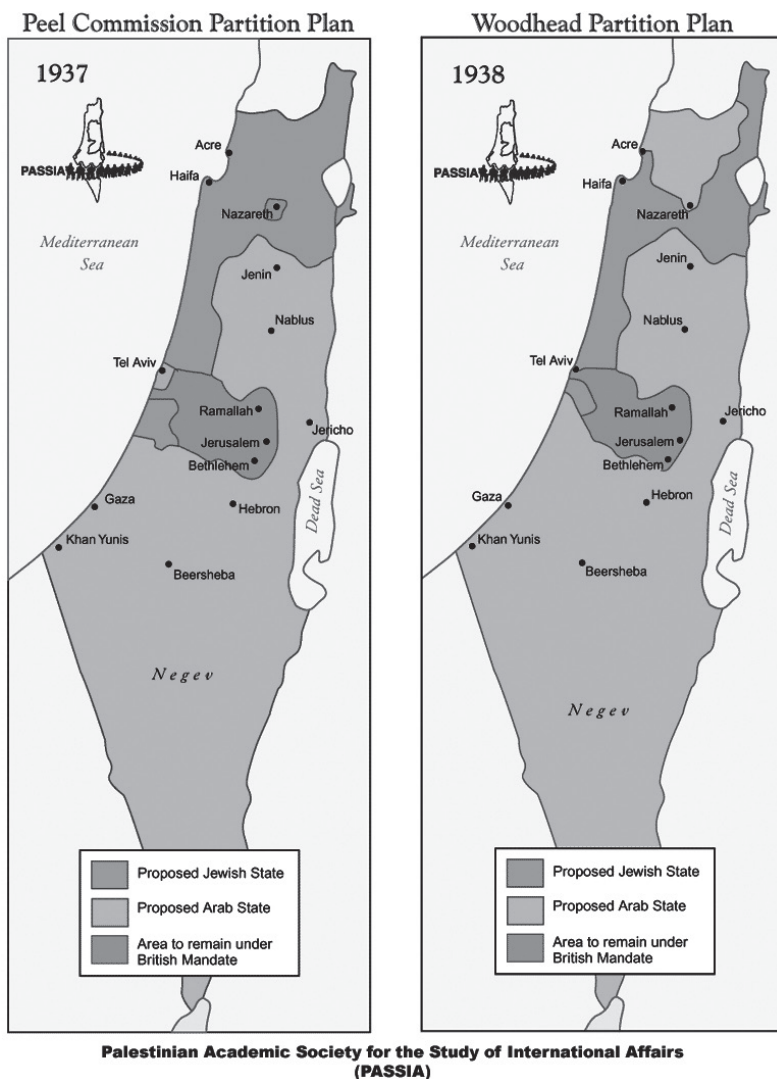


Fonte: <http://israelipalestinian.procon.org/files/1-israeli-palestinian-images/the-borders-of-british-mandate-palestine-before-and-after-the-creation-of-transjordan.jpg>

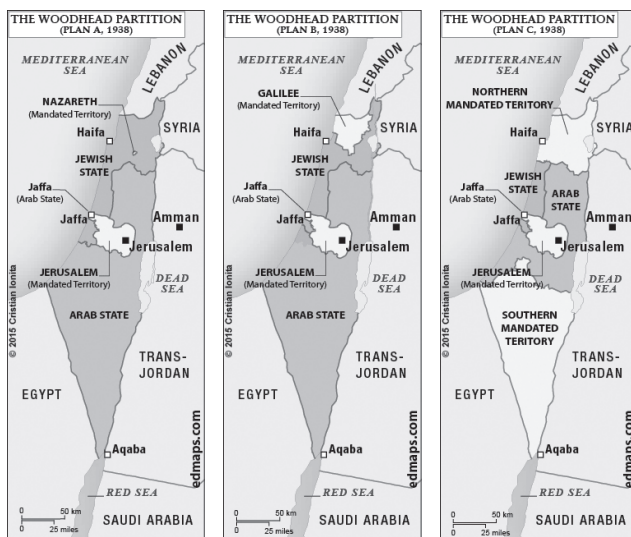


<http://2.bp.blogspot.com/-pWNbNbtMJGo/Ut8gczvYDI/AAAAAAAAAfmo/zxS8XXIE6Gg/s1600/palestina.....png>

Propostas de Planos de Partilha da Palestina em 1937 e 1938



Fonte: http://www.passia.org/palestine_facts/MAPS/newpdf/Peel1937-1938-WoodheadPlan.gif



Fonte: http://www.edmaps.com/html/israel_and_palestine.html

Mapa da Palestina antes de 15 de maio de 1948.



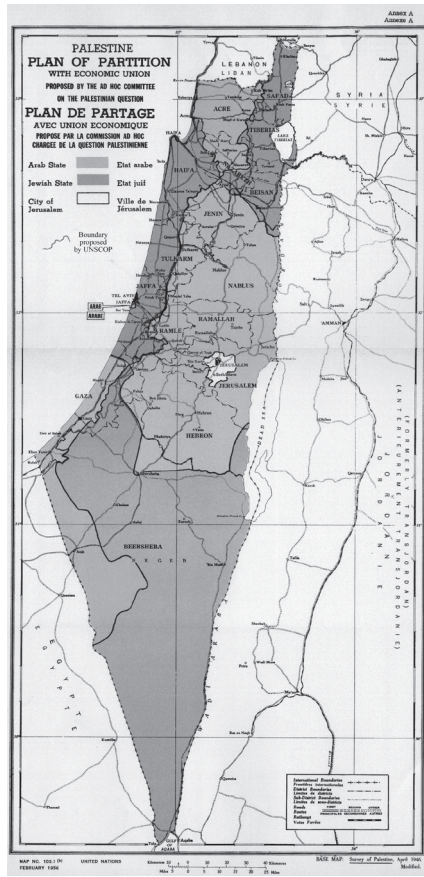
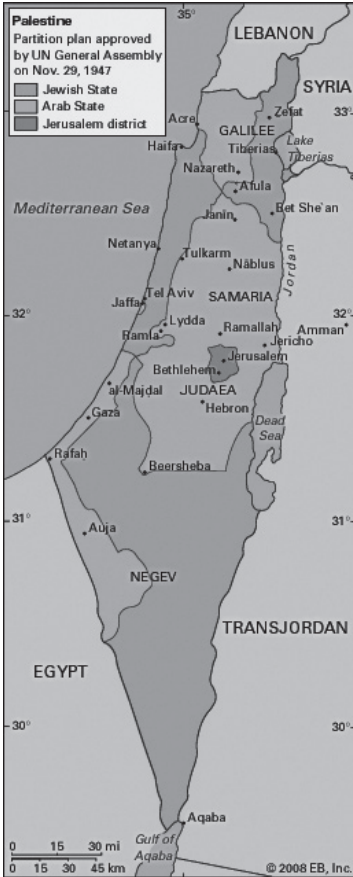
Fonte: https://nahidaexiledpalestinian.files.wordpress.com/2013/01/40118_1497652173_4562_123703501007406_263173_219757_n.jpg

No símbolo da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) ainda consta o mapa que representa a proposta de um único Estado, laico e democrático, em toda a Palestina histórica



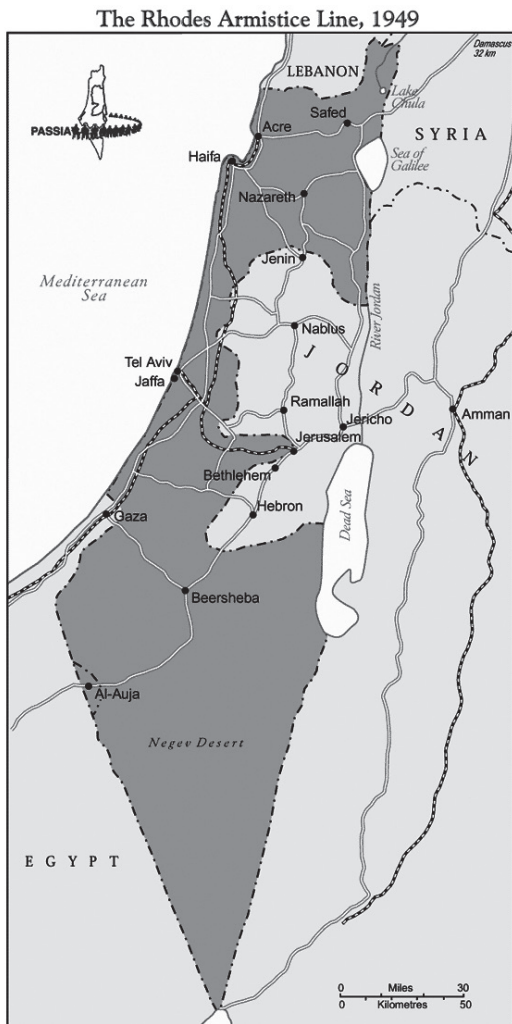
Fonte: <http://www.plo.ps/images/LOGO%20PLO%20NEW%20FINAL.png>

O Plano de Partilha da ONU (29/11/1947), quando nasce a chamada “solução de dois Estados”



Fontes: <http://media.web.britannica.com/eb-media/55/3355-004-B395362F.gif> e https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bd/UN_Palestine_Partition_Versions_1947.jpg

Mapa da Palestina após o armistício de 1949, um acordo firmado entre Israel, Egito, Líbano, Síria e Jordânia. O recém criado Estado de Israel expande suas fronteiras para além do Plano da ONU de 1947

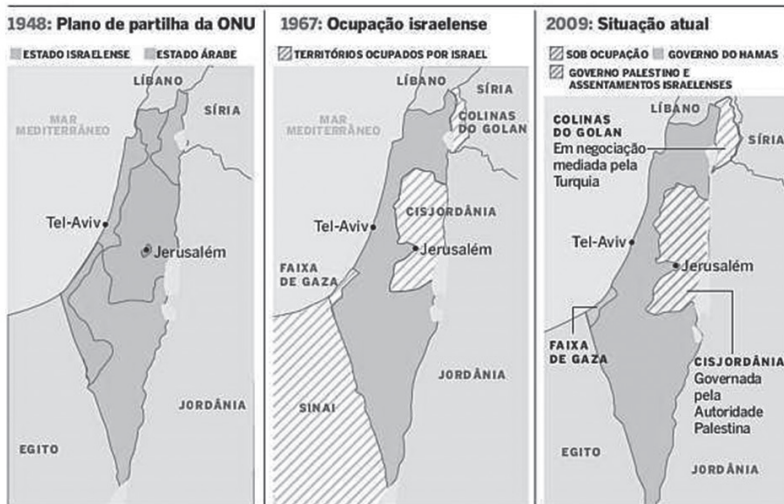


Adapted from: H.M.Sachar *A History of Israel* Knopf, New York 1981

**Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs
(PASSIA)**

Fonte: http://www.passia.org/palestine_facts/MAPS/Rhodes_Armistice.htm

Mapas da evolução do colonialismo israelense sobre as terras palestinas



Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_jytKiwINEu8/Sn99YefUQrI/AAAAAAAAAnM/-FWTcdd3BEc/s1600-h/mapa_israel_palestina

1920-1947



1947-1948



1948-1967



1967-1988



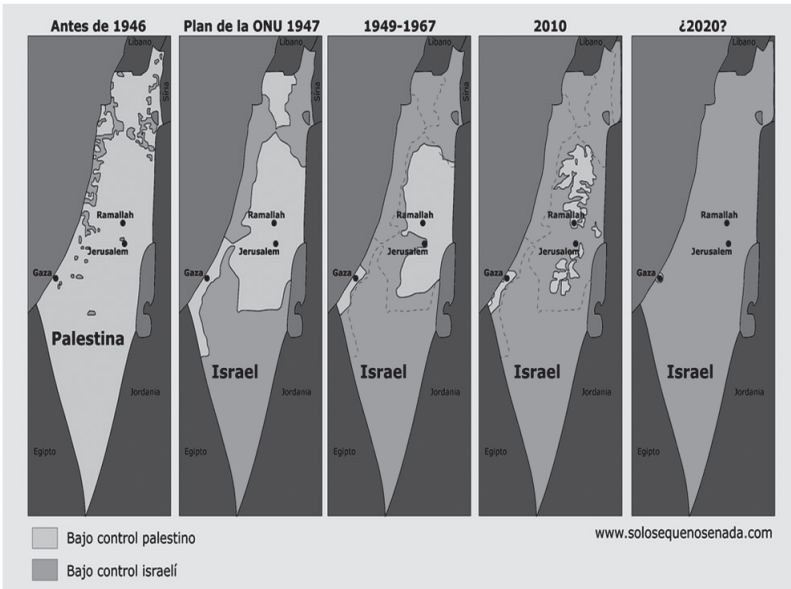
1988-2000



ATUAL



Fonte: <http://mundialissimo.blogfolha.uol.com.br/files/2014/09/11213450.gif>



<http://www.palestinalibre.org/fotos/55184201503010953PALESTINA%20MAPA.png>



Fonte: http://www.passia.org/palestine_facts/MAPS/1967-post-june-war-israel.html

Declaração de Independência da Palestina (15 de Novembro de 1988)¹

Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso.

Declaração de Independência

Terra de mensagens divinas reveladas à humanidade, a Palestina é o país natal do povo árabe palestino. Ali cresceu, desenvolveu-se e expandiu-se. Sua existência nacional e humana afirmou-se ali numa relação orgânica ininterrupta e inalterada entre o povo, sua terra e sua história.

Continuamente enraizado em seu espaço, o povo árabe palestino forjou sua identidade nacional, e ergueu-se, por sua obstinação, para defendê-la até o nível do impossível. A despeito do fascínio provocado por essa terra antiga e por sua posição crucial na conjunção das civili-

¹ A declaração foi escrita pelo poeta palestino Mahmoud Darwish e proclamada por Yasser Arafat, líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em 15 de novembro de 1988, em Argel (Argélia). O documento foi aprovado pelo Conselho Nacional Palestino (CNP), órgão legislativo da OLP, com 253 votos a favor, 46 contra e 10 abstenções. Depois da declaração, Arafat assumiu o posto de “presidente da Palestina”. Reproduzido dos anexos do livro *O apartheid de Israel – Racismo, agressão e usurpação: os focos do conflito atual*, de Nathaniel Braia (Ed. Alfa-ômega).

zações e das potências, a despeito das intenções, ambições e invasões que impediram o povo árabe palestino de realizar sua independência, a ligação permanente desse povo à sua terra, contudo, imprimiu ao país sua identidade e, ao povo, seu caráter nacional.

Inspirado na multiplicidade das civilizações e na diversidade das culturas, buscando nela suas tradições espirituais e temporais, o povo árabe palestino desenvolveu-se numa completa unidade entre o homem e seu solo. Sobre os passos dos profetas que se sucederam nessa terra bendita, e de suas mesquitas, igrejas e sinagogas, se elevaram os louvores ao Criador e os cânticos da misericórdia e da paz.

O povo árabe palestino jamais deixou de defender sua pátria. De geração em geração, suas sucessivas revoltas concretizaram sua aspiração à liberdade e à independência nacional.

No entanto, quando o mundo contemporâneo começou a instaurar uma nova ordem, as relações de força regionais e internacionais concluíram pela exclusão dos palestinos do destino comum, e parece, mais uma vez, que a justiça era incapaz por si mesma de fazer girar a roda da história.

À ferida infligida no corpo palestino, privado de sua independência e submetido a uma ocupação de novo tipo, veio se juntar a tentativa de tornar crível a ficção segundo a qual a Palestina era uma “terra sem povo”. Apesar dessa falsificação histórica, a comunidade internacional, pelo artigo 22 da Carta da Sociedade das Nações, adotada em 1919, e pelo Tratado de Lausanne, assinado em 1923, reconhecia implicitamente que o povo árabe palestino, à exemplo dos outros povos árabes desligados do Império Otomano, era “um povo livre e independente”.

A despeito da injustiça histórica imposta ao povo árabe palestino, a qual resultou em sua dispersão e o privou de seu direito à autodeterminação, após a resolução 181 (1947), da Assembleia Geral das Nações Unidas – que recomendava a partilha da Palestina em dois Estados, um árabe e outro judeu – não deixa de ser verdade que essa resolução

é que, ainda hoje, assegura as condições de legitimidade internacional e as quais garantem igualmente o direito do povo árabe palestino à soberania e à independência.

A ocupação, por etapas, dos territórios palestinos e de outras porções de territórios árabes, a privação da posse e a expulsão deliberada dos habitantes da Palestina pelo terrorismo organizado, a submissão daqueles que ficaram em sua pátria sujeitos à ocupação, à opressão e à destruição dos fundamentos de sua vida nacional – constituem também violações flagrantes dos princípios da legalidade internacional, assim como da Carta das Nações Unidas e de suas resoluções, as quais reconhecem os direitos nacionais do povo árabe palestino e, inclusive, seu direito ao retorno, à autodeterminação, à independência e à soberania sobre seu solo nacional.

No coração da pátria e em torno dela, nos exílios próximos ou distantes, jamais o povo árabe palestino perdeu a fé em seu direito ao retorno e à independência. A ocupação, os massacres e a dispersão não conseguiram tornar o palestino alheio à sua consciência e à sua identidade. Ele continuou seu combate obstinado, aprofundando sua personalidade nacional através da experiência de uma luta ilimitada.

Esta vontade nacional encarnou-se num quadro político, a Organização para a Libertação da Palestina – seu único representante legítimo, devidamente reconhecido pela comunidade internacional, representada pela Organização das Nações Unidas e suas instâncias, assim como pelas organizações regionais e internacionais. Baseando-se nos direitos inalienáveis do povo árabe palestino, e no consenso árabe, assim como na legalidade internacional, a OLP conduziu os combates do seu grande povo galvanizado por uma unidade nacional exemplar e por uma resistência ferrenha aos massacres e ao estado de sítio; tanto no interior como no exterior de sua pátria, esta epopeia palestina impôs-se à consciência árabe e internacional como um dos movimentos de libertação mais notáveis de nosso tempo.

O grande levante popular, a Intifada – em pleno desenvolvimento nos territórios palestinos ocupados, como a pertinaz resistência dos acampamentos de refugiados no exterior da pátria – elevaram a consciência universal da realidade dos direitos nacionais palestinos a um nível superior de percepção e de compreensão. Finalmente, caiu uma cortina sobre toda uma época de falsificação e de sono das consciências. A Intifada fez o cerco da mentalidade israelense oficial, acostumada a recorrer ao terror para negar a experiência nacional palestina.

Com a Intifada, e também com a experiência revolucionária acumulada, o tempo palestino chegou aos umbrais de um momento histórico decisivo. O povo árabe palestino reafirma, hoje, seus direitos inalienáveis e o exercício deles em solo palestino, de acordo com os seus direitos históricos e legais à sua pátria, a Palestina, e fortalecido pelos sacrifícios de sucessivas gerações de palestinos em defesa da liberdade e da independência de sua pátria, tendo por base as resoluções de conferência de cúpulas árabes.

Em virtude da primazia do direito e da legalidade internacional, encarnada pelas resoluções da Organização das Nações Unidas a partir de 1947,

Exercendo o direito do povo árabe palestino à autodeterminação, à independência e à soberania em seu solo,

O Conselho Nacional Palestino, em nome de Deus e do povo árabe palestino, proclama o estabelecimento do Estado da Palestina em nossa terra palestina, tendo como capital Jerusalém (*Al-Quds Al-Sharif*).

O Estado da Palestina é o Estado dos palestinos, onde quer que eles estejam. É neste âmbito que eles poderão desenvolver suas identidades nacional e cultural, gozar de plena igualdade de direitos, praticar livremente suas religiões e exprimir, sem entraves, as suas convicções políticas.

Ali será respeitada sua dignidade humana, dentro de um regime parlamentar democrático baseado na liberdade de pensamento, na

liberdade de constituir partidos, no respeito pela maioria dos direitos da minoria e no respeito, pela minoria, das decisões da maioria.

Este regime se baseará na justiça social, na igualdade e na ausência de toda e qualquer forma de discriminação que tenha por base a raça, a religião, a cor e o sexo, no âmbito de uma Constituição que garanta a primazia da lei e a independência da justiça, e em total fidelidade às tradições espirituais palestinas, tradições de tolerância e de generosa coabitação entre as comunidades religiosas através dos séculos.

O Estado da Palestina é um estado árabe, indissociável da Nação Árabe e de sua herança e civilização, e de suas aspirações à libertação, ao desenvolvimento, à democracia e à unidade. Ao reafirmar seu compromisso em relação à Liga dos Estados Árabes, e a sua determinação de consolidar a ação árabe comum, o Estado da Palestina apela aos filhos da Nação Árabe para que ajudem a concluir seu estabelecimento efetivo, mobilizando seu potencial e intensificando seus esforços para pôr fim à ocupação israelense.

O Estado da Palestina proclama sua adesão aos princípios e objetivos da Organização das Nações Unidas, à Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como aos princípios e à política de não alinhamento.

O Estado da Palestina é um Estado que ama a paz, vinculado aos princípios da coexistência pacífica. Ele cooperará com todos os Estados e povos do mundo para instaurar uma paz duradoura, baseada na justiça e no respeito aos direitos, o que permitirá a expansão das potencialidades criativas da Humanidade, e eliminará o medo do amanhã ao garantir um futuro seguro àqueles que aspiram à justiça.

No prosseguimento de sua luta pelo advento da paz, na terra do Amor e da Paz, o Estado da Palestina exorta as Nações Unidas, que tem uma responsabilidade particular em relação ao povo árabe palestino e à sua pátria, assim como conclama os povos e Estados do mundo a ajudá-lo a realizar seus objetivos e a pôr termo à tragédia do seu povo,

garantindo-lhe a segurança e trabalhando para também pôr fim à ocupação israelense dos territórios palestinos.

O Estado da Palestina afirma, igualmente, que acredita na resolução dos conflitos regionais e internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta e as resoluções das Nações Unidas. Ele condena a ameaça do uso da força, da violência e do terrorismo, assim como rejeita a utilização deles contra sua integridade territorial ou a de outros Estados. Isso, sem contestar seu direito natural de defender seu território e sua independência.

Neste 15 de novembro de 1988, dia em que não se parece com nenhum outro, nos umbrais de uma nova era, inclinamo-nos humilde e respeitosamente ante nossos mártires e os da Nação Árabe que, pela pureza do seu sacrifício, acenderam a chama dessa aurora resoluta. Eles caíram, para que viva a pátria.

Hoje, nossos corações estão iluminados pela chama da Intifada, pela grandeza dos resistentes nos campos, na dispersão e no exílio, e por aqueles que erguem o estandarte da liberdade: nossas crianças, nossos velhos, nossa juventude, nossos prisioneiros apegados à nossa terra sagrada, em cada acampamento, em cada aldeia, em cada cidade. Prestamos homenagem à mulher palestina, heroica guardiã de nossa perenidade e de nossa existência, e do fogo que nos anima.

Diante de nossos mártires, diante das massas do nosso povo árabe palestino, diante de nossa Nação Árabe e diante de todos os homens que amam a paz e a dignidade no mundo, juramos prosseguir a luta para por fim à ocupação e estabelecer nossa soberania e a nossa independência.

Conclamamos nosso grande povo a se unir em torno da bandeira palestina, a orgulhar-se dela e a defendê-la, para que ela continue a ser, para sempre, o símbolo de nossa liberdade e de nossa dignidade em uma pátria que será, para sempre, uma pátria livre para um povo de homens e mulheres livres.

Em nome de Deus, Clemente e Misericordioso.

Dizei: Ó Deus, senhor da realeza, Tu dás a realeza a quem queres e Tu tiras a realeza de quem queres; e Tu dás poder a quem queres e Tu humilhas quem queres. O bem está em Tuas mãos. Sim. Tu és capaz de tudo.

Sadaka Allah Al-Azhim (*Deus diz a verdade*)

Sobre o autor

Marcelo Buzetto é pós-doutorando em Política Internacional (UNESP), doutor em Ciências Sociais (PUC/SP) e professor do Centro Universitário Fundação Santo André, onde coordena o Núcleo de Estudos Gamal Abdel Nasser – Geopolítica do Mundo Árabe e Oriente Médio. Esteve várias vezes na Palestina, representando o Setor de Relações Internacionais do MST e da Via Campesina. Também faz parte do Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino do ABCDMRR, da Campanha Global pelo Retorno à Palestina e é professor voluntário na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).